

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THAYANA DE MORAES COSTA

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO WEBJORNALISMO DE
PORTAL: da banalização à violência metalinguística**

Teresina

2016

THAYANA DE MORAES COSTA

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO WEBJORNALISMO DE PORTAL: da
banalização à violência metalinguística

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Orientadora: Profa. Dra. Francineide Pires Pereira.

Teresina

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

C837v Costa, Thayana de Moraes.
Violência contra mulheres no webjornalismo de portal:
da banalização à violência metalinguística / Thayana de
Moraes Costa. – 2016.
128 f. il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade
Federal do Piauí, 2016.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Francineide Pires Pereira.

1. Violência contra Mulher. 2. Gênero. 3.
Webjornalismo. 4. Análise de Discurso. I. Título.

CDD 362.83

THAYANA DE MORAES COSTA

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO WEBJORNALISMO DE PORTAL: DA
BANALIZAÇÃO À VIOLÊNCIA METALINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Francineide Pires Pereira.

Dissertação defendida e aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Francineide Pires Pereira
Universidade Federal do Piauí

Prof^a. Dr^a. Mary Alves Mendes
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Francisco Laerte Juvêncio Magalhães
Universidade Federal do Piauí



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de **THAYANA DE MORAES COSTA**, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Ao trigésimo primeiro dia do mês de maio de dois mil e dezesseis, as nove (9) horas, na Sala Morsenhor Melo, no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, reuniu-se em sessão pública os membros da banca examinadora da dissertação de **THAYANA DE MORAES COSTA**, sob o título: **VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO WEBJORNALISMO DE PORTAL: da banalização à violência metalinguística**. A banca examinadora foi constituída pelos/as Professores/as Doutores/as **Francineide Pires Pereira (presidente e orientadora)**, **Francisco Laercio Juvencio Magalhães (membro titular externo)**, **Mary Alves Mendes (membro titular interna)**. Iniciando os trabalhos a presidente Prof.^a Dr.^a **Francineide Pires Pereira** informou aos presentes, a candidata ao título de mestre e os membros da banca examinadora o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente e dos procedimentos a serem seguidos: até (30) trinta minutos para apresentação da dissertação pela candidata, até (30) trinta minutos para cada arguidor e o mesmo tempo para resposta da candidata. Em seguida a candidata foi convidada a fazer a exposição da dissertação no tempo que lhe foi concedido. Após a exposição a presidente passou a palavra aos demais membros da banca para suas arguições. Na sequência e após as respectivas respostas da candidata, a banca examinadora retirou-se para, em secreto, deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a Prof.^a Dr.^a **Francineide Pires Pereira**, presidente da mesa e orientadora da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da banca examinadora de Aprovada. Após congratulações com a candidata e agradecimentos pela presença de todos, a sessão foi encerrada às 11: horas 5 minutos. E, para constar foi lavrada a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Teresina, 31 de maio de 2016.

Prof.^a Dr.^a Francineide Pires Pereira – PPGS/UFPI
Presidente e Orientadora

Prof. Dr. Francisco Laercio Juvencio Magalhães – PPGCOM/UFPI
Examinador Externo

Prof.^a Dr.^a Mary Alves Mendes – PPGS/UFPI
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

A gratidão a todos os que não constam na suposta autoria individual desta dissertação é autêntica, pois, como diz a poesia de Leminski, “meus amigos quando me dão a mão sempre deixam outra coisa”. Ficam as ternuras, as palavras, os livros, os silêncios, as reflexões e a venturosa descoberta de que o tempo me fez perder essa pretensão de ser dona do meu trabalho. Sei que esquecimentos podem me acertar, portanto peço, desde já, desculpas antecipadas aos amigos cujos nomes não estão aqui citados.

Em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, professora Francineide Pires. Obrigada por ter feito parte desta produção, estando presente, mesmo distante, e disposta a elucidar os problemas acadêmicos, oferecendo auxílio para buscar novos caminhos. Obrigada pela constante vigilância epistemológica das minhas elucubrações, pelo reconhecimento afetuoso e pelo rigor das leituras que jamais se confundiu com rigidez. Sua orientação me permitiu vivenciar a liberdade que eu precisava para enfrentar o medo e a insegurança quando me senti incapaz.

É fundamental também agradecer o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), indispensável para que eu me dedicasse exclusivamente à elaboração da pesquisa.

Agradeço à professora Mary Alves e ao professor Laerte Magalhães, que tiveram a generosidade de ler o projeto e esta dissertação e dar sugestões abundantemente úteis. Agradeço também as ideias despertadas e livros indicados. Ter contado com a ajuda de pessoas tão brilhantes é algo que, não vou mentir, me envaidece.

Agradeço às queridas e aos queridos amigos “pintosos” da 4ª turma, o compartilhamento benfazejo das agonias durante a elaboração e desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço às/aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPI), todo o conhecimento, apoio e vivências compartilhadas. De maneira peculiar agradeço ao Andresson, secretário do programa, a paciência em elucidar, exaustivamente, as imprecisões acadêmicas e procedimentos burocráticos que precisei atravessar para concluir esta dissertação.

Agradeço às/aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt/UFPI) e da graduação em Serviço Social a companhia e companheirismo acadêmico, político e emocional.

À minha farta e folclórica família na figura de muitas tias e tios, primas e primos e toda sorte de agregados, espalhados nas raízes “Jacus” e “Trubanas”, especialmente, às mulheres fortes, corajosas e inspiradoras da minha vida, minha irmã e grande alento, Rayana, minha mãe, Maristela, e Tia Pichica, cada qual presente à sua maneira, mas sempre presentes, me dando o apoio que precisei nos constantes esforços que dedicaram à minha formação. Para cada uma de vocês, meu muito obrigada, meu amor e bênçãos por suas contribuições à minha vida.

À memória de minha avó, Maria Alice Ferreira de Moraes. Dos seus míticos gracejos cotidianos, que ainda hoje são gostosas recordações, da sua coragem e do seu apreço pela rebeldia puxei boa parte das minhas primeiras inspirações para perseguir este papel de feminista e pesquisadora.

Aos meus amigos-irmãos espirituais da Casa de Aruanda “Toca do Pajé”, que dilatam as veias do parentesco, a minha gratidão pelo acolhimento, pelo ensino e pelos aconselhamentos que, embora não acadêmicos, trouxeram-me paz.

À minha linda, zangada, preguiçosa e peluda Jardel, que me acompanhou boa parte do longo processo de elaboração deste texto dormindo, mas me preenchendo de alegria deliciosamente na vida.

À minha maior professora, Cabocla Pena Cinzenta, agradeço a paciência balsâmica, o amor incondicional e a reconfortante presença em todos os momentos em que mais precisei do seu auxílio valioso nesta existência (e nas outras), que é bonita de ser vivida, por mais atordoada que seja em alguns momentos. Gratidão também às guardiãs Pomba-Gira Sete Saias e Pomba-Gira Maria Padilha do Cemitério, que me ampararam (e amparam) e que me deram a firmeza para fazer deste trabalho o melhor que eu podia.

Às Medicinas Sagradas da Jurema e da Ayahuasca, as curas, as bênçãos.

A Deus eu agradeço, e à toda natureza.

Axé.

“Que bom que a vida é compriiiiiida ...

Pois para aprender-praticar dela se precisa

A vida nunca será longa *demais*

Para destruir os arquétipos que tornam homens e mulheres socialmente *desiguais*”

(SAFFIOTI, 1987, p.32)

RESUMO

A violência contra mulheres tem sido, na última década, cada vez mais percebida como problemática social de ampla visibilidade no Brasil, e enfrentada como grave violação dos direitos humanos, sendo, da tal forma, imprescindível para as ciências sociais que se debruçam sobre esse tema. Nesse sentido, interessou-nos saber como andava a realidade da mídia online teresinense em relação às produções discursivas sobre a violência contra mulheres na cidade. As questões que nortearam a investigação foram: como a mídia online, através do webjornalismo de portal, participa na produção dos discursos que estão em disputa pela significação dos crimes de violência contra mulheres enunciados nas notícias? Quais discursos estão em disputa pela significação da violência contra mulheres? Esses discursos têm oferecido contribuição para o empoderamento das mulheres? Tratou-se de uma pesquisa qualitativa online que se aproximou da etnografia virtual. Os portais de notícias Meio Norte e Cidade Verde foram escolhidos por fazerem parte de dois dos maiores conglomerados de comunicação do Estado do Piauí, e, concentrarem, concomitantemente, a maior transmissão de notícias enquanto webjornalismo. Para as notícias categorizadas, consideramos a diversidade das observações nelas apresentadas como se tratasse de um *continuum* etnográfico, o qual interpretamos com ajuda da Análise de Discurso Crítica (ADC). Os resultados indicaram que a construção da violência contra mulheres nas notícias, por meio das quais a sociedade atribui sentido ao tema e é significada, constitui em si mesmo uma forma de violência, tal qual uma violência metalinguística, que, na (re)produção, com títulos individualizantes e abordagens descritivas dos crimes, tratados como eventuais, torna corriqueiro o contínuo de agravos que naturalizam a violência contra mulheres, eclipsando seu caráter estrutural gendrado que se articula aos contornos e prerrogativas de classe, raça/etnia e sexualidade, e reificando uma ordem patriarcal de gênero que é excludente para mulheres, na medida em que condiciona seu acesso ao espaço público à qualidade de vítima.

Palavras-chave: Violência contra mulheres. Gênero. Webjornalismo. Análise de discurso crítica.

ABSTRACT

Violence against women has been, in the last decade, increasingly perceived as a social problem of high visibility in Brazil, and dealt with as a serious violation of human rights, it is, in a way, essential for the social sciences to look into this issue. In this sense, was our interest to know how was the reality of Teresina online media in relation to discursive productions about violence against women in the city. The questions that guided the research were: how the online media, through portal webjournalism, participates in the production of discourses that are in dispute over the significance of violence against women crimes set out in the news? What discourses are in dispute over the meaning of violence against women? These discourses have offered contributions to women's empowerment? This was an online qualitative research that approached the virtual ethnography. The news portals Meio Norte and Cidade Verde were chosen because they are two of the largest communication conglomerates of the state of Piauí and focus, concomitantly, the largest broadcast news while webjournalism. For categorized news, we consider the diversity of the observations presented them as if it were an ethnographic continuum, which was interpreted with the help of Critical Discourse Analysis (CDA). The results indicated that the construction of violence against women in the news, through which society assigns meaning to the theme and is meant, is in itself a form of violence, like a meta-linguistic violence that, in the (re)production, individualizing titles and descriptive approaches of crimes treated as eventual, makes common the continuous aggravations that naturalize violence against women, eclipsing its structural gendered character hinging the contours and prerogatives of class, race/ethnicity and sexuality, and reifying a patriarchal gender order that is exclusionary for women, as it conditions their access to public space in quality of victims.

Keywords: Violence against women. Gender. Webjournalism. Critical Discourse Analysis.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Exemplo de *tags*
- Figura 2 Exemplo de notícia inscrita no nível de exploração da leitura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Distribuição das notícias que tratam de casos de violência contra mulheres

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LGBTT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
OEA	Organização dos Estados Americanos
PQ	Pesquisa Qualitativa
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
SAMVIS	Serviço de Apoio à Mulher Vítima de Violência Sexual
SINPOLPI	Sindicato dos Policiais Civis do Piauí
SPM	Secretaria Especial de Política para as Mulheres
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERSPECTIVAS	20
2.1. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA O ESTUDO DAS MULHERES	20
2.2 CENÁRIOS PARA A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	31
3. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MÍDIA ONLINE: ENTRE NOTICIAR E DES(CONSTRUIR)	38
3.1 A MÍDIA COMO CAMPO DE (RE)PRODUÇÃO DE <i>HABITUS</i> GENDRADO	38
3.2 ESPECIFICIDADES DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA MÍDIA ONLINE	44
4. ANÁLISE DE DISCURSOS: TRANSITANDO ENTRE CAMINHOS VÁRIOS	50
4.1 POSICIONANDO O LUGAR E A VOZ DA ANALISTA	50
4.2 APLICAÇÕES E ESCOPO DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA	54
4.2.1 Entre gêneros textuais e práticas discursivas	55
4.2.2 Relações de poder e ideologia	59
5. A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NAS PÁGINAS DA NOTÍCIA: ENTRE CRIMES, VÍTIMAS E ALGOZES	64
5.1 DO CRIME EVENTUAL À VIOLÊNCIA METALINGUÍSTICA	64
5.2 ENTRE VÍTIMAS E ALGOZES	76
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	101

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre as desigualdades entre mulheres e homens, como sabemos, não são recentes. Menos recente ainda é a violência contra mulheres, que, a despeito da sua antiguidade, vem sendo, na última década, cada vez mais percebida como problemática social de ampla visibilidade no Brasil, e enfrentada como grave violação dos direitos humanos.

Isso sobreveio em decorrência das transformações globais, que seguiram um movimento mais amplo de reconhecimento dos direitos humanos das mulheres à uma vida sem violência, especialmente das lutas e conquistas de direitos civis, políticos e econômicos dos movimentos e organizações feministas que denunciavam a violência contra mulheres desde os anos 1960.

Apesar dos avanços, contudo, são muitas ainda as questões que precisam ser superadas, pois nosso país segue com a quinta maior taxa de assassinato de mulheres por ano do mundo. São quase 4,8 assassinatos por cada 100 mil mulheres, segundo dados do Mapa da Violência para o ano de 2015 (WAISELFISZ, 2015). Some-se a isso, a quantidade diária de agressões denunciadas, que somavam-se 179 relatos de agressão por dia, de acordo com o Balanço feito pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, no primeiro semestre de 2015, estando por volta de 39,47% a taxa das mulheres em situação de violência que sofriam agressões diárias. Além disso, o Piauí também aparece como o segundo estado com a maior taxa de denúncias, 44 relatos por 100 mil mulheres (BRASIL, 2015b).

Diante desse painel, notamos o quanto ainda é grave a questão da violência contra mulheres e imprescindível para as ciências sociais que se debruce sobre esse tema.

Nesse sentido, as motivações que desencadearam a elaboração desta dissertação, decorrem, vastamente, de algumas leituras e muitas insatisfações em relação a forma como a questão da violência contra mulheres vêm sendo abordada pela mídia no Brasil, em especial, na cidade de Teresina, Piauí.

As primeiras inquietações vieram em decorrência da participação no projeto de extensão “Engendrando cidadania no enfrentamento à violência contra mulheres” junto à Universidade Federal do Piauí (UFPI), que mais tarde também forneceu horizonte de investigação para o trabalho de conclusão do curso de Psicologia, na Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em 2013, intitulado “Construção de sentidos sobre gênero: o olhar da mulher vítima de violência”, que teve como objetivo conhecer os discursos sobre gênero produzidos por uma mulher acolhida na Casa-Abrigo “Mulher Viva”. Foram trabalhos que, dentro desta temática da violência contra mulheres, embora tivessem um caráter mais específico, versando

sobre a violência doméstica e familiar, proporcionaram algum conhecimento e grande afeição por essa discussão.

Contudo, ainda que essas pesquisas tenham proporcionado mananciais de conhecimento e satisfação, as inquietações ainda perduravam e iam de encontro ao (des)entendimento dos crimes enunciados na mídia que vão além do espaço doméstico e familiar, daí então a oportunidade diletante de nova investigação.

Diante disso, interessou-nos saber como andava a realidade da mídia online teresinense no que se refere às produções discursivas dos portais de notícia para os crimes de violência contra mulheres. As questões que nortearam a investigação foram: como a mídia online, através do webjornalismo de portal, participa na produção dos discursos que estão em disputa pela significação dos crimes de violência contra mulheres enunciados nas notícias? Quais discursos estão em disputa pela significação dos crimes de violência contra mulheres? Esses discursos têm oferecido contribuição para o empoderamento das mulheres?

A escolha da mídia online enquanto *locus* de pesquisa se deu devido ao gosto de estar e de trabalhar online, e serem os portais, ao lado das redes sociais, nossas principais ferramentas para tomar conhecimento dos acontecimentos na cidade, bem como dos casos de violência contra mulheres. Somou-se a isso o interesse em reunir esforços para contribuir com o processo de consolidação das bases de um sistema de *accountability* no campo da comunicação midiática no País, como o programa de monitoramento de violações de direito que vem sendo desenvolvido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância, ANDI – Comunicações e direitos, que é um reflexo da urgência de se pensar em mecanismos democráticos de regulação que organizem minimamente esse campo na perspectiva de separar “joio” de “trigo”, diferenciar atribuições e responsabilidades e preservar, em consequência, a credibilidade da imprensa enquanto agenciadora de notícias.

De tal modo, a expectativa que se tem das mídias online, e, mais especificamente, do webjornalismo de portal, com relação à cobertura da violência contra mulheres no Brasil, por exemplo, é que funcionem, para além do lugar comum da denúncia espetacular, como ambiente comunicativo, como espaço de empoderamento feminino¹, para produzir mudanças no individual e no coletivo – ao menos é o que indica a análise de Sanematsu (2001), e, nesse sentido, as formas adequadas de se noticiar a violência contra mulheres, seriam aquelas por onde os veículos de comunicação atuassem como ferramentas de conscientização.

¹ Esse espaço de empoderamento feminino (capítulo 3), foi trabalhado por nós como um discurso emancipatório, o que, para Janks e Ivanic (1992, apud FAIRCLOUGH, 2001), envolve os usos da linguagem em que se trabalha “em direção a maior liberdade e respeito para todas as pessoas, incluindo nós mesmos”.

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa online que se aproximou da etnografia virtual (FLICK, 2009), quando demandou nossa imersão profunda no ambiente a ser pesquisado, o que constituiu elemento fundamental para o trabalho de campo online, onde a obtenção de dados foi praticamente automática, na medida em que o acesso à internet era público e os documentos estavam disponibilizados para download.

Além disso, o registro textual via download, e neste caso, o armazenamento dos textos, foi a chave para consolidar este estudo como uma pesquisa etnográfica virtual online, quando fixou os eventos e descontextualizou nossa memória de pesquisadora/observadora, criando um novo contexto para análise. É relevante mencionar esse aspecto para o exercício de distanciamento da pesquisadora com o objeto de estudo, que deve vir acompanhado de uma autovigilância, pois de outro modo, como ensina Goldemberg (2004), corre-se o risco de virar “nativa” e, de tal modo, cega para as questões mais importantes do ponto de vista científico.

Os portais de notícias Meio Norte e Cidade Verde foram escolhidos por fazerem parte de dois dos maiores conglomerados de comunicação do Estado do Piauí, e, concentrarem, ao mesmo tempo, a maior transmissão de notícias enquanto mídias online. Dentro dessa escolha, convertemos o olhar para os parâmetros que nortearam a pesquisa em si: as notícias sobre violência contra mulheres.

Apesar de prestar atenção às especificidades de cada notícia, consideramos a diversidade das observações nelas apresentadas como se tratasse de um *continuum* etnográfico, pois nossa preocupação não era com a influência da mídia na opinião pública. Estávamos tão-somente analisando os textos das notícias veiculadas nos portais como expressão de uma maneira de pensar vigente na sociedade teresinense. E acreditamos que o conjunto deles ofereceu uma aproximação interessante ao repertório de discursos acionado quando a cidade de Teresina é pensada no contexto das relações locais, já que, como diz Fairclough (2001, p. 66), “o discurso tem uma relação ativa com a realidade, [...] a linguagem significa a realidade no sentido de construção de significados para ela”.

Considerando ser imprescindível aos trabalhos acadêmicos que antes das incursões a campo o(a) investigador(a) esteja munido(a) de uma literatura consistente sobre o tema que escolheu pesquisar, com conhecimentos resultantes de reflexões e experiências anteriores, de forma a dar subsídios para formulação de questões em sua própria experiência de investigação, apresentamos no primeiro capítulo um quadro conceitual sobre gênero, categoria fulcral para entendimento da violência contra mulheres, onde buscamos situar algumas proposições que consideramos fundamentais para a compreensão das análises empreendidas na dissertação.

Entre essas considerações, destacamos o entendimento de que a violência contra mulheres faz parte de um sistema sócio-histórico que tem posicionado as mulheres de forma hierarquicamente inferior aos homens na teia das relações sociais de uma ordem patriarcal de gênero, produzindo um campo de força de relações assimétricas em nossa sociedade. Essa proposição foi fundamental para a compreensão das formas como os portais, ao veicularem notícias de crimes de violência contra mulheres, atribuíam representações hierarquizadas, (re)produzindo elementos causais associados às mulheres e aos homens para os eventos.

No segundo capítulo, são feitas as conexões e demarcações das peculiaridades da violência contra mulheres que é noticiada pela mídia online. Entendemos a mídia como campo social onde se dão as disputas de sentidos das notícias sobre violência contra mulheres veiculadas nos portais, os quais (re)produzem ou mudam os sentidos sobre os eventos por meio de *habitus* gendrados representados nos discursos.

No terceiro capítulo, descrevemos as estratégias metodológicas utilizadas, destacando o enquadre da Análise de Discurso Crítica (ADC), apropriada para compreensão do objeto de estudo porque permite relacionar componentes verbais (as palavras) do processo enunciativo aos componentes não verbais (elementos do contexto social teresinense), atingindo, de tal modo, o entendimento dos sentidos produzidos. Nos limites do texto, buscamos também articular algumas proposições sobre discursos, ideologias e relações de poder, fundamentais para as análises.

No quarto capítulo, apresentamos a análise dos resultados da pesquisa, que converge para a conclusão de que a (des)construção da violência contra mulheres nas notícias, por meio das quais a sociedade atribui sentido ao tema e é significada, constitui em si mesmo uma forma de violência, tal qual uma violência metalinguística, que, na (re)produção, com títulos individualizantes e abordagens descritivas dos crimes, tratados como eventuais, torna corriqueiro o contínuo de agravos, materializando códigos prescritivos para mulheres e homens e naturalizando sua condição como vítimas e algozes.

2. GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERSPECTIVAS

2.1. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE PARA O ESTUDO DAS MULHERES

A utilidade da categoria gênero para os estudos sobre mulheres não é consenso entre pesquisadoras feministas. As discussões de gênero, efeito da repercussão dos debates teóricos internacionais a propósito de sua definição, popularizaram-se no Brasil a partir da tradução do célebre artigo da historiadora americana Joan Scott (1999) intitulado *Gender: a usefull category of historical analysis*, em que propõe o gênero como o saber que estabelece significado para as diferenças entre os corpos, tornando-se referência para diversas produções e militâncias feministas. Desde então, gênero tem sido tratado como uma categoria de análise e instrumento metodológico para entender como, historicamente, se produziram e legitimaram as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que, ao se constituírem no interior de relações de poder, foram hierarquizadas de uma maneira dual e engessada (masculino e feminino).

Para a autora, não basta saber que as relações entre os sexos são construídas socialmente, mas como são e por quê. Assim, ela articula a ideia de construção social com a noção de poder, pois as diferenças entre os sexos se constituem no interior de relações de poder e desdobram-se hierarquicamente em desigualdades. Interessa a ela, então, analisar as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças que tornam-se desigualdades (SCOTT, 1999).

Na análise de Scott (1999), as relações de gênero são históricas e amplamente constitutivas das relações sociais. Assim, a autora observa que tais relações possuem em sua profundidade histórica os ranços da desigualdade na atribuição de valores para homens, como pessoas dotadas de força, virilidade e poder, e para mulheres, como pessoas sensíveis, frágeis e pacatas.

Para desenvolver esta proposta, Scott recorre à noção de poder em Foucault (1979), ao defini-lo como um poder *in fluxu*, que não é fixo nem localizado, e que se organiza conforme um “campo de forças”. Mirando neste horizonte teórico é que Scott vê uma saída razoável para desconstruir a legitimidade das hierarquias baseadas na diferença entre os sexos e, por conseguinte, das desigualdades de gênero que desencadeiam as violações de direitos das mulheres, enfocando ainda a necessidade de pensá-las atravessadamente às instituições, aos símbolos e à linguagem, dissuadindo, ao mesmo tempo, do pensamento dual que recai no binômio masculino/feminino.

Com isso, os estudos de gênero obtêm ênfase em detrimento dos anteriores² “estudos sobre mulheres”. Aqui surge nossa primeira inquietação com o conceito de gênero: a diluição das mulheres como sujeitos políticos que esse conceito, muitas vezes, enseja. É preciso destacar que falar de gênero não é tão-somente falar de mulheres, pois aí está apenas uma das facetas possíveis (NATANSOHN, 2013). E mais, ainda que discorramos sobre mulheres, como categoria de análise, igualmente, não está isenta de dificuldades.

Como salienta Natansohn (2013), mais do que um conjunto relacional de diferenças percebidas (SCOTT, 1999), defendemos nesta dissertação a ideia de que gênero é uma categoria de análise e uma categoria histórica, e que sua dimensão política demanda uma inflexão do pensamento, que pode, corretamente, estar presente nos estudos sobre mulheres, dos quais entendemos ser precoce abrir mão (SAFFIOTI, 2009).

Discorremos sobre gênero fazendo referência, primeiramente, a um sistema social e de poder que lança distinções entre mulheres e homens, baseadas em contornos normativos para as relações dos corpos, tendo em vista as clivagens de classe, raça/etnia e sexualidade. Nesse sentido, analisamos o gênero como elemento constitutivo da base material da sociedade, como “ordem de gênero” (CONNELL, 1987; SAFFIOTI, 2004), e defendemos que os corpos sexuados são socialmente construídos.

Há, portanto, a necessidade de discutir as ferramentas conceituais que oferecem contribuição para entendimento da “ordem de gênero” nas circunstâncias históricas atuais, de globalização da economia, reconhecendo as questões de gênero como indissociáveis das questões de classe, raça/etnia e sexualidade, uma vez que tais categorias “não são contos distintos de um ‘rosário’ da identidade de alguém, mas sim processos interdeterminantes” (MATHAEI, 2002, p. 51).

Também não podemos pensar em gênero, raça/etnia, classe e sexualidade de forma isolada, pois a ideia da categoria de gênero que estamos propondo para este trabalho, para compreensão da violência contra mulheres, tem um compromisso com a emancipação destas, não se limitando somente ao aspecto analítico e descritivo, mas possuindo certa dimensão política, que, como afirma Cisne (2014, p. 04), seja capaz de oferecer bases materiais concretas da dominação e opressão das mulheres e construir práticas transformadoras em busca da igualdade.

² Vale advertir, contudo, que os estudos e as teorias feministas não se conformam a uma linearidade histórica, quer dizer, o surgimento de uma teoria não implica, necessariamente, no fim ou “superação” de outra. É oportuna e indispensável a coexistência de perspectivas e interpretações em um mesmo contexto social e histórico.

Nesse sentido, alguns dos trabalhos sobre gênero que oferecem contribuição para nosso estudo são os que vinculam a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Saffioti (2001, 2004), – cujo grande mérito repousa na não separação da problemática da violência contra mulheres dos problemas gerais da sociedade – que põem em evidência as contradições entre estes problemas, inerentes à sociedade capitalista, e a condição das mulheres nessa totalidade.

De tal forma, o gênero, a classe social e a raça/etnia, não operando isoladamente, só funcionam, de modo a municiar estratégias de enfrentamento a uma realidade de desigualdade social enquanto um todo indissociável, pois, “sob pena de se perder a visão da sociedade como totalidade, não se podem separar relações interpessoais e estruturais” (SAFFIOTI, 2001, p. 136).

Assim, o gênero, “[...] carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito” (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

De acordo com a autora, o patriarcado é um momento das relações de gênero, que estariam desiguais e hierarquizadas em todos os espaços, seja doméstico ou público, ordenando a dominação e exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 1987).

O patriarcado seria, portanto, uma estrutura de poder que tem uma base material sobre a qual estão garantidos aos homens direitos sexuais e reprodutivos sobre os corpos das mulheres, lançando, por efeito, uma ideologia machista, um arcabouço inscrito na sociedade e no Estado desde a socialização de homens para dominação e mulheres para submissão. A violência resultaria da dominação e exploração das mulheres pelos homens, já que estes foram ensinados a ter fé na crença de possuir o direito natural de subjugar-las, por exemplo.

A força do patriarcado na (re)produção dessa ideologia machista mantém o modelo de inferioridade para as mulheres de forma tão pungente, que “[...] até as mulheres que trabalham na enxada, apresentando maior produtividade que os homens, admitem sua “fraqueza”” (SAFFIOTI, 1987, p. 12). Nessa perspectiva, portanto, não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista.

Ou seja, estamos dispostos na sociedade por critérios de diferenciação, não só de gênero, mas também de classe. Bem como de raça/etnia, sexualidade, idade, entre outros, marcando experiências sociais bastante distintas. Com efeito, cabe destacar que acreditamos ser insuficiente para compreender as dinâmicas que transcorrem nos eventos de violência contra mulheres observar apenas, por exemplo, através da ótica do “sexo frágil” oprimido pela

dominação masculina, ou somente pelo argumento das classes antagônicas em disputa. É indispensável, ao nosso ver, pensar a vida social de forma articulada entre todas essas categorias, levando em conta também a dimensão histórica da dominação e exploração para que possamos compreender e dimensionar apropriadamente o patriarcado.

Lia Zanotta Machado (2000), por exemplo, indica que o uso da categoria patriarcado é possível na medida em que esteja se falando de um “patriarcado contemporâneo”, de uma perspectiva de não universalidade e não essencialismo, analisando de um ponto de vista histórico³ as especificidades dos grupos sociais, pois, para ela, as relações patriarcais contemporâneas existem, contudo precisam ser bem definidas em sua variedade.

A autora defende que não há rivalidade conceitual entre os termos gênero e patriarcado, ainda que o uso deste tenha feito referência, costumeiramente, à uma estrutura mais estável que assinala o exercício e presença da dominação masculina, e aquele à instabilidade das relações entre homens e mulheres. Machado argumenta que gênero e patriarcado são categorias situadas em dimensões distintas, conseqüentemente, não podem ser estudados como opostas. Além disso, para ela, as transformações nas relações de gênero, as contradições sociais, que as sociedades ocidentais contemporâneas têm atravessado não podem ser subsumidas ao conceito de “patriarcado”. É nesse sentido de diversidade, contradições e transformações das relações de gênero, que, para ela, se pode falar tão-somente em um patriarcado contemporâneo, sem filiação weberiana (MACHADO, 2000).

Saffioti, por sua vez, entende que o termo patriarcado não é uma propriedade da teoria weberiana. A autora esclarece que o patriarcado pode ser pensado como um esquema de dominação e exploração das mulheres, e por meio dessa ponderação já expõe uma redefinição distanciada do tipo-ideal weberiano, e portanto, útil para a análise na contemporaneidade (SAFFIOTI, 1992).

Carole Pateman (1993), de forma semelhante, faz uma análise do patriarcado para falar de gênero. Entretanto, Pateman faz uso do termo “patriarcado moderno”, ao invés de patriarcado contemporâneo, para opô-lo à premissa patriarcal clássica. Para a autora, o patriarcado moderno teria surgido no bojo da sociedade civil contratual, com o estabelecimento do contrato original, e justamente para atualizar o contrato sexual (historicamente omitido), que é o meio pelo qual os homens mantêm o poder que exercem sobre as mulheres, garantido na segurança do direito patriarcal civil.

³ Diferentemente do tipo-ideal weberiano ahistórico, fixo e natural para dominação patriarcal, que não está limitada a um só momento histórico, já que se refere a qualquer momento histórico onde se dá o sentido da ação típico-ideal (AGUIAR, 2000).

Na avaliação de Pateman, não há motivo para abandonar o estudo das relações de gênero com a base conceitual do patriarcado moderno, pois é “[...] urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada” (PATEMAN, 1993, p. 40).

Desse modo, a literatura feminista tem apresentado o uso da categoria patriarcado para explicar as relações de poder dos homens sobre as mulheres. A articulação do patriarcado como um momento das relações de gênero e a teoria marxista é útil pois permite colocar uma base material para essas relações de poder.

Nesse aspecto, a análise de Saffioti é inovadora, ao apresentar a importância do processo de urbanização na transformação do patriarcado, pelo advento da industrialização que emerge com o capitalismo, resultando no aumento das desigualdades sociais entre mulheres e homens (SAFFIOTI, 1987). Essa explicação afasta qualquer juízo de “naturalidade” das relações patriarcais, pois ao ser exposto em seu engendramento social e histórico como uma estrutura ou forma de “dominação”, o patriarcado é desnaturalizado e historicamente situado. Esses dois pontos permitem o uso simultâneo para muitos autores dos termos “patriarcado” e “gênero” (MACHADO, 2000).

De tal modo,

O conceito de gênero não implica o deixar de lado o de patriarcado. Ele abre a possibilidade de novas indagações, muitas vezes não feitas porque o uso exclusivo de “patriarcado” parece conter já, de uma só vez, todo um conjunto de relações: como são e porque são. Trata-se de um sistema ou forma de dominação que, ao ser (re)conhecido já (tudo) explica: a desigualdade de gêneros. O conceito de gênero, por outro lado, não contém uma resposta sobre uma forma histórica. Sua força é a ênfase na produção de novas questões e na possibilidade de dar mais espaço para dar conta das transformações na contemporaneidade (MACHADO, 2000, p. 04).

Assim, a escolha pela categoria gênero não necessariamente anula a proposição do patriarcado para análise das desigualdades sociais e da violência contra mulheres, e a tentativa de conciliar as duas estruturas não só é possível como pode enriquecer as análises e produzir novas questões (MACHADO, 2000). Estamos entendendo estrutura como sistema hierarquizado de poder e produto de um contexto sócio-histórico que lança esquemas de representações e de práticas que constituem e são constituídas continuamente (BOURDIEU, 1987).

Nesse sentido, concordamos com a proposição de Saffioti sobre a ordem patriarcal de gênero, que envolve uma hierarquização de relações intersexuais e intergeracionais, exigindo a submissão e a obediência de mulheres aos homens, detentores de sua propriedade. Nesta ordem

de poder que privilegia os machos, também denominada falocrática, o gênero, assinalado pelas desigualdades sociais acertadas na hierarquização entre as duas categorias de sexo, traz em seu bojo a violência (SAFFIOTI, 2004).

Em outras palavras, os homens, enquanto categoria social, detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais subalternas (mulheres, crianças, adolescentes), por meio do exercício da função patriarcal, sendo autorizados pela sociedade para que executem seu projeto de dominação-exploração. Eventualmente, a função patriarcal solicita que sua competência de autoridade seja validada pelo uso da violência, já que a ideologia de gênero não garante *per si* a obediência das supostas vítimas às suas sentenças, daí então decorreria a violência. Rigorosamente, a ordem patriarcal de gênero prescinde da presença física de um homem (o patriarca) para funcionar, já que agentes das categorias sociais subalternas designadas⁴ asseguram o funcionamento da “bem azeitada máquina patriarcal” (SAFFIOTI, 2001, p. 116).

Advém, entretanto, que a sociedade não é “apenas androcêntrica, mas também adultocêntrica” (SAFFIOTI, 2001, p 134). E aí temos duas questões que caminham juntas e que devem ser levadas em conta. A violência contra mulheres inclui mulheres em todas as etapas da vida, e exclui homens em qualquer idade.

No caso de nós, mulheres, quanto mais nos distanciarmos dos padrões e expressões de gênero instituídos em nosso contexto sócio-histórico, mais tendemos a sofrer tentativas de controle, amoldamento e investidas de violências.

De forma semelhante são as normativas de sexualidade, cujas reflexões têm colocado em xeque o argumento da heterossexualidade e do sexo reprodutivo designados para todas as pessoas, ampliando o olhar para as diversas formas de perceber e utilizar os corpos e os prazeres. Sobre essa dimensão da sexualidade, Gayle Rubin (1989) propõe a chamada “pirâmide erótica”, um esquema hierárquico de privilégios da sexualidade, tendo como base as normativas de gênero instituídas sócio-historicamente. No topo da pirâmide estão os casais heterossexuais amparados pelo matrimônio, seguidos dos casais heterossexuais não casados. Abaixo, estão os heterossexuais solteiros de vida sexual ativa, seguidos pelos heterossexuais solteiros sem vida sexual ativa. Abaixo destes, estão os casais de lésbicas e de gays, e, abaixo destes, estão as chamadas “lésbicas de bares” e os homossexuais “promíscuos”, abaixo dos

⁴ É tão-somente neste argumento que podemos falar algo a propósito de uma “contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero”. Este se trata de um fenômeno complexo que se desdobra aquém da consciência, excluindo-se, portanto, a presunção de cumplicidade feminina com homens para explicação da violência como recurso a realização do projeto masculino de dominação e exploração das mulheres (SAFFIOTI, 2001).

quais estão as categorias sexuais mais desprezadas, conforme entende Rubin, que seriam os/as transexuais, as travestis, os/as fetichistas, os/as sadomasoquistas, os/as trabalhadores do sexo e, por fim, os/as pedófilos/as, cujo erotismo viola as fronteiras geracionais.

Para os sujeitos dispostos no topo da pirâmide, estão as prerrogativas da legalidade, da respeitabilidade, do reconhecimento da saúde mental, da mobilidade física e social, da aquisição de apoio institucional e das facilidades materiais. Quanto mais se avança na pirâmide da sexualidade de Rubin (1989), mais facilmente se tende a associar os sujeitos ali dispostos ao argumento do crime, à falta de respeitabilidade, ao pressuposto do transtorno mental, às restrições de mobilidade física e social, à perda de apoio institucional e aos impedimentos econômicos.

De tal modo, no caso das mulheres, corresponder às normativas de gênero e de sexualidade seria satisfazer aos modelos previstos para seu contexto sócio-histórico, ou seja, serem monogâmicas e heterossexuais e, de preferência, dentro do contrato do casamento, de forma que estariam então no topo da hierarquia de corpos gendrados e sexuados. Não obstante, alargando o pensamento de Rubin (1989) para refletir sobre a maneira como essas hierarquias estão organizadas em nossa sociedade, é importante levar em conta ainda as dimensões que produzem clivagens específicas, na medida em que os desejos e as práticas sexuais estão sócio-historicamente dispostos em corpos e comportamentos apreendidos a partir de uma perspectiva de gênero, de classe e de raça/etnia, portanto inseridos em relações desiguais de poder. Em outros termos, precisamos considerar que a experiência dos gêneros e das sexualidades não se dá da mesma maneira para todas as mulheres, pois está amarrada a outros marcadores sociais, que são como indicativos, articuladores de clivagens específicas que têm efeitos nos processos de subjetivação dos sujeitos.

Como bem explicou Ticiane Figueiredo (2015), por exemplo, o machismo, o racismo, a lesbofobia, a bifobia, e outras formas discriminatórias interagem abertamente entre si, (re)produzindo relações de poder que decidem qual o lugar das mulheres na sociedade. Quando mulheres desafiam o lugar que lhes é designado, como por exemplo, as mulheres lésbicas e bissexuais, ao violarem a norma heterossexual, sofrem diversas formas de violência que se apresentam diluídas nessas clivagens. De tal modo, para a autora,

O racista, por exemplo, não se conforma em não ver naquela lésbica a ideia da mulata hipersexualizada que a sociedade vendeu a ele. O machista e lesbofóbico não se conforma em não ver na lésbica a mulher que será submissa a ele sexual e socialmente. Ou seja, não dá para falarmos de um marcador isoladamente. E essa violência visa dominar e readequar essa mulher ao papel exteriormente imposto, ou até destruí-la psicológica ou fisicamente, levando-a muitas vezes à morte (FIGUEIREDO, 2015).

Com efeito, mulheres e homens refletem em suas práticas sociais as ordens de gênero, classe, raça/etnia e sexualidade que aprenderam normativamente a representar, municiando, muitas vezes, a violência contra mulheres como reflexo das relações desiguais de poder nessas práticas.

Porém, embora a ordem patriarcal de gênero conceda aos homens o privilégio de uma dominação masculina, não afiança, de um lado, seu uso da mesma forma para todos os homens, e do outro, a submissão homogênea de todas as mulheres, pois, se o poder é algo que circula, que funciona em cadeia, homens e mulheres têm suas porções de poder, e, ainda que de forma desigual, cada um faz seu uso naquilo que lhe convém. Há de se lembrar, contudo, que, na produção e reprodução da vida, processos capitais do convívio social, homens e mulheres são seres relacionais, nenhum fenômeno há que afete a um deixando de atingir ao outro (SAFFIOTI, 2004).

Sobre o viés econômico da ordem patriarcal estamos considerando que não consiste apenas na defasagem salarial das trabalhadoras, na segregação ocupacional ou na marginalização de importantes funções econômicas e políticas daí decorrentes, mas também no mando sobre as capacidades reprodutivas das mulheres, pelo controle de sua sexualidade (SAFFIOTI, 2004; HIRATA, 2010), que, além disso, ecoa, com danos, na repressão dos desejos e dos prazeres, já que as mulheres não se envolvem sexualmente apenas para reproduzir força de trabalho, como julga o patriarca.

Nas sociedades capitalistas, onde o gênero é fator de regulamentação da competição no mundo do trabalho, os alvos do processo socializador⁵ e os mecanismos motivacionais diferem segundo o gênero (SAFFIOTI, 1979). Desse modo, para os homens corresponde os aspectos competitivos direcionados ao terreno profissional, para as mulheres, aspectos que as encerram como mantenedoras da ordem estabelecida, direcionando-as para a organização familiar, um padrão que não inclui, portanto, o trabalho remunerado para as mulheres.

Nesse viés, Antunes (2005) aponta para a divisão sexual do trabalho, e entende que:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho (ANTUNES, 2005, p.109).

⁵ “[...] através do qual os indivíduos introjetam os padrões culturais vigentes e adquirem a habilidade necessária ao desempenho satisfatório dos papéis que a sociedade lhes atribui (SAFFIOTI, 1979, p.304)”.

Tal divisão sexual do trabalho, a qual o capitalismo potencializa e apropria-se pela ênfase na oferta diferenciada e desigual de trabalho, também incide diametralmente nas relações sociais. O modo como se organizam as relações de trabalho, como produzem e reproduzem valores desiguais para mulheres e homens são vivenciados e reproduzidos na vida cotidiana (HIRATA, 2010).

Nessa perspectiva, as relações de classe e gênero são estruturantes e se cruzam. Essa conclusão aponta para o entendimento de que a exploração salarial por meio do trabalho, por exemplo, e a opressão de homens sobre mulheres em decorrência do gênero são indissociáveis, já que, transversalmente à exploração econômica, resultante das disputas de classe, o poder dos homens sobre as mulheres é, ao mesmo tempo, (re)produzido (HIRATA, 2010).

Sobre a questão racial, é importante mencionar que, nos estudos de gênero, o alargamento da compreensão sobre os impactos que o binômio racismo/sexismo⁶ tem na manutenção de privilégios e exceções vem alargando a compreensão dos motivos pelos quais a violência contra mulheres incide mais sobre as mulheres negras, isso só já é uma dimensão que nos parece inextrincável nas discussões de gênero.

Estudos do Mapa da Violência de 2015 “homicídios de mulheres no Brasil”, baseados em dados de 2013 e divulgados pelo Ministério da Saúde, indicam que, apesar dos avanços, as leis e as políticas de proteção não têm amparado de maneira igualitária todas as mulheres, nem impedido o feminicídio – a morte de mulheres (nascidas ou tornadas mulheres) em razão do gênero – principalmente de negras e moradoras de periferias (WAISELFISZ, 2015). Isso quer dizer que as mulheres negras e pobres, além do gênero e do recorte de classe, ocupam o lugar de maior vulnerabilidade social por serem negras.

Sobre isso, muito nos ensina Sueli Carneiro (2011, p.130), ao trazer o “matriarcado da miséria”, expressão cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier, para indicar as mulheres negras brasileiras, gritando nas entrelinhas sua experiência histórica marcada pela exclusão, discriminação e repulsa social, mas revelando, a despeito disso, “o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo o país”.

Carneiro diz ainda que, em geral, omite-se o fato de as negras não estarem experimentando a mesma diversificação de funções sociais que a luta das mulheres produziu. Embora reconheça também que já houve significativo avanço nessa questão, a autora explica que as mulheres negras têm assistido ao longo da militância suas especificidades estarem sempre coadjuvantes nos enredos temáticos da suposta universalidade do gênero, sendo

⁶ As condutas discriminatórias em razão da raça/etnia e do gênero (CARNEIRO, 2011).

constantemente abordadas como subitem da “questão geral da mulher”, mesmo falando de um país onde as mulheres constituem mais da metade da população. Com isso, as proposições feministas brasileiras ainda se recusam a reconhecer que há, como advertiu Carneiro (2011, p. 121), uma importante “dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres”.

A junção do racismo com o sexismo repercute para as mulheres negras como uma “asfixia social”, que reverbera negativamente em todas as dimensões de suas vidas, indo desde os prejuízos à saúde mental, à expectativa de vida menor em cinco anos, em relação às outras mulheres, e, sobretudo, no retraimento às profissões de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011).

O prejuízo para as mulheres é auxiliado em suas contradições, como articula Lélia Gonzáles (1984), no discurso do “mito da democracia racial”, que é atualizado em sua força simbólica ininterruptamente nas festividades carnavalescas brasileiras. É tão somente nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, ocultando momentaneamente algo para além daquilo que mostra, pois

[...] o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade (GONZÁLES, 1984, p. 228).

Em que a mulher negra “naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelada” (GONZÁLES, 1984, p. 226).

Para os homens negros resta o veredito de que têm

[..] mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente (GONZÁLES, 1984, p. 225-226).

É notório, portanto, e cogente de análise pelas ciências sociais, que as relações de gênero, imbricadas com as relações de classe, de raça/etnia, de sexualidade, têm um caráter estruturante, na medida em que aparelham as relações sociais, atribuindo lugares e funções diferenciadas para mulheres e homens na sociedade. Mas, não só isso: torna mais complexa a unidade, ao estratificar mulheres entre si e homens entre si (SAFFIOTI, 2004).

Também através das problematizações expostas acima, parece evidente que o conceito de gênero é mais amplo que o de patriarcado: enquanto o gênero acompanharia desde sempre as relações sociais, o patriarcado teria abiscotado autoridade simultaneamente à organização das sociedades em Estados, constituindo, portanto, um evento relativamente recente. Além disso, o patriarcado, traz à baila fundamentalmente a desigualdade e a opressão, representando aí apenas uma possibilidade dentro das relações de gênero, mas não tão-somente a única, – e aqui reside a possibilidade de mudança (SAFFIOTI, 2004).

A despeito desta inovação, o gênero, ao ganhar cada vez mais centralidade no debate feminista, tem deixado de lado a questão do patriarcado, entendendo-o como uma proposição superada e amplamente desqualificada, até mesmo a proposição de uma “ordem patriarcal de gênero”, e é essa reivindicação por exclusividade teórica do conceito de gênero que Saffioti examina, pois, para a autora, se o gênero é categoria útil e ampla, talvez seria justamente sua imprecisão um instrumento do próprio patriarcado, ao qual não cabem as críticas direcionadas, para subtraí-lo, como estrutura notória, das análises (SAFFIOTI, 2004).

Sua leitura do conceito de gênero tem sido alvo de muitas críticas. Contudo, seu empenho para articular o gênero e o patriarcado na compreensão da violência contra mulheres, além de propor sua inextrincabilidade com a classe e a raça/etnia, são respeitáveis, e nesse ponto concordamos e absorvemos suas proposições.

O importante a reter é que, até onde viemos discutindo, o gênero, aplicado ao exame da violência contra mulheres, é incapaz de dar conta por si só da complexidade das ocorrências onde outras categorias confluem, como a classe, a raça/etnia, a sexualidade e arriscaríamos mencionar também a religião, porque o gênero, como bem lembra Amâncio (2003), não é um atributo dos indivíduos concretos, mas um saber da sociedade.

Os entrecruzamentos de classe social, raça/etnia, sexualidade e gênero na ordem patriarcal, e suas implicações na violência contra mulheres, parecem, para nós, incontornáveis, quando pensamos nos nexos que desejamos estabelecer na tentativa de compreender o modo como a mídia online, especificamente, o webjornalismo de portal, produz sentidos gendrados para os crimes na construção das notícias.

Vale lembrar que, não somente os portais de notícia, mas a mídia de forma geral e a satura cada vez mais o mundo onde vivemos. A mídia é responsável atualmente por um intenso fluxo de trocas simbólicas e materiais, práticas e linguagens constitutivas de sujeitos, além de produtora de conhecimentos a respeito da vida (NASCIMENTO, 2006), e a ordem patriarcal de gênero inscreve-se exatamente na ordem simbólica que permeia sujeitos mulheres e homens, que os faz relacionais e, por conseguinte, que se comuniquem, e troquem entre si, além de

coisas, valores e sentidos gendrados. Abre-se aí para a sociologia um novo conjunto de problemas que demanda reflexões sobre as relações entre gênero e mídia mais detidamente.

2.2 CENÁRIOS PARA A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Os estudos sobre violência contra mulheres no Brasil foram influenciados pelos debates teóricos internacionais (e também nacionais) sobre o uso e definição da categoria gênero, especialmente nos anos 1990.

Esses estudos também refletiram mudanças no cenário jurídico-político nacional e internacional. O processo de redemocratização do Brasil, na década de 1980, deu ensejo à promulgação de novas leis e ao surgimento de novas instituições, as quais viabilizaram mais tarde, por meio de uma luta árdua dos movimentos feministas e pressões de organismos internacionais, o reconhecimento dos direitos das mulheres como condição para seu desenvolvimento e para criação de uma sociedade mais justa, solidária e pacífica. Desse modo, a adoção compulsória pelo Estado brasileiro, das normas internacionais como, por exemplo, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também chamada de Convenção “Belém do Pará”, assinada tardiamente em 1994, significou a adoção do paradigma internacional dos direitos humanos também nos estudos feministas sobre violência contra mulheres, que passaram então a destacar a preocupação com a garantia da cidadania das mulheres de forma mais ampla e as possibilidades de acesso à Justiça (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Nesse ínterim, os debates sobre violência contra mulheres passaram a se direcionar para a tentativa de dar visibilidade e realçar os contornos problemáticos da violência cometida por homens, no espaço doméstico, contra mulheres, – até então mistificada como algo próprio e comum às relações de conjugalidade, como se popularizou no ditado “em briga de marido e mulher, não se mete a colher!” –, tendo a categoria “violência contra mulheres” se tornado, em várias problematizações, sinônimo de “violência de gênero”, “violência doméstica” ou “violência conjugal” (SANTOS; IZUMINO, 2005).

A busca dos diferentes grupos envolvidos nesses debates por formas diversas de sinalizar ao Estado a urgência das demandas de combate social, político e jurídico à violência cometida contra mulheres conferiu visibilidade, na mídia e na sociedade civil, para as agressões e assassinatos de mulheres por seus parceiros, e para os julgamentos desses homicídios – que

foram, na época, amparados juridicamente pelo argumento da “legítima defesa da honra”⁷. Com isso os argumentos por trás da conceituação de “violência contra mulheres” passaram a ser questionados e revistos, tendo outros conceitos entrado nas disputas político-teóricas feministas (CORRÊA, 1983).

Parece-nos útil, nesse momento, tratar das questões trazidas ao debate pela militância e pelos estudos feministas para problematizar essas diferentes conceituações de “violência de gênero”, “violência contra mulheres”, “violência doméstica” e “violência conjugal”, usadas no contexto acadêmico-político brasileiro. Como observam Debert e Gregori (2008) uma reflexão mais atenta para essas conceituações é necessária pois, apesar de indicarem assimetrias de poder, não se trata de avaliações equivalentes, mas, por vezes, contrastantes, tornando indispensável o entendimento de seus argumentos e contornos.

A “violência conjugal”, por exemplo, passou a ser utilizada para se referir a violência contra mulheres marcada pelas relações de conjugalidade. Já os conceitos de “violência doméstica” e “violência familiar”, têm origem nos debates que permeavam as décadas de 1980 a 1990, sendo mais tarde bastante utilizados no campo jurídico e popularizados sob o signo da Lei Maria da Penha, ampliando a compreensão da violência para dar conta das ocorrências entre outros membros do núcleo doméstico.

Já a “violência de gênero”, também definida na Lei Maria da Penha, seria uma crítica às concepções essencialistas sobre mulheres. Para Saffioti, “violência de gênero” é

[...] o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (SAFFIOTI, 2001, p.123).

De uma forma ou de outra, todos esses conceitos foram empregados por diferentes estudiosas que se dedicaram às pesquisas sobre violência e mulheres no Brasil.

Nas universidades, os debates sobre violência e mulheres foram impulsionados pelas discussões feministas acadêmicas que decorriam das questões arroladas pelos movimentos sociais. Apesar disso, se por um lado, a questão sempre tem partido das discussões feministas, o feminismo, por sua vez, não deve ser percebido como pensamento monolítico, pois são

⁷ Como foi o célebre o caso do assassinato da socialite Ângela Diniz pelo companheiro Doca Street, em Búzios, no estado do Rio de Janeiro, em 1976. Em júri popular, Doca foi defendido pelo criminalista Evandro Lins e Silva, e, com sursis, foi condenado a dois anos, por efeito do argumento da legítima defesa da honra. Na época a grande visibilidade midiática que o crime ganhou decorreu, além de serem pessoas de classe média alta, da afirmação de Doca de que havia “matado por amor”.

diversos os caminhos das militâncias pelos direitos das mulheres, baseados em diferentes proposições e conhecimentos, algumas vezes conflitantes, para o entendimento das desigualdades entre mulheres e homens (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Entre as principais referências que orientaram as análises acadêmicas sobre a violência contra mulheres na década de 1980, cujo mote era discutir as dificuldades teóricas relativas à conceituação de violência contra mulheres dando conta do uso da categoria gênero, podemos citar os trabalhos de Marilena Chauí (1984), Maria Amélia Azevedo (1985) e Maria Filomena Gregori (1989).

Marilena Chauí (1984) pensava na violência contra mulheres como efeito de uma ideologia de dominação masculina, produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. A violência no seu entendimento, seria uma ação que hierarquizaria diferenças em desigualdades com o intuito de dominar, explorar e oprimir.

Nos seus trabalhos, entre os quais está o artigo intitulado “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”, Chauí sugere que as mulheres são cúmplices da violência que sofrem; a violência é entendida como uma ideologia definidora de uma condição “feminina” inferior a uma “masculina”. As diferenças entre feminino e masculino, dessa forma, tornam-se desigualdades por meio de discursos masculinos sobre as mulheres, os quais recaem designadamente sobre seus corpos (SANTOS; IZUMINO, 2005).

A frente dos estudos sobre as denúncias de violência doméstica contra mulheres, estava o trabalho de Maria Amélia Azevedo (1985), realizado em 1981, que partia do entendimento da violência como repercussão de relações sociais hierarquizadas de dominação e subordinação para avaliar o perfil socioeconômico das vítimas e dos agressores envolvidos em situações de violência denunciadas em distritos policiais de São Paulo, bem como o contexto social dos eventos. Seu estudo foi importante porque sinalizou para a necessidade de se examinar os contextos, apontando para a relativização das noções de dominação dos homens e vitimização ou cumplicidade das mulheres.

Para Azevedo (1985), a violência contra mulheres, que refere-se a uma violência familiar praticada pelos cônjuges ou companheiros, decorreria de dois conjuntos de fatores: os condicionantes, associados às contradições da estrutura socioeconômica patriarcal capitalista, entre os quais estaria, por exemplo, a ideologia machista, e os precipitantes dos episódios de violência, aqueles provocados por circunstâncias mais específicas da dinâmica familiar, como por exemplo, o uso de drogas (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Em “Cenas e Queixas: mulheres e relações violentas”, principal trabalho de Maria Filomena Gregori (1989), cujo objetivo era dar visibilidade às denúncias de violência por meio

de um delineamento do perfil das queixas, de vítimas e agressores, a violência contra mulheres é percebida como uma forma de comunicação, um jogo onde as mulheres não são “vítima” senão “cúmplice”. Gregori não problematiza a violência como uma relação de poder, mas entende que do ponto de vista da dominação não haveria saída para a vitimização das mulheres.

Assim, a autora analisou a violência contra mulheres com enfoque para as agressões entre cônjuges, tratando-a por violência conjugal e percebendo-a como um jogo relacional entre parceiros, por vezes perverso, de atribuição de sentidos para as práticas, em que as mulheres, embora nas relações violentas condenassem, negociassem, exigissem e, por vezes, agedissem de diversas formas, também reproduziriam papéis de gênero sustentadores da violência contra elas próprias (SANTOS; IZUMINO, 2005). Esse desdobramento conduziu a interpretação de que as mulheres são percebidas como coadjuvantes nas relações violentas, não são vítimas da dominação masculina, mas “cúmplice” quando reproduzem discursos e práticas que nutririam as violências (SAFFIOTI, 2009). Apesar de ter gerado controvérsias, tanto na militância feminista quanto no meio acadêmico, a análise de Gregori tornou-se pioneira na utilização do gênero para falar sobre mulheres no Brasil.

Importante dizer que todas essas elaborações confirmam que os trabalhos acadêmicos sobre violência contra mulheres foram antecidos por extensas discussões e movimentos sociais feministas, que lançaram, então, as questões que precisavam ser respondidas no fazer científico, o qual não deve ser pensado através de um evolucionismo linear de abordagens “superadas” ou concorrentes entre si. Por isso mesmo, temos em mente que a abordagem mais adequada não é, necessariamente, a mais nova no tempo, mas a que dê conta da realidade estudada, oferecendo possibilidades de compreensão e mudança das questões postas.

A preocupação com a temática da violência contra mulheres tornou a ganhar maior visibilidade no ano de 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), quando as ações de enfrentamento à essa violência ganharam novos contornos. Por meio da elaboração da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançaram-se diretrizes para uma atuação estruturada dos mecanismos governamentais nos três níveis da federação (BRASIL, 2011).

A partir da Política Nacional, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres foram ampliadas, sobrevivendo a inclusão de quatro dimensões/eixos que, concomitantemente, visavam desconstruir e enfrentar as desigualdades de gênero, eram eles: a prevenção, o combate, a assistência e a garantia de direitos, a partir da intervenção nos padrões sexistas/machistas ainda presentes no Brasil; da promoção do empoderamento das mulheres;

da revisão/elaboração de legislações específicas; e da garantia os direitos humanos das mulheres e seu acesso aos serviços especializados, por meio da rede de atendimento (BRASIL, 2011).

No ano de 2004, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), promovida pela SPM. O processo que culminou com a 1ª CNPM envolveu mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país e contou com a realização de mais de 2000 plenárias estaduais e municipais, durante as quais estiveram reunidos os movimentos de mulheres e feminista para construir os sentidos das diretrizes do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). Durante a Conferência, foram construídos 20 grupos de trabalho para discussão do documento “Propostas de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres”, composto pelos eixos temáticos: 1) Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra; 2) Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento; 3) Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais e recursos naturais; 4) Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos; e 5) Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade (BRASIL, 2004).

Esses eixos foram distribuídos entre os grupos e os relatórios das discussões foram sintetizados e organizados, culminando no documento final do I PNPM, que ficou estruturado em torno de quatro áreas estratégicas de atuação: 1) Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2) Educação inclusiva e não sexista; 3) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e 4) Enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2004).

Mais recentemente, diante desse imperativo de transformação de uma cultura tolerante à violação dos Direitos Humanos das Mulheres no Brasil, promulgou-se a Lei 11.340/06, de 07 de agosto de 2006, que representa a luta de diversas mulheres para conquista de seus direitos. Importante para apoiar esta mobilização foi o caso de Maria da Penha, amparada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que puniu o Brasil por omissão e exigiu legislação mais consistente (BRASIL, 2006).

A partir daí passou-se a reconhecer que a violência contra mulheres pode acontecer em qualquer lugar, mas quando acontece em casa ou nos espaços extensivos das relações familiares ou íntimas, por pessoas que convivem no mesmo ambiente doméstico ou mantenham qualquer vínculo afetivo, as pessoas são submetidas aos ditames da Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra mulheres nos termos da Constituição Federal de 1988 e das convenções

supracitadas, dispondo sobre a criação dos juzizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e a implementação de medidas protetivas que resguardam sua segurança e integridade (BRASIL, 2006)⁸.

Nos termos da Lei citada, é considerado violência doméstica e familiar contra mulher “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, p.01). Isso quer dizer que, conforme viemos problematizando acerca do gênero, a violência doméstica e familiar contra a mulher tem em suas bases uma estrutura social patriarcal-racista-capitalista-heteronormativa, que estabelece relações desiguais de gênero entre mulheres e homens.

A lei 11.340/06 tipifica ainda as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, no artigo 7º, as quais são:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006, p.01).

É preciso lembrar, como propõem Barbosa e Silva (2015), que o vetor da sexualidade também incide na violência doméstica e familiar sobre as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, assim como acontece com as mulheres heterossexuais. É dentro de casa e nas relações de intimidade que ocorre grande parte dos eventos de violência contra elas, que chegam a sofrer mais porque os eventos são rotineiros e, muitas vezes, banalizados. Por efeito, elas próprias não percebem que as situações que enfrentam cotidianamente são

⁸ Entre as inovações da lei, estão as medidas protetivas de urgência, fundamentais para garantir os direitos das mulheres e estender o seu acesso à rede de atendimento especializada, incluindo desde o acolhimento psicossocial e jurídico ao abrigo das mulheres e filhos(as) nos casos de grave ameaça e risco de morte (BRASIL, 2006).

violências, por estarem tão acostumadas a vivenciar essas condições de dominação e opressão em casa, de forma que tornam-se naturalizadas. Frente a esse contexto é que a Lei Maria da Penha precisa ser divulgada como um instrumento poderoso que dá conta também da realidade dessas mulheres.

Em 13 de março de 2013, a presidenta Dilma Rousseff lançou o programa “Mulher, Viver sem Violência” (BRASIL, 2013), tendo como objetivo a integração e ampliação dos serviços públicos de atenção às mulheres em situação de violência, com a articulação dos atendimentos especializados na área da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. Entre 2013 e 2014⁹, todos os estados com exceção de Pernambuco, aderiram ao programa, que atualmente está estruturado nos eixos: a) Implementação da Casa da Mulher Brasileira; b) Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; c) Organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; d) Implantação e Manutenção dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca e) Campanhas continuadas de conscientização; f) Unidades Móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta.

Diante do exposto, podemos constatar que a multiplicidade de nomes para a violência contra mulheres e os debates sobre seus usos e definições sugerem que é ela uma dimensão cara para os feminismos e para as ciências sociais, e que, além disso, as análises sobre as diversas formas de violência relacionadas às mulheres assinalaram desde cedo a violência doméstica e familiar como uma disposição destacada nas ações políticas e acadêmicas.

De tal modo, embora não estejamos nos referindo nesta pesquisa exclusivamente aos casos de violência doméstica e familiar, mas aos casos de violência contra mulheres de maneira ampla¹⁰, é válido citar as respostas do Estado para os eventos que são amparados por leis específicas.

⁹ Estamos tomando como referências as legislações que foram lançadas até o final do ano de 2014 para efeito de análise do *corpus* da pesquisa, cujas notícias foram veiculadas nesse período.

¹⁰ “Mais recente ainda, em março de 2015 foi sancionada a Lei 13.104/2015, que define o feminicídio como crime hediondo pelo fato de ser mulher, com agravantes quando acontece em situações específicas de vulnerabilidade (gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc.) (BRASIL, 2015a). Embora controversa e alvo de críticas por parte dos operadores da lei e dos movimentos sociais feministas, a lei entende que existe feminicídio quando envolve violência doméstica e familiar, ou quando há evidências de discriminação às mulheres.

3. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MÍDIA ONLINE: ENTRE NOTICIAR E DES(CONSTRUIR)

3.1 A MÍDIA COMO CAMPO DE (RE)PRODUÇÃO DE *HABITUS* GENDRADO

Em muitos aspectos, desde a década de 1970, a relação entre gênero e mídia tem motivado estudos no campo da comunicação. A maioria deles trata-se de análises feministas de conteúdo jornalístico motivadas pelo anseio de compreender como as construções sociais e representações sobre mulheres e homens estão ligadas a padrões de desigualdade, dominação e opressão. Por vezes, as análises examinam representações e práticas textuais em detalhe, outras, têm enfatizado as negociações criativas que fazem o público com os textos, com maior ou menor ênfase em seu impacto ideológico (GILL, 2007, p.7).

No que diz respeito à veiculação de notícias de crimes de violência contra mulheres nos portais de notícias, percorremos o caminho de análise do gênero representado nos discursos como *habitus* gendrado (BOURDIEU, 2007), para entender como, nos discursos das notícias, os sujeitos sociais atravessados pelo gênero estão dispostos de forma a (re)produzir significados para a violência contra mulheres.

Os *habitus* são

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 2003, p. 53-54).

As disposições dos *habitus* não são mecânicas, determinísticas, mas plásticas, flexíveis (THIRY-CHERQUES, 2006). Eles constituem não apenas o sistema mental de produção e categorização cognitiva, ética, estética e afetiva da conduta e dos significados objetivados no conjunto de disposições morais e princípios práticos normativos (*ethos*), mas também, e de forma articulada, um conjunto de disposições moldadas, materializadas e inscritas nos corpos (*hêxis*) pelos processos de socialização, como se fossem disposições interiorizadas tomadas como naturais, de se relacionar com o próprio corpo (gestos e posturas), que é, na verdade, encarnado ou somatizado das propriedades historicamente específicas de um contexto social, as quais conduzem a nossa forma de agir, a nossa maneira de intuir, julgar e compreender o

mundo (*eidós*). Dessa forma, o *habitus* “funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações*” (BOURDIEU, 1984, p 57, grifo do autor).

Os *habitus* são ainda parcialmente autônomos, pois embora estejam inscritos fortemente em nosso psiquismo sob os condicionantes das estruturas, organizando as nossas práticas e representações, pensamentos e ações, têm certa autonomia conferida pelos princípios dominantes no campo onde está inscrito, dando ensejo aos potenciais ligados à trajetória social dos sujeitos¹¹ que tendem a ser reversíveis e (re)construídas (BOURDIEU, 1984).

Como explicam Saffioti e Almeida (1995, p. 59):

Bourdieu imprime ao seu conceito de *habitus* uma capacidade criadora, ou, em seus próprios termos, uma “potência geradora”, conferindo-lhe historicidade: e o que foi sendo adquirido pelos indivíduos, ao longo de suas trajetórias, apresentando-se “sob a forma de disposições permanentes”. Chama atenção para o fato de que assume a aparência de algo inato, embora, de fato, não o seja. O *habitus* tem implantação histórica, mas guarda autonomia relativamente às suas determinações imediatas. Sua necessidade contínua de reatualização (leia-se ajustamento, adaptação) pode engendrar mudanças duráveis, dentro de contornos bastante precisos (grifo dos autores).

Do marxismo, Bourdieu (1984) toma as ideias da luta pela dominação e da “consciência de classe”¹², que integram o conceito de *habitus*, e se atém ao princípio da estrutura e da ação para entender as práticas sociais, recusando, contudo, a “ilusão racionalista” do estruturalismo, – o pensamento que não leva em conta o contexto em questão, tal como as teorias que partem de uma lógica dada do social, que se fundam em situações ideais de justiça, de diálogo, etc., – pensando que as estruturas devem ser analisadas a partir da prática.

Nesse sentido, os *habitus* são (re)produzidos por meio de práticas sociais cotidianas, como aprender a andar, aprender a falar e escrever. O gênero como *habitus*, portanto, é entendido como práticas encarnadas, no sentido de que se inscreve nos corpos, e é por meio dessas práticas que as relações sociais são (re)produzidas e/ou modificadas. Ou seja, os sujeitos sociais mantêm ou desafiam as relações de gênero mediante as práticas sociais de suas vidas cotidianas, mediante os *habitus* gendrados, que embora apresentem contornos de tenacidade muito superior ao dos performativos (BUTLER, 2003), quando pensados em termos de ordem patriarcal de gênero, não são, a nosso ver, de forma alguma, inacessíveis à mudança.

¹¹ Bourdieu, de acordo com Thiry-Cherques (2006), não faz uso do conceito de “sujeito”, como estamos nos referindo, mas de “agente”, pois em sua perspectiva os indivíduos são agentes que têm senso prático, atuando e sabendo fazer uso desse senso nas suas preferências, classificações e percepção.

¹² Mas se afasta dos conceitos de falsa consciência, alienação, mistificação, pois para ele, a dominação se cumpre por meio da violência, seja ela a violência física, concreta, ou simbólica, seja mediante coação física sobre os corpos, seja através da coação espiritual sobre as consciências (BOURDIEU, 1984).

Esse entendimento é semelhante, poderíamos dizer, ao pensamento de Teresa de Lauretis (1994). Nossa proposta converge com a de Lauretis – embora guarde diferenças de tradição disciplinar dos autores com os quais viemos até agora dialogando – quando ela afirmar que gênero é representação, e a representação do gênero é a sua própria construção, gravada no sujeito pelas práticas discursivas e instituições socioculturais dedicadas à fabricação de homens e mulheres. Para chegar a esse entendimento, Lauretis baseia-se no conceito de tecnologia do sexo, de Foucault, para propor que “o gênero, como representação e auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais” (LAURETIS, 1994, p. 208).

Nos termos de Lauretis,

[...] a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p.ex., o cinema) e discursos institucionais (p.ex., a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero. Mas os termos para uma construção diferente do gênero também existem, nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micropolíticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível “local” de resistência, na subjetividade e na auto-representação (LAURETIS, 1994, p. 228).

De tal modo, não sendo propriedade dos corpos, nem algo previamente dado, mas um conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais na esteira de diferentes tecnologias sociais, como as práticas discursivas, o gênero impregna os corpos de símbolos, conferindo-lhes significados associados a ideias relacionais de feminilidade e masculinidade e produzindo sujeitos gendrados, materializados como homens e mulheres (LAURETIS, 1994)¹³.

Próximo a esse sentido, entendemos a mídia online como uma dessas tecnologias, que, ao veicular notícias sobre violência contra mulheres nos portais de notícias, (re)produz engendramentos sobre os crimes através dos discursos.

Por isso, podemos dizer de início que a mídia é o conjunto de instituições que fazem o uso de tecnologias específicas para incrementar a comunicação humana, que torna-se

¹³ É muito útil mencionar essa percepção de sujeito de Lauretis (1994), pois, como percebe Saffioti, “ele é constituído em gênero, em raça/etnia e em classe social; não se tratando do um sujeito unificado, mas múltiplo; ‘não tão dividido quanto questionador’” (SAFFIOTI, 2004, p.139). Temos aqui a indissociabilidade da classe e raça/etnia ao gênero, admitindo, não obstante, seu caráter discursivo. Ainda que persista o risco, como aponta Lauretis (1994), de que se permaneça amarrada aos termos do próprio patriarcado, ao problematizar certos aspectos do gênero a partir de um delineamento crítico do patriarcado. Não obstante, acreditamos que resulta numa articulação benfazeja aos impasses teóricos-metodológicos desta pesquisa, entender os sentidos da violência contra mulheres observando os discursos de gênero pelo caminho de análise dos hábitos gendrados.

mediatizada quando se utiliza dos recursos tecnológicos para efetivar a comunicação em massa (GUAZINA, 2007).

Percebendo a mídia como um campo, entendemos que neste campo midiático podem desdobrar-se relações contraditórias entre agentes em condições desiguais de poder (simbólico). O campo é um conceito central na obra de Bourdieu (1984), onde destaca a influência da esfera simbólica e as relações de poder na constituição das estruturas sociais. Trata-se de um espaço estruturado de relações sociais, cujos limites só se delineiam em situações específicas. Dotado de mecanismos próprios, é um microcosmo autônomo do tecido social, onde eclodem tensões, cujo cerne situa-se nas disputas entre dominados e dominantes, que atuam conforme suas posições, pela manutenção ou modificação de sua estrutura.

Os campos não são estruturas fixas, mas estruturas historicamente construídas pelos *habitus* que eles beneficiam, de forma que, como explica Thiry-Cherques (2006), o que demarca as fronteiras e decide a existência dos campos é a ação dos indivíduos e dos grupos organizados e organizadores das relações de força, tendo em vista interesses específicos, investimentos econômicos e psicológicos agenciados por meio de *habitus* e de instituições neles inseridas.

Dito de outro modo, o campo é a repercussão dos processos de diferenciação social entre os agentes (indivíduos e grupos) que se desdobram através das relações de força, de disputas de poder entre esses agentes, ou seja, pelo domínio ou posse da autoridade que concede o poder de ditar as regras e de distribuir e acumular (desigualmente) capital específico àquele campo (BOURDIEU, 1983).

Essa distribuição desigual de capital específico ao campo motiva os agentes que buscam a sua posse para a elaboração de estratégias de luta. Assim, de um lado, os agentes que dominam e conservam a autoridade tendem a organizar estratégias de conservação, em oposição aos dominados, que, na posse de menos capital, buscam inverter a dominação por meio de estratégias subversivas, as quais eclodem em momentos de crise, pois é sob essa condição que desponta o questionamento da dominação. E de outro, tanto agentes dominantes como dominados consentem diante do valor atribuído à disputa pela posse da autoridade, do poder, ou seja, as regras básicas não são questionadas, e, assim, fatalmente contribuem para a sua reprodução, embora a estrutura em si ofereça espaço para sua subversão (BOURDIEU, 1984).

É nesse sentido que o campo é tanto “um “campo de forças”, uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 35).

Vale mencionar que o tecido social é constituído por diversos campos que possuem uma lógica própria, microcosmos ou espaços de relações objetivas que, todavia, não são irreduzíveis à lógica que rege os outros campos. Os *habitus* são referidos a um campo, e se localizam em meio às relações estruturais que conformam as ações e as instituições e às ações dos sujeitos que estruturam as relações (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 35).

Assim, decorre do entendimento das proposições de Bourdieu (1984, 2007) que os agentes e instituições dominantes de um campo social tendem a inculcar as práticas sociais dominantes, de modo a (re)produzir os *habitus*, legitimar a (re)produção ou a mudança dos *habitus*. É assim que estamos abordando a mídia como um campo social, cujos veículos tem o poder não só de reprodução das desigualdades sociais, mas também de mudança, desde que, sendo eles dispositivos de dominação, tenham interesse em operar mudanças nas desigualdades que residem desde o cerne dos próprios dispositivos, vislumbrando-as como capital específico do campo, isto é, que percebam a mudança das disposições sociais como algo válido e útil para a sustentação e sobrevivência do campo.

Desse modo, estamos entendendo a mídia como um campo social interseccionado por outros campos sociais, e o webjornalismo de portal (CANAVILHAS, 2014) como um campo dentro do campo midiático, que, ao veicular notícias sobre violência contra mulheres nos portais de notícias, (re)produz ou opera mudança em *habitus* gendrados para atribuição de significados à violência contra mulheres através dos discursos jornalísticos.

No campo midiático, em que pese a pretensa vocação de busca e transmissão da verdade, a circulação das informações reflete determinados recortes no campo social, pois os valores que vêm embutidos na informação estão dispostos em referência aos *habitus* e às relações de poder que o fundamentam e se exercem simbolicamente.

Como explica Nascimento (2006), nesses processos de controle das informações circulantes, para as quais a verdade é o norte principal, quando pensamos nesta vontade de verdade como sistema de exclusão (FOUCAULT, 1999), percebemos que, conferindo para si o lugar de verdade, as mídias tornam-se detentoras de saber e, conseqüentemente, “atuam no exercício do poder, atribuindo e dando visibilidade a valores norteadores na sociedade” (NASCIMENTO, 2006, p. 21).

Charaudeau (2006), de forma semelhante, entende que

[...] a informação não existe em si, numa exterioridade do ser humano, como podem existir certos objetos da realidade, material (uma árvore, a chuva, o Sol) cuja significação, eternamente, depende do olhar que o homem lança sobre esses objetos, mas cuja existência é independente da ação humana. A informação é pura enunciação. Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de

conhecimento que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento (p. 36).

O que implica no entendimento de que as escolhas daquilo que será noticiado darão visibilidade a certos aspectos da informação em detrimento de outros. Ou seja, a informação midiática ocupa lugar privilegiado de saber, ao mesmo tempo que reveste-se de poderes, refletidos na (re)produção dos eventos com recortes específicos da dinâmica social. São, portanto, saberes-poderes fundantes e legitimadores de valores sociais que atravessam as sociedades (NASCIMENTO, 2006).

Talvez essa pretensão represente a tendência de “mostrar a qualquer preço”, de “tornar visível o invisível” e de “selecionar o que é mais surpreendente” (as notícias ruins), permitindo a construção de uma imagem fragmentada do espaço público, que é, por sua vez, uma visão adequada aos objetivos das mídias, porém bem apartada de um reflexo fiel. “Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 20).

Nesse sentido, as mídias não são a democracia em si, mas o “espetáculo da democracia”, o que, paradoxalmente, é uma necessidade. O espaço público como realidade empírica é então multifacetado, onde desdobram-se práticas diversas, sendo umas de linguagem, outras de ação, de trocas ou de organização em grupos de influência. Isso ocorre no domínio de cada uma das três esferas que constituem as sociedades democráticas: a do político, a do civil e a das mídias (CHARAUDEAU, 2006).

Com efeito, nos discursos midiáticos a informação está arranjada em um processo dialético, dirigido à busca dos fatos e à busca de saberes, que se constituem em um universo de trocas simbólicas¹⁴. Como explica Nascimento (2006),

[...] esse discurso, “acreditado” por si mesmo ocupa, assim, um lugar legitimado de saber, mas não qualquer saber, um saber digno de fé, de crédito. Considerando que, ao retomar Foucault, o saber está sempre atrelado a uma forma de poder, a dupla saber e poder torna-se, pois, indissociável. Desse modo, a prática midiática, ao mesmo tempo que se reveste de saber, ocupa também um lugar de poder, reforçando e instituindo valores sociais que caracterizam determinada sociedade (p.19).

Pode-se dizer, então, que as mídias funcionam segundo uma “dupla lógica”: uma econômica, que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, cujo desígnio situa-se na fabricação de produtos que se definem pelo lugar que ocupam no mercado

¹⁴ A troca é entendida como o próprio exercício do pensamento simbólico: os bens trocados comunicam informação, não por serem coisas em si mesmas, mas por constituírem-se como signos (NASCIMENTO, 2006).

de troca de bens de consumo; e outra simbólica, que faz com que todo organismo de informação participe, por vocação, da construção da opinião pública (CHARAUDEAU, 2006).

3.2 ESPECIFICIDADES DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA MÍDIA ONLINE

O filósofo Pierre Levý (1993), em seu célebre livro “As tecnologias da inteligência”, aponta que as maneiras de pensar e de conviver inauguradas pelo mundo das telecomunicações e da informática no final do século XX deram ensejo à incidência cada vez mais pregnante das realidades tecnoeconômicas sobre todos os aspectos da vida social.

A sociedade, até aí fundada sobre a escrita, caracterizava-se pela objetivação dos fatos e a preocupação com a verdade subjacente à ciência moderna. O saber inaugurado pelas telecomunicações e informática, entretanto, afasta-se deste saber “de cor” que, ao informatizar-se, passa a ser objetivado a tal ponto que a verdade pode deixar de ser uma questão fundamental, em proveito da operacionalização e velocidade (LEVÝ, 1993).

Partilhamos nesta pesquisa a ideia de que a mídia online, que caracteriza-se como mídia diferenciada das demais por subscrever a comunicação mediada pela internet, vem distinguindo-se como arena privilegiada para informar, conectar e pautar debates simultâneos da sociedade civil, por conferir maior visibilidade às lutas discursivas que acontecem na esfera pública em escala global (LEVÝ, 2003).

Para Ramonet (2003), em decorrência da revolução digital, é extremamente difícil colocar contornos nítidos ao que se convencionou chamar mundo das mídias, mundo da comunicação, da cultura de massas, e o mundo da publicidade, pois as fronteiras entre os três setores está cada dia mais tênue, e, portanto, mais escapável de apreensão por apenas uma disciplina do conhecimento.

Não há mais somente o universo do escrito, o universo do som, ou o universo da imagem separadamente, pois tudo se mescla. Da mesma forma, no âmbito da comunicação mediada pela tecnologia, o que se nota é que os aparatos se fundem: o telefone, o rádio, a televisão, o computador. Esse universo de fusões e múltiplas funções para produção de informações, aliadas à conectividade, à velocidade de intercâmbios e às novas retóricas é o que caracteriza a internet como ferramenta midiática mais eficaz e influente na atualidade (RAMONET, 2003).

Ciberespaço¹⁵ é para Levý (1999, p. 17) o meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores e especifica não somente a “infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo”.

A influência das mídias online tem agarrado boa parcela da responsabilidade na dispersão massiva de padrões fundantes de conceitos e preconceitos. E embora permaneçam as controvérsias sobre quem copia quem, é certo que as mídias online, ao menos, têm amplificado determinados modos de pensar e comportamentos, dando uma voz mais ressoante, de um lado, aos grupos que tradicionalmente têm influência e acesso sobre a produção de informação na sociedade, falando de um lugar onde assumem certa hegemonia, e de outro, por sua vez, aos grupos que historicamente têm lutado para transformação desta ordem de coisas (LEVÝ, 2003).

Desse modo, sob os auspícios das mídias online, esses grupos disputam sentidos e lugares na tribuna, agarrando-se em lutas discursivas que delineiam desejos, interesses, aspirações e representações (CASTELLS, 2007). Isso representa, talvez, a ideia de que

Lutamos com palavras, imagens e outros modos de expressão nos conflitos das linguagens, tentando demonstrar as tensões que se engendram e se estendem das práticas cotidianas dos homens comuns para o campo amplificado e mediatizado dos meios de comunicação. Talvez seja uma luta inglória. Afinal é o próprio exercício de viver que nos condiciona aos embates de toda sorte, e, mesmo sem dar conta de nossas pelejas, arremessamo-nos a outros mais arriscadas, por se localizarem em campos de batalha desconhecidos. Não há como fugir aos atritos da vida, mas estamos o tempo todo reproduzindo ou recriando necessidades e espaços de combate (MAGALHÃES, 2003, p. 28).

Algumas dessas lutas discursivas que têm ganhado repercussão entre as mídias online estão relacionadas à questão da violência contra as mulheres. É o que mostra o estudo realizado por Paola Bonavitta e Jimena de Garay Hernández (2011), que investigaram os discursos midiáticos, de jornais impressos e da mídia online, sobre as mulheres representadas em crimes, em anúncios publicitários online, em redes sociais, etc., na Argentina e no México.

As autoras citadas discutem a influência desses meios de comunicação na formação de ideologias e práticas que prejudicam as mulheres e propiciam a violência contra elas, a partir das representações sociais que criam. A conclusão a que chegaram é que as imagens estereotipadas das mulheres desenhadas pelos discursos midiáticos reforçam a violência contra elas.

¹⁵ Estamos utilizando os termos ciberespaço, rede e web como sinônimos.

Outra conclusão importante é que apesar das diferenças socioculturais entre Argentina e México, as pesquisadoras não observaram grandes diferenças na representação das mulheres nos discursos midiáticos. Os estereótipos são os mesmos. Para os crimes de violência, torna-se visível a exigência da perfeição, além da operação da lógica de causa e efeito na enunciação da notícia: há um ato anterior (único, exclusivo e irreduzível) que decide por que aconteceu o assassinato, o estupro e/ou espancamento. Não há críticas ao episódio violento, não há pedido de punição; os atos violentos são classificados, antecipadamente, como “crimes passionais”, o que induz ao uso das paixões como justificativa para o crime. Há sempre uma razão para a violência cometida contra as mulheres, gerando, na opinião das autoras, uma “insatisfação constante por não poder alcançar os objetivos difundidos pelos meios de comunicação” (BONAVITTA; DE GARAY HERNANDEZ, 2011, p. 28).

Outro trabalho notável é o coordenado pela ANDI¹⁶ – Comunicação e Direitos em parceria com o Instituto Patrícia Galvão no Brasil, intitulado “Imprensa e agenda de direitos das mulheres: Uma análise das tendências da cobertura jornalística”. Essa investigação tomou como base a produção editorial de 16 jornais impressos de todo o País, entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, e revelou que, mesmo após a entrada em vigor da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), os veículos de notícias brasileiros ainda têm dificuldades em tratar a violência contra as mulheres enquanto fenômeno complexo e multidimensional. O estudo revelou ainda que o foco prevaletente dessa cobertura está nas ocorrências individualizadas, relatadas a partir de um viés policial, deixando de lado uma abordagem mais ampla do problema (SANEMATSU, 2011).

Embora a pesquisa mencionada acima não tenha tomado como base a produção discursiva da mídia online, no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, por exemplo, onde o surgimento dos portais decorreu da evolução de *sites* de busca, de acordo com Ferrari (2014), os *sites* de conteúdos nasceram, desenvolveram-se e mantêm-se dentro das empresas jornalísticas, ou seja, como versões eletrônicas de jornais impressos.

O estudo conclui que as produções discursivas para a violência contra mulheres, classificadas como noticiosas e apelidadas de “policialescas”, muito mais do que informar, têm reiterado a violação de direitos contra mulheres, tendo sido tão apartadas do horizonte ético que norteia a práxis jornalística, que alguns analistas do campo da comunicação consideram-nas espetáculos de diversão grotesco (SANEMATSU, 2011).

¹⁶ Fundada em 1993 como “Agência de Notícias dos Direitos da Infância”, nome que dá sentido à sua sigla, a ANDI, depois de avaliar as crescentes contribuições em outras áreas temáticas, ressignificou sua existência em 2011 e passou então a ser nomeada ANDI – Comunicação e Direitos.

Aqui vale abrir um parêntese para dizer que, uma vez tendo se desenvolvido simultaneamente e conectada ao exercício do poder, a imprensa e suas publicações controlam a autoridade sistemática e secularmente, ao longo de uma historicidade que emerge para desconstruir a imparcialidade da prática discursiva (THOMPSON, 1995).

De acordo com Thompson (1995, p. 327), durante o século XX, o aumento acentuado das indústrias da mídia converteu-as em organizações econômicas interessadas na produção, divulgação e circulação em massa de bens simbólicos, integrando-se, cada vez mais, em “conglomerados de comunicações” diversificados.

Disso, podemos retirar o entendimento de que, embora as instituições jornalísticas pareçam ser independentes do Estado, e aqui apontamos o horizonte de democratização, como sugere Nogueira (2002, p. 224), sua imparcialidade é constantemente ameaçada pela competitividade global “e acumulação crescente de capital, resultando num declínio constante no número de jornais e numa concentração de recursos nas mãos de grandes empresários da multimídia”.

Nos termos de Nogueira,

Essas relações econômicas, relações de dependências causadas pelo crescimento desenfreado das organizações da mídia no campo privado, funcionam de modo a reger o discurso jornalístico mantendo determinadas ordens de discurso e, por conseguinte, determinadas ordens sociais. Por essa linha de raciocínio, podemos considerar a neutralidade e a objetividade jornalísticas como efeitos de sentido que escondem os controles externos e internos da prática jornalística” (NOGUEIRA, 2002, p. 224-225).

Por este viés, concordamos que a internet é sim um espaço de democratização onde o ciberespaço se expande e se torna universal, no sentido da multiplicidade e diversidade de vozes. Contudo, esta ideia só existe do ponto de vista virtual e técnico, pois, do ponto de vista de práticas sociais efetivas, nem todas as vozes têm acesso a tudo que precisam e a qualquer instante. Além disso, como explica Melo (2004, p. 03), ninguém obtém acesso a tudo o que está na web, pois, “as trocas no ciberespaço funcionam como quaisquer outras. Ou seja, estão vinculadas às condições de produção e circulação dos discursos (conhecimento, acesso etc.)”.

Diante disso, e retomando o fio da problemática exposta em ambos os trabalhos mencionados, questionamos se as mídias, em especial as mídias online, não estariam dificultando o enfrentamento da violência contra mulheres, – ao invés do que se espera quando se tem em vista um horizonte de democratização. A hipótese decorre de possibilidade de as mídias online não estarem usando sua capacidade de visibilidade, divulgação e sensibilização sobre a questão da violência contra mulheres, mas sendo cúmplices e atores importantes na

perpetuação de tal problemática, quando não propiciam uma sociedade mais democrática e tolerante, gerando, ao contrário, novas formas de violência, mais sutis, mais modernas.

Não obstante, as próprias mídias online reúnem potencialidades para a reversão desse quadro. É o que afirmam as pesquisadoras Ramos e Paiva (2007). Segundo elas, a cobertura das mídias pode colaborar muito para enfraquecer a situação de impunidade e cobrar das autoridades de segurança medidas de prevenção e repressão de crimes de violência.

Isso porque, como já discorremos, as mídias online organizam-se através da internet, que têm se convertido no centro, na artéria principal de distintos meios de comunicação, sendo uma ferramenta com um grande potencial para auxiliar na democratização dos governos, pela horizontalidade, pela conectividade e agilidade da comunicação, com a possibilidade de difundir informação a custos mínimos, favorecendo um espaço comunicacional mais propício ao desenvolvimento da igualdade de direitos (CASTELLS, 2004).

Entre as mídias online, o webjornalismo dos portais de notícia é, cada dia mais, lugar privilegiado – ao lado das redes sociais –, onde essas lutas discursivas ganham relevo. Isto porque o conteúdo jornalístico convertido em hipertexto¹⁷, acessível e “em tempo real”, agregado a outros inúmeros serviços à disposição dos usuários a simples toques em *links*¹⁸, tem sido o principal chamariz para reunir milhares de navegantes conectados ao mesmo tempo (FERRARI, 2011).

De acordo com Machado e Palacios (1996), desde meados da década de 1990 têm sido feitas pesquisas com o intuito de analisar os elementos que demarcam especificidades para o webjornalismo como campo de produção discursiva do campo midiático. Os primeiros estudos identificavam a hipertextualidade, a interatividade e a multimídia como as inovações da prática discursiva no ciberespaço. Mais tarde, com a consolidação do webjornalismo, outras características foram sendo pensadas, culminando com os sete elementos que o definem, conforme indica Canavilhas (2014). São eles: a hipertextualidade, a multimídia, a interatividade, a memória, a instantaneidade, a personalização e a ubiquidade.

A hipertextualidade refere-se ao uso dos hipertextos, que permitem operar hiperligações simultâneas entre blocos informativos; a multimídia refere-se ao caráter de multiplataforma polivalente de combinações de linguagens, em outros termos, refere-se às

¹⁷ Por hipertexto podemos entender, de início, o conjunto de elementos das mensagens informatizadas que têm o poder de conectar palavras e frases cujos significados remetem-se uns aos outros, dialogam e ecoam mutuamente, constituindo uma rede de associações de significados (LEVY, 1993).

¹⁸ Um *link*, abreviação de *hyperlink*, termo de origem inglesa, que em português podemos traduzir sem prejuízo de significado como “elo” ou “ligação”, é o elemento básico de hipertexto que oferece um método de passar de um ponto do documento para outro ponto do mesmo documento ou em outro documento (FERRARI, 2011).

diversas possibilidades de uso das facetas multimidiáticas, ou seja, de vídeos, de sons, de hipertextos; a interatividade refere-se à capacidade de interlocução gradual das mídias para dar maior poder aos usuários tanto na escolha de conteúdos como nas possibilidades de expressão; a memória indica que todo o passado construído pelas atividades jornalísticas não é consensual, pois são tantos os passados quantos forem os relatos anotados; a instantaneidade refere-se ao caráter efêmero da atualização e difusão das notícias; a personalização refere-se à qualidade do que é produzido, a despeito de qualquer anseio de objetividade e imparcialidade; e a ubiquidade assinala que as notícias acontecem em toda parte da web, atingindo um universo geográfico amplo (CANAVILHAS, 2014).

Contudo, essas características, segundo Palacios (2004), não implicam rupturas com as produções discursivas anteriores ao argumento do ciberespaço, mas podem ser compreendidas como potencialização de características que antes já estavam presentes nas mídias. Com isso, queremos dizer que o webjornalismo ainda é pensado tendo em vista a complexidade da sociedade e os recursos disponíveis para a construção de histórias.

Sobre os discursos mediados pelo computador, especialmente pela internet, é imprescindível destacar o papel do hipertexto. O termo hipertexto surgiu na década de 1960 para referir-se à ideia de leitura não linear em ambientes informatizados. Contudo, foi somente a partir da década de 1990 que o termo ganhou ênfase maior no campo da linguística e da comunicação, que passaram a problematizá-lo por meio dos questionamentos acerca dos modos como a informação circulava e se apresentava no ambiente virtual (KOCH, 2007).

O que permite pensar o hipertexto como qualitativamente diferente do texto convencional é a conectividade, que se estabelece como princípio estruturante para produzir mudanças no acúmulo e circulação de informações, nos conceitos de autor, leitor e leitura, e na própria tessitura de textos, em virtude de sua qualidade de ligar informações de textos e outros recursos midiáticos diversos (KOCH, 2007).

Para os fins desta pesquisa, entretanto, estamos nos restringindo a defender que a maior diferença entre texto e hipertexto é a mediação da tecnologia, pois, o texto é em si é uma produção de sentidos múltiplos. Todo texto é não-linear em sua construção, ou seja, como afirma Koch (2007), todo texto é um hipertexto. Similarmente, é como nos diz Marcuschi (1999, p. 29), ao defender que “assim como o hipertexto virtualiza o concreto, o texto concretiza a virtualidade”.

4. ANÁLISE DE DISCURSOS: TRANSITANDO ENTRE CAMINHOS VÁRIOS

4.1 POSICIONANDO O LUGAR E A VOZ DA ANALISTA

Wright Mills, em seu célebre livro “A imaginação sociológica” (1969), diz que, nas investigações em ciências sociais, a escolha dos problemas estudados primeiramente carrega as afeições e precedências do(a) pesquisador(a), por isso, é imprescindível que elas sejam permanentemente assinaladas.

Indo um pouco mais além, Howard S. Becker, no texto “De que lado nós estamos?” (1977) indica que a própria escolha implica um julgamento de valor, na medida em que privilegia um problema em detrimento de outros tantos possíveis. Para o autor, o contexto e o norte teórico da análise, e a personalidade e o momento sócio-histórico do pesquisador afetam os resultados finais da investigação. Apesar disso, quanto mais o(a) pesquisador(a) assuma conscientemente suas simpatias pessoais, destacando “de que lado está” e os limites dessa escolha, entendendo que considerações absolutamente objetivas são uma ilusão, mais é capaz de evitar o *bias*, que é exatamente esse viés ou direcionamento inspirado nos valores pessoais do pesquisador, que, em geral, aponta para o lado do grupo estudado – comumente em situação de desvantagem social.

De tal modo, ao refletir sobre os entremeios do seu posicionamento, o(a) pesquisador(a) tem um importante papel político de dar voz aos sujeitos que estão em posições marginalizadas na “hierarquia de credibilidade” da sociedade examinada. Tendo em vista esse horizonte metodológico, cabe aqui explicar porque temos uma dissertação escrita em primeira pessoa do plural. Arriscado talvez, mas o risco não representa pretexto para não tentar.

A escrita em “nós” transforma realidades sociais ao refletir o engajamento de corpo e alma, fazendo coincidir o olhar do outro e aquele que se volta para si própria ao proporcionar o que há de mais digno na presença: o reconhecimento – e poderíamos completar: a sororidade¹⁹ na luta feminista –, que é o que nos mantêm situadas nessa regência.

¹⁹ O termo “sororidade” é uma metáfora adaptada do original francês *sororité*. Na língua portuguesa o termo “sororidade” não existe; o equivalente mais próximo ao original é “irmandade”. Falar em sororidade, atualmente, sugere a ênfase nas dimensões ética e política das práxis feministas, ao contrário de quando o termo aportou no Brasil, na década de 80, e se popularizou pela concentração na necessidade de construção da imagem de uma mulher coletiva. Atualmente “sororidade” faz referência às experiências subjetivas das mulheres entre si, na busca pela construção de alianças e coalizões para a eliminação social de todas as formas de opressão contra elas e o apoio mútuo para alcançar seu empoderamento. A sororidade é, portanto, um termo que reúne discursos e práticas de uma consciência crítica sobre a misoginia, que tenciona, pelo esforço pessoal e coletivo, varrer para longe a misoginia e transformar as relações de solidariedade entre as mulheres, de modo que represente um recurso para enfrentar os conflitos que podem surgir entre elas, pelo reconhecimento de que mulheres são diferentes e que a diferença é um capital e um poder (COSTA, 2009).

Donna Haraway (2009 [1988]) escreveu de maneira inspiradora que fazer uso de conhecimentos situados, ou “saberes localizados”, na pesquisa científica seria um caminho conciliador para as pesquisadoras feministas que, ao se depararem nas pesquisas com as circunstâncias históricas dos sujeitos saltando às páginas dos conhecimentos produzidos e observando o imperativo de afiançar, ao mesmo tempo, objetividade de conhecimento fiel à “realidade”, viam-se diante de um dilema. De tal modo, destacamos aqui a nossa defesa e apropriação da proposta de Haraway de que o conhecimento científico feminista, constantemente parcial e incompleto, visto que é resultante da (des)construção não inocente entre pesquisadora e objeto de estudo, está inscrito em relações de poder e pretende justamente explicitá-las, dispondo o conhecimento às problematizações e disputas de sentido.

Com Haraway (2009, p. 25), argumentamos em favor da posicionalidade do “distanciamento apaixonado” para produção de conhecimentos críticos, parciais e situados, assim como de uma leitura sensível ao poder como ponto de partida para construção de conhecimento não inocente e responsável, pois acreditamos que ela cumpre função social e política quando é democrática e tem em vista a confiabilidade em saberes outros que não se encaixam necessariamente nos modos racionais de fazer ciência. Sem essa consideração é impossível produzir conhecimentos feministas sustentando a viabilidade de contexturas de solidariedade política e o diálogo de epistemologias, especialmente, tendo em vista a reflexividade (SPINK, 2010), essa atitude inseparável da própria ciência que volta o olhar crítico para si mesma na tentativa de dissolver certas hegemonias ao abrir-se para a revisão de conceitos dos leitores(as) que decidirão sobre a validade do conhecimento, mais que a comunidade científica.

De tal modo, temos por certo que a estratégia de dissertar em primeira pessoa do plural, nós, mulheres, é uma maneira de, coletivamente, quebrar o silêncio que nos é imposto nas ciências, representando, por conseguinte, um esforço de reverter o silenciamento das mulheres na tradição do conhecimento colonizado (CONNELL, 2014), de autorizar nossos próprios discursos e de fazer aparecer nossas próprias vozes e linguagens.

Isso esclarecido, é preciso então estabelecer as correspondências entre os componentes ontológicos do mundo social disponíveis, e a postura epistemológica que estamos adotando na pesquisa. Nesse sentido, a perspectiva de Lukács (1978) é uma ontologia social adequada para nosso intento, por focalizar na práxis do ser social, à cujas categorias designadas: trabalho, reprodução, ideologia e estranhamento, pode ser acrescido o gênero, com efeitos úteis para uma ontologia científica feminista, a partir da qual podemos produzir conhecimentos que, ao dar voz

a nós, mulheres, permite não apenas tornar visíveis questões antes invisíveis, mas também empoderar ao considerar-nos agentes, produtoras de conhecimento sobre gênero.

Pesquisas socialmente engajadas têm sido referidas como pesquisas comprometidas com o empoderamento (RESENDE, 2009). Empoderar, ao nosso ver, refere-se à disposição de alternativas tomando como referência a condição de categoria social, o que pressupõe saberes a respeito de si próprio e dos outros como categorias que partilham/disputam o poder. Não se trata pois de um empoderamento individual que torne “as mulheres empoderadas em mulheres álibi”, como adverte Saffioti (2009, p. 18), denotando um entendimento de que as pesquisadoras seriam detentoras do poder a ser redistribuído entre as desempoderadas. O que uma pesquisa comprometida com o empoderamento pode fazer é a reflexão sobre o contexto e os resultados da investigação tendo em vista as problematizações que propõe.

Isso esclarecido, estamos cientes de que torna-se cada vez mais importante conhecer os limites do paradigma eleito, assumindo que tais escolhas são um ato político e ideológico, mesmo se tratando dos métodos e teorias que têm importantes implicações práticas no arranjo dos caminhos da pesquisa (RESENDE, 2009).

Necessário então destacar que a postura epistemológica que orienta a busca de conhecimentos acerca da realidade social, tendo em vista o intuito de atingir os critérios eleitos na investigação, é o “Construcionismo Social”, pois, de modo geral, salienta as categorias, crenças e valores reguladores dos modos de compreender e guiar os processos pelos quais os sujeitos sociais dão sentido àquilo que fazem (SPINK, 2010).

Nessa perspectiva, estamos entendendo, como propõe Spink (2010), que o conhecimento humano é uma construção sócio-histórica, não é inato ou universal, é, por conseguinte, contextual, transformando-se de acordo com tempo e espaço e, nada obstante, não sobrevém de forma harmoniosa do consenso entre os critérios de verdade e valores atribuídos ao mundo, mas das disputas de poder, o que recomenda não perder de vista seu caráter político e ideológico, mas ressaltar os discursos questionadores da realidade social que propõem sua transformação.

Além disso, a perspectiva construcionista, de acordo com Spink e Medrado (1999) tem enfatizado o uso das “práticas discursivas” nas análises, visto que, por meio delas, é possível compreender os sentidos (re)produzidos nas relações cotidianas, dando ênfase às condições sócio-históricas de (re)produção das práticas pelos sujeitos e os modos como interagem e se comunicam no campo social, pois se desejamos entender a relação entre eventos e estruturas produzidos no momento discursivo das práticas, explorando também outros momentos da prática, somente o discurso pelo discurso não nos acudirá nos percalços dos caminhos: é preciso

lançar mão de relações interdisciplinares que abracem a reflexão epistemológica construcionista.

Em termos metodológicos, buscamos dialogar com o paradigma etnográfico de pesquisa qualitativa (PQ), especificamente com a pesquisa qualitativa online²⁰ que se aproxima da etnografia virtual, e os estudos discursivos, notadamente a Análise do Discurso Crítica (ADC).

Acreditamos que a PQ é uma maneira de fazer pesquisa potencialmente crítica ao acolher descrições e explicações da realidade social a partir de dados interpretativos. Nesse sentido, é importante destacar que estamos assumindo a PQ numa perspectiva feminista, como temos mencionado, por acreditarmos ser esse posicionamento um ato político com implicações práticas na direção da pesquisa.

A etnografia, como informa Resende (2009), é definida como uma tradição de PQ caracterizada pela densidade de dados empíricos gerados e coletados para análise sistemática do objeto da pesquisa escolhido. A etnografia virtual, por sua vez, demanda a imersão profunda no ambiente a ser pesquisado, ou seja, na internet, o que constitui elemento fundamental para o trabalho de campo online, onde a obtenção de dados é praticamente automática, na medida em que o acesso à internet é público e os documentos são disponibilizados para *download* (FLICK, 2009).

A aproximação da etnografia virtual acontece também porque permite, como destaca Mercado (2012 p. 173), a investigação de “práticas que tornam os usos da internet significativos em contextos locais”. Para esta investigação, abordarmos a internet, ferramenta da mídia online, que reúne formas específicas de comunicação, embora saibamos de antemão que há muitas conexões entre o ciberespaço e a “vida real” que devem ser consideradas, e são justamente elas o enfoque desta pesquisa, ao propor o entendimento da produção de sentidos midiáticos sobre violência contra mulheres.

A etnografia virtual é virtual no que diz respeito a ser desincorporada – e também por carregar uma conotação de ser algo “não exatamente” ou não estritamente a coisa verdadeira. Sua aplicação tem sido feita para o estudo de conteúdos de comunicações na internet e das formas textuais com as quais os participantes comunicam algo ou se comunicam entre si (FLICK, 2009, p. 246).

²⁰ Como a pesquisa também não escapa aos efeitos da revolução digital e tecnológica do século XXI, e, considerando a internet, seu uso e acesso amplamente difundido, não representa nenhuma surpresa que tenha sido descoberta como objeto de pesquisa e também como ferramenta a ser usada para pesquisa (FLICK, 2009).

Com referência à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e tratamento do objeto, temos uma pesquisa documental, onde temos como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, documentos digitais, como hipertextos. Como toda pesquisa documental os conteúdos dos textos, ou dos hipertextos não tiveram nenhum tratamento analítico, foram a matéria-prima a partir da qual desenvolvemos as análises (SEVERINO, 2007).

4.2 APLICAÇÕES E ESCOPO DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

É impossível estudar qualquer produção discursiva sem definir a direção a ser tomada pelo trabalho analítico. Por essa razão, examinaremos aqui alguns dos fundamentos que ajudaram a delinear a percurso metodológico da análise de enunciações categorizadas na pesquisa.

Como já mencionamos, a ADC foi a abordagem de análise escolhida para o estudo da produção discursiva, visto que as aplicações e escopo da ADC têm caminhado em direção à investigação dos aspectos discursivos de práticas problemáticas na vida social contemporânea, como a violência contra mulheres, e, com isso, também tem incorporado aos estudos linguísticos questões que antes estavam alheias (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Assimilamos para essa pesquisa a concepção de que os sujeitos são, a todo tempo, construídos e avaliados de acordo com sua socialização, em consonância a contextos sociais específicos, processo esse que é manifestado pela linguagem, uma das diversas manifestações simbólicas da capacidade cognitiva dos seres humanos, que, por esse viés, passa a ser compreendida não apenas como uma forma de representação do mundo, mas também como uma forma de ação sobre o mundo e sobre os outros (FAIRCLOUGH, 2001).

Além disso, a ADC considera que os discursos também podem transformar o contexto social, nesse sentido, ela enfatiza as relações de poder sustentadoras do status quo, as ideologias, as desigualdades e as situações dos grupos que estão em desvantagem no jogo social, de forma a contribuir para sua transformação (RESENDE e RAMALHO, 2009).

Como destaca Resende (2009), por meio das análises discursivas críticas é possível produzir conhecimento acerca dos processos de assimilação de discursos para a construção de identidades, bem como para a constituição de relações sociais, tomando por base a utilização de estruturas linguísticas dos elementos discursivos escolhidos pelos grupos analisados como práticas sociais específicas, o que é possível graças a capacidade de relacionar as escolhas linguísticas dos grupos ou atores sociais com os contextos mais amplos nos quais os textos analisados são formulados.

A ADC, então, fornece elementos de análise das formas como a linguagem atua na vida social, de forma a esclarecer a conexão entre textos e ideologias, e desvelar a generalização de discursos, percebidos como construções simbólicas a serviço da manutenção (ou da mudança) de estruturas de dominação (THOMPSON, 1995). Por esse motivo a ADC tem sido muito favorável para as pesquisas compromissadas com objetivos éticos e políticos, já que permite apontar como certos discursos banalizam injustiças e camuflam problemas sociais, revelando como isso se realiza nas instancias discursivas concretas, por meio da análise dos textos (RESENDE, 2009).

Vale lembrar que em ADC os textos são analisados tendo em vista a subjetividade do/a analista, ou seja, não existe análises objetivas de texto, pois não é possível descrevê-los tão somente sem interlocução com a subjetividade do/a analista. A ADC não se pretende neutra, pelo contrário, assume como irrealizável a neutralidade nas análises (FAICLOUGH, 2003).

Nesse sentido, a perspectiva de ADC que estamos utilizando entende que o discurso escrito (e também falado) tem o poder de provocar mudanças sociais; havendo mudanças nas práticas discursivas, por efeito, há mudanças nas práticas sociais. O discurso resultante deverá ser vigoroso, fortalecedor e emancipatório, ou como diz Cameron et al (1992, apud RESENDE, 2009), deverá dar voz aos grupos que estão em desvantagem nas relações discursivas, de forma a romper com as relações de poder “senso comum” naturalizadas que as sustentam.

Nomeadamente, estamos assumindo o viés feminista em ADC, conforme propõe Lazar (2007), pois entendemos que, embora as ferramentas conceituais permaneçam as mesmas da, digamos, abordagem convencional em ADC, são distintos os estudos discursivos críticos feministas, porque têm o intuito de revelar as relações de poder complexas, explícitas ou tácitas mantenedoras, agenciadoras e/ou transformadoras, por onde percorrem as desigualdades de gênero em contextos específicos.

Vale esclarecer ainda que a abordagem feminista em ADC surge da tentativa de mudança e do desafio à objetividade acadêmica apartada de uma perspectiva crítica de denúncia das práticas patriarcais, implícitas nas relações sociais, e do reconhecimento de que as análises efetivadas têm a intenção de transformação social, pela via dos discursos de empoderamento, por concluir que daí decorrerão consequências materiais para mulheres e homens (CARDOSO, 2015).

4.2.1 Entre gêneros textuais e práticas discursivas

Os sujeitos deixam marcas de si, de sua subjetividade, nos enunciados que produz, e a apropriação da língua pelo sujeito no processo de enunciação é uma possibilidade que ganha realidade somente no ato enunciativo ao expressar sua relação com o mundo. Desse modo, como ensina Benveniste (1974), suas referências deixam de estar fora da linguagem para incorporar-se a enunciação. Essa concepção lança luz para o entendimento de que a construção de sentido passa pela noção de sujeito. Portanto, o sujeito que fala tem papel ativo na elaboração do sentido.

De modo semelhante, Bakhtin (1999) compreende a enunciação como uma réplica do diálogo social e unidade base da língua. Concordamos com sua filosofia marxista da linguagem²¹ quando entendemos a enunciação como a realidade da língua inexistente fora de horizontes sociais e como estrutura sócio ideológica.

Para dar conta dessa ideia fica nítido que a inclusão do contexto social na análise do texto é o principal apoio à dimensão crítica relacionada a ADC, ou seja, é o que permite decifrar os diferentes discursos à luz do social e também relaciona a ADC a “uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais” (MAGALHÃES, 2003, p. 6).

É nesse sentido que a ADC percebe a prática discursiva sob a luz da prática social, como a ferramenta prioritária para identificar e compreender a ação dos processos sociais nos discursos. Os sujeitos e seus usos da linguagem passam a ser analisados da forma como se dão em contextos sociais específicos, assinalados pelas ideologias e pelas desigualdades sociais. De tal modo, a ADC apresenta uma abordagem de discurso em que o contexto social é a dimensão basal (VIEIRA, 2002).

Por efeito, estamos admitindo que discursos referem-se ao uso da linguagem como forma de prática social, ou seja, como os modos de ação sobre o mundo e os outros, pela produção, manutenção e troca de relações de poder, e também formas de representação da realidade, pois são marcados pelas estruturas sociais que os produzem a partir dessas relações de poder num dado contexto social e histórico, daí seu caráter relacional dialético (FAIRCLOUGH, 2001).

Nos termos do autor,

O que é de maior significação aqui para a análise de discurso é a visão de discurso como constitutiva - contribuindo para a produção, a transformação e a reprodução dos objetos (e, como veremos logo, dos sujeitos) da vida social. Isso implica que o discurso tem uma relação ativa com a realidade, que a linguagem significa a realidade

²¹ Essa é uma ideia que tem sido muito fértil para a Análise de Discurso (AD) de forma geral, pois o sujeito, ao marcar e ser marcado na linguagem, vai se mostrando ao longo dos discursos e permitindo sua compreensão pelo analista (VIEIRA, 2002).

no sentido da construção de significados para ela, em vez de o discurso ter uma relação passiva com a realidade, com a linguagem meramente se referindo aos objetos, os quais são tidos como dados na realidade (FAIRCLOUGH, 2001, p. 66).

Também acreditamos que discursos consistem

[...] da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Descrever sentidos de discurso consiste, portanto, em proceder a uma correlação entre dois polos (CHARAUDEAU, 2006, p. 40).

No âmbito da informação, isso corresponde ao questionamento acerca da mecânica de construção do sentido, sobre a natureza do saber que é transmitido e sobre o efeito de verdade que pode lançar no receptor (CHARAUDEAU, 2006).

A ADC como sugerimos anteriormente e de acordo com o pensamento de Fairclough (2001, 2003), dá ênfase à estrutura, no sentido das mudanças na estruturação das ordens de discurso, e à ação social, no sentido do trabalho semiótico produtivo que acontece na interação entre textos e eventos sociais como práticas discursivas. Essas relações, abundantemente mediadas pelas mídias de massa, não ocorrem linearmente de um texto ou evento para outro, na verdade são muitas compondo o que Fairclough (2003) denomina “redes textuais”, as quais são determinadas pelas associações entre diferentes ordens de discursos e redes de práticas sociais.

O autor também faz referência às redes de gêneros discursivos, ou textuais, que unem eventos sociais múltiplos em práticas sociais distintas, atenuando as mediações de tempo e espaço, isso principalmente na internet, haja vista os predicados que já discutimos no capítulo dois, e que são capazes de estabelecer transformações nas relações de poder. Como nesta pesquisa estamos nos concentrando na análise de gêneros textuais jornalísticos, é necessário dizer que eles são entendidos como gêneros textuais situados. De acordo com Fairclough (2003), são os gêneros textuais que estão atrelados a redes de práticas específicas e têm uma certa estabilidade que os posicionam e mantêm dentro dessas práticas. Neste caso, os gêneros textuais situados dizem respeito à tessitura de notícias dos portais, que, apesar de serem produzidas em hipertextos, seguem uma estrutura relativamente fixa quando têm em vista o propósito de informar os leitores; que está relacionada à (rede de) prática social jornalística ligada ao webjornalismo de portal.

Fairclough (2003) observa, contudo, que, se por um lado determinados gêneros textuais possuem um modo de agir distintivo, eles podem de outro articular gêneros

desencaixados, não previsíveis, e transitar entre estruturas mais sólidas e outras mais dissolutas, tudo vai depender dos objetivos de análise pretendidos.

A esse poder dos gêneros textuais de recorrer, assimilar, ecoar, contradizer, recontextualizar e dialogar com outros textos Fairclough (2003) denominou intertextualidade, que pode ser manifesta, quando temos a constituição heterogênea de textos por meio de outros textos, ou constitutiva, quando temos a constituição heterogênea de ordens do discurso em um mesmo discurso, que ora ordena a construção de sentido de maneira dominante, ora ordena a construção de sentido de maneira subversiva, e aqui nos referimos ao interdiscurso, que é, nos termos de Guimarães (2002, p. 66), “a relação de um discurso com outros discursos (...) e são estas relações entre discursos, que dão a particularidade que constitui todo o discurso”.

Como elucida Fairclough,

Em termos da produção, uma perspectiva intertextual acentua a historicidade dos textos: a maneira como eles sempre constituem acréscimos às “cadeias de comunicação verbal” existentes (Bakhtin, 1986: 94), consistindo em textos prévios aos quais respondem. Em termos da distribuição, uma perspectiva intertextual é útil na exploração de redes relativamente estáveis em que os textos se movimentam, sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro (por exemplo, os discursos políticos frequentemente se transformam em reportagens). E em termos do consumo, uma perspectiva intertextual é útil ao acentuar que não e apenas “o texto” nem mesmo apenas os textos que intertextualmente o constituem, que moldam a interpretação, mas também os outros textos que os interpretes variavelmente trazem ao processo de interpretação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114).

Frente ao exposto, fica evidente que ao analisar o discurso de forma crítica, o analista não examina apenas um discurso no texto, mas um hibridismo de discursos, a interface, isso é, o interdiscurso mediador que aciona um amontoado de discursos. Investiga portanto as interações entre discursos: a chamada interdiscursividade, que, por sua vez, faz parte da intertextualidade, e demanda do analista o reconhecimento de quais gêneros, discursos e estilos a constituem, e como esses aspectos são tratados para arranjar articulações particulares no texto (RESENDE, 2009).

De tal modo, podemos dizer que em um discurso transitam outros tantos discursos, que ora o respalda ora o combate. Para ambos os casos, os textos são construídos sobre outros textos que os precedem, o que confere não apenas um significado de dialogicidade (BAKHTIN, 1978), como também corrobora a disputa pelo poder, em que os discursos são utilizados para construir ou desconstruir ideologias ordenadoras da estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001; 2003).

Isso esclarecido, para esta pesquisa, estamos propondo que a categoria textual incorporada ao significado acional, que focaliza o texto com o modo de (inter)ação em eventos

sociais, como propõe Fairclough (2003), seja a categoria operacional responsável pelos aspectos formais do texto, cuja análise deve gravitar em torno dos vocábulos utilizados, os aspectos coesivos e a estrutura textual.

Para a análise dos enunciados, por sua vez, estamos tomando como norte a análise das práticas discursivas, como também propõe Fairclough (2003), por meio do seu significado representacional, para auxiliar na análise da força dos enunciados, da tipologia dos atos de fala, da coerência e da interdiscursividade, enfatizando a representação dos aspectos de violência contra mulheres presentes nas notícias.

Com efeito, a análise se detém no exame das diferentes vozes que convergem dentro da estrutura mais ou menos padronizada dos textos das notícias sobre violência contra mulheres, observando a intertextualidade e a interdiscursividade, e as ordens de poder a que servem ou estão em disputa, já que são essas que qualificam o aspecto ideológico das práticas discursivas em análise, e são também os meios pelos quais as estruturas gendradas são mantidas ou transformadas.

4.2.2 Relações de poder e ideologia

Sobre as relações de poder, Fairclough (2001) ancora sua discussão no conceito de hegemonia, que define como

[...] liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é poder sobre a sociedade como um todo, de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Esse entendimento de hegemonia lança luz sobre a mudança social, processo por onde percorre a dialética entre as ordens de discurso e as práticas discursivas.

Sobre o poder, acreditamos, entretanto, que ninguém saberia articulá-lo melhor que Foucault, quando diz que: “[...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade dada” (FOUCAULT, 1979, p. 89).

Ainda que resulte evidente, cabe ressaltar, como ensina Foucault (1979), que, considerando “poderes midiáticos”, longe de operarem tão-somente por meio da repressão, da proibição, firmam-se ao operar pela via da sedução, da concessão ao desejo, ao gozo, e aí situa-

se, em maior coerência, sua eficácia, uma vez que, do contrário, estaríamos falando de propriedades muito inconsistentes. Nisso não há alarde, visto que discurso como informou a tradição psicanalítica, é também aquilo que manifesta e oculta o desejo, ou aquilo que é o objeto do desejo, e, historicamente, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Além disso, como notou Foucault,

[...] se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz (FOUCAULT, 1979, p. 148).

Assim, as interpelações que atravessam o campo midiático são amplas e evidentes, pois a construção e desconstrução dos sistemas persuasivos perpassa, sobremaneira, pelo discurso (do qual se vale), e, por intermédio da sua circulação, são paulatinamente firmados e difundidos, reiterando sua ligação rizomática com o poder. O que significa dizer que

O poder é algo que [...] funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força” (FOUCAULT, 1979, p. XIV).

Quando falamos do caráter relacional do poder, de acordo com o autor, temos por certo que sempre há a possibilidade de resistência ao tratarmos de sistemas persuasivos, pois a dominação das condições que são postas é passível de ser subvertida.

A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle subscreveu a internalização do controle. Assim, segundo Foucault (1979), a dinâmica de produção de sentido dos sujeitos tornou-se condicionada e autocensurada, o que, por sua vez, refletiu nas lógicas de análise dos meios de comunicação. Por outro lado, para que a sociedade de controle se estabelecesse, esses meios exerceram papel fundamental, pois forneceram recursos de observação e propuseram padrões de comportamentos que foram indispensáveis para a internalização das ideologias.

Em relação às ideologias, assimilamos a compreensão de que elas dizem respeito a um projeto político de estruturação da sociedade por inteiro, empreendido em harmonia aos interesses das classes/categorias sociais que o ordenaram. De tal modo, entendemos que há ideologias de classe, de raça/etnia, de gênero, de sexualidade, de forma que “cada uma delas admite diferenciações internas, que dão cobertura aos interesses imediatos de uma fração de classe/categoria, diferentes dos de outra fração e até conflitantes com eles” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 49).

Fazendo uso das ideologias, os sujeitos

[..] constroem narrativas que se institucionalizam, tendo cada qual seu *locus* privilegiado de *enunciação*, embora pugnem por espaços inter e extra-institucionais. São discursos com temporalidades e racionalidades diversas e forte materialidade. Determinado discurso só emerge e institucionaliza-se quando são dadas as condições históricas que lhe conferem significado. Não se crê que o discurso preceda a constituição do sujeito, mas que ambos constroem-se reciprocamente, pois o sujeito reelabora e re-significa o discurso, o que tem repercussão histórica (SAFFIOTI, p. 57).

Nesse sentido, para perceber as operações ideológicas nos discursos, adotamos de Thompson (1995) a proposta das concepções críticas de ideologia, que consideram que os fatos designados ideológicos são enganosos, ilusórios, mas diferem entre si quanto aos aspectos que transformam a ideologia em algo negativo, para eles Thompson diz que há “critérios de negatividade” (p. 73).

Nos termos do autor,

Na reformulação do conceito de ideologia procuro reenfocar esse conceito numa série de problemas que se referem às inter-relações entre sentido (significado) e poder. Argumentarei que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder. (THOMPSON, 1995, p. 15-16).

Estando pois a serviço do poder são as ideologias que mantêm e articulam as relações de dominação por meio de cinco modos de operacionalização, como destaca Thompson (1995).

São eles: 1) a legitimação, que, buscando validar as ideologias contidas nos discursos, serve-se de estratégias de construção simbólica de racionalização, justificando relações já regulamentadas; universalização, utilizando-se de representações parciais para referir-se ao todo; e narrativização, recorrendo às narrativas históricas para justificar as relações atuais; 2) a dissimulação, que pode ser articulada pelo uso da estratégia denominada pelo autor de

deslocamento, quando os discursos são arrastados de um campo para outro e recontextualizados, passando a serem valorados negativa ou positivamente de acordo com a ideologia que o ordena, ou também pode ser articulada pela mobilização de estratégia de eufemização, em que ações, relações e/ou instituições sociais, tem seus “pontos negativos” simbolicamente desviados em detrimento dos “positivos”. Thompson (1995, p.84) também atribui o conceito de “tropo” para assinalar uma terceira estratégia de dissimulação de ideologias que abrange as construções simbólicas empregadas com o uso figurativo da linguagem.

3) a unificação, que busca estabelecer a ideia de união e padronização de símbolos, dispondo sujeitos e grupos distintos em uma mesma relação, a fim de atingir uma unidade. A unificação, como propõe Thompson (1995) opera por meio de duas estratégias, pela standardização, ou padronização, que tenta estabelecer um referencial padrão, e pela simbolização, que tenta estabelecer um referencial único. 4) a fragmentação, que opera por meio da diferenciação de características entre elementos dentro de um grupo, segmentando-o, ou por meio do expurgo do outro, que institui simbolicamente um inimigo, ou seja, constrói um grupo hostil ao poder em voga e instiga a sua combatividade.

E 5) a reificação, que busca agir simbolicamente por meio da naturalização, tomando as construções sociais e históricas em acontecimentos livres de ação humana, por meio da eternalização, negando a transitoriedade e historicidade de certos elementos ao apresentá-los como atemporais, ou por meio da nominalização/passivação, quando as ações tornam-se sujeitos e os agentes das ações tornam-se objetos passivos, privilegiando determinados temas em detrimento de outros, ofuscando ações e atores.

Em síntese, concordamos com Thompson (1995) ao ponderar que só é ideológico aquilo que simbolicamente e em determinado contexto pretende manter uma relação de dominação. Vale acrescentar que tanto os discursos dos opressores quanto dos oprimidos podem ser ideológicos, desde que o interesse subjacente a qualquer enunciação diga respeito às estruturas sociais. Nesse sentido, a ideologia é, a nosso ver, fundada pelo contexto, que conecta os usos que se faz da linguagem ao interesse de manter ou subverter a estrutura social em voga.

Quando refletimos sobre ideologia em termos de uma estrutura ideológica, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, e que se estabelece de acordo com o exercício do poder, essa estrutura seria alcançada, confirmada ou modificada, nomeadamente, por meio da comunicação e dos discursos (VAN DJIK, 2008).

Em outros termos, pensamos que o poder é uma forma de controle social se sua base for constituída de recursos socialmente relevantes. Assim, o poder não apenas aparece “nos” ou “por meio dos” discursos, mas também é relevante como força social “por detrás” dos discursos. Dessa forma, o discurso e a comunicação exercem papel central na mudança das ideologias (VAN DJIK, 2008, p. 48).

5. A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NAS PÁGINAS DA NOTÍCIA: ENTRE CRIMES, VÍTIMAS E ALGOZES

5.1 DO CRIME EVENTUAL À VIOLÊNCIA METALINGUÍSTICA

O critério de busca utilizado para as notícias em ambos os portais foi a palavra-chave “violência contra mulheres”, que retornou inicialmente 86 notícias para o portal “Cidade Verde” e 6 para o portal “Meio Norte”. Quando digitamos alguma coisa no campo de busca nos portais, fizemos uma busca sintática, ou seja, digitamos os caracteres que respondem pela sequência exata de letras que foi digitada. Assim, se desejávamos reunir dados sobre violência contra mulheres, valemo-nos da sequência linguística “violência contra mulheres” no buscador, que, por efeito, mostrou todos os textos indexados que continham exatamente esses caracteres no texto. Contudo, encontramos notícias com títulos como “Polícia identifica pessoas acusadas de cortarem rosto de menor” ou “Juiz condena homem a 4 anos de prisão por tentar estuprar ex”, ou seja, títulos que não faziam nenhuma referência a “violência contra mulheres” mas abordavam a temática no corpo do texto da notícia.

Para a análise, consideramos apenas os textos, e não imagens ou vídeos. Examinamos textos pequenos, com menos de 500 caracteres, e textos mais longos, desde que mencionassem casos de violência contra mulheres, mesmo que o fizessem em apenas algumas linhas, ainda que estas produções tenham oferecido pouco conteúdo para análise.

Após a leitura integral dessas notícias, verificamos que algumas não correspondiam aos critérios que elegemos para a pesquisa: ou não se tratavam de notícias em texto ou hipertexto, mas em vídeo, ou relatavam episódios ocorridos fora do contexto da cidade de Teresina, ou não se tratava de notícias sobre casos de violência contra mulheres, mas de notícias sobre políticas públicas, sobre campanhas eleitorais, sobre estatísticas e sobre manifestações de cunho feminista. Dessa forma, ao descartá-las, procedemos à categorização de 25 notícias do portal “Cidade Verde” e 1 notícia do portal “Meio Norte” (tabela 1). A referência aos números de notícias encontradas em cada portal é apenas para fins didáticos, e a aparente discrepância no número de notícias encontradas em um e outro portal, decorrente dos mecanismos de busca diferenciados para cada um, não afetou nossa categorização, já que se trata de uma pesquisa qualitativa.

Vale lembrar que, como propomos em nossa metodologia a aproximação com a tradição etnográfica em PQ, tratamos a diversidade de discursos e eventos nos textos das

notícias como um *continuum* etnográfico, embora também tenhamos prestado atenção às especificidades de cada um.

Tabela 1 – Distribuição das notícias que tratam de casos de violência contra mulheres

<i>DATA</i>	<i>NOTÍCIAS</i>	<i>Texto (anexo)</i>
20/jan	DANCETERIAS QUE FOREM PALCO DE VIOLÊNCIA SERÃO FECHADAS	A
24/jan	POLÍCIA IDENTIFICA PESSOAS ACUSADAS DE CORTAREM ROSTO DE MENOR	B
15/fev	JUIZ CONDENA A PRISÃO HOMEM QUE ESTUPROU NETA DE ESPOSA	C
18/fev	JUIZ CONDENA HOMEM A 4 ANOS DE PRISÃO POR TENTAR ESTUPRAR EX	D
24/fev	MORADORA DE RUA É IDENTIFICADA E TEM 70% DO CORPO QUEIMADO	E
28/fev	MULHER ESPANCADA COM SOCOS E PONTAPÉS TEM HEMORRAGIA NO OLHO	F
06/mar	ADOLESCENTE É SEQUESTRADE E FAZ EXAME PARA COMPROVAR ESTUPRO	G
07/mar	DELEGADA PEDE PRISÃO DE HOMEM QUE ESFAQUEOU A EX-NAMORADA	H
07/mar	EXAME EM ADOLESCENTE DESCARTA ESTUPRO EM SEQUESTRO NO DIRCEU	I
10/mar	DELEGACIA INDICIA EX-NAMORADO DE VÍTIMA POR CRIAR PERFIL FALSO NA WEB	J
22/mar	MULHER É ABANDONADA PELO MARIDO E VAI A DELEGACIA PEDIR AJUDA	L
24/mar	SINPOLPI CONTABILIZA 101 HOMICÍDIOS EM DOIS MESES DO ANO	M
01/mai	ESTUDANTE LEVA SOCOS, TEM MAXILAR QUEBRADO POR EX E É HOSPITALIZADA	N
05/jun	AGRESSOR PEDE DESCULPA E DIZ QUE NÃO LEMBRA DE NADA NA DELEGACIA	O
10/jun	DIVULGADO FOTO DO ACUSADO DE MATAR E CORTAR PARTES GENITAIS DE MULHER	P
22/jun	MULHER É MORTA A FACADAS POR MORADORA DE RUA E ADOLESCENTE	Q
03/jul	EX-MARIDO AMEAÇA MATAR MULHER E BEBER SANGUE DOS FILHOS	R
09/jul	PIAUÍ É O TERCEIRO ESTADO COM MAIS VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	S
05/ago	POLÍCIA DESVENDA "IRMANDADE HOMOFÓBICA" E DIVULGARÁ NOMES DURANTE COLETIVA	T
05/ago	POLÍCIA INDICIA DOIS "ANARCOPUNKS" POR CRIMES HOMOFÓBICOS NO PIAUÍ	U
26/ago	ACUSADO DE ESTUPRAR 30 MULHERES PRESTARÁ DEPOIMENTO NO 5º DP	V
10/set	MULHER ACUSA EX-MARIDO DE INCENDIAR SUA CASA NA ZONA LESTE	X
16/set	ADOLESCENTE AGRIDE MÃE EM AUDIÊNCIA E ENTRA ARMADA NA SALA DA DELEGADA	Z
13/nov	PADRASTO QUE DOPAVA ENTEADA PARA ESTUPRÁ-LA É PRESO EM FLAGRANTE	AA
26/nov	POTYTABANA: CORREGEDORIA DA PM ABRE SINDICÂNCIA E APURA EXPULSÃO DE JOVEM	AB
10/dez	EM PESQUISA, SINPOLPI CONTABILIZA 72 HOMICÍDIOS EM NOVEMBRO	AC

Dispusemos as notícias em ordem cronológica de acordo com a data de publicação dos textos (conforme tabela 1 acima) e, com isso, verificamos uma grande quantidade de notícias publicadas nos meses de março e novembro. Atribuímos isso o fato de estes serem meses “quentes” para notícias sobre violência contra mulheres. Em março, pelo calendário internacional, comemora-se o Dia Internacional da Mulher, no dia 8, e em novembro, também pelo calendário internacional, demarca-se o período de campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com início no dia 25 de novembro, declarado Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, até o dia 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Além de chamar atenção para o fim da violência contra as mulheres, os 16 dias de ativismo reforçam a importância da defesa e garantia dos direitos humanos para as mulheres. No Brasil, a campanha tem início um pouco antes, no dia 20 de novembro, declarado o Dia Nacional da Consciência Negra – para reforçar o reconhecimento da opressão e discriminação históricas contra a população negra e ressaltar o grande número de mulheres negras brasileiras vítimas da violência em razão do gênero.

Podemos também pensar esse aumento pontual²² de notícias publicadas sobre violência contra mulheres pelo aspecto sensacionalista que desperta nos períodos de rememoração de conquista de direitos. Estamos nos referindo à chamada “espetacularização dos crimes” como tática de atração de leitores (SANEMATSU, 2011), uma possibilidade que torna a produção de notícias com a mesma temática mais constante, porém mais dirigida por fatos, com ênfase para a menção a agressões e assassinatos, contornos fortemente marcados em narrativas policiais.

Dentre essas notícias, contudo, deparamo-nos com outras perspectivas de abordagem, com ênfase nas estruturas judiciais e na exposição de estatísticas de pesquisas, por exemplo, ainda que tenham sido em menor extensão. Essa ênfase esteve notadamente presente nas notícias cujo teor incidia na campanha política para as eleições de 2014, que mobilizou a busca de notícias que arrolassem a violência contra mulheres como pauta política de governo de candidatos para os cargos de deputado(a) federal, estadual e governador(a) do Estado.

²² E sazonal, de acordo com as avaliações de Sanematsu (2011) em estudos similares conduzidos durante o ano de 2010.

Atentamos também para as *tags*²³ utilizadas, como na figura 1 abaixo, sempre que possível, pois elas auxiliaram na constituição do *corpus* da pesquisa. As *tags* foram até mesmo uma variável inopinada em nosso planejamento da análise, embora tivéssemos nos deparado com pesquisas (GUIMARÃES, 2008; MOREIRA; ROMÃO, 2009) que fizeram uso delas enquanto ferramenta para categorização de sentidos dos textos.

Figura 1. Exemplos de *tags*.



Fonte: <http://cidadeverde.com/noticias/164862/divulgada-foto-do-acusado-de-matare-cortar-partes-genitais-de-mulher>

À categorização aliamos o uso das *tags* para auxílio no entendimento dos discursos nas notícias, para adiantar a compreensão, entendendo-as como um resumo da abordagem do texto e utilizando-as como indicadores para compreensão dos casos da violência contra mulheres.

Dito isto, vale começar a análise destacando que, segundo Fairclough, o discurso como parte de práticas sociais figura de três modos na relação entre textos e eventos: como modo de agir, como modos de representar e como modos de ser. A cada um desses modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado, o significado acional, ao qual daremos ênfase nesta parte da análise “focaliza o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, pois a ação legítima/questiona relações sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 60).

Nesse sentido, temos que o gênero textual das notícias, pelo estilo de evento único dos textos selecionados, isto é, a maioria não se tratava de eventos de uma situação que necessitaria ser esclarecida em outras notícias sequenciais, tem uma estrutura relativamente fixa e a maior parte dos textos das notícias não recorreu a hipertextos, embora as páginas de notícia apresentassem muitos *links* para outras notícias e as próprias *tags*; detivemo-nos apenas nos textos.

²³ *Tags*, para fins de análise, podem ser entendidas como etiquetas ou rótulos de marcação do eixo semântico central dos hipertextos a fim de organizar e facilitar a busca de conteúdos no próprio portal.

Sobre a tessitura de notícias online, João Canavilhas (2007) propõe um parâmetro de níveis de leitura ofertados pelos textos, a chamada “pirâmide deitada”, em que primeiro temos a unidade base, que responde às questões sobre o quê, quem, onde e quando, o nível das explicações, que responde ao porquê e como, o nível da contextualização, em que são respondidas informações adicionais com textos e outros recursos midiáticos (sons, imagens), e o nível de exploração, em que são examinadas questões adicionais, com hipertextos ligando textos similares, de forma que neste nível a leitura das notícias é mais dinâmica e aprofundada.

Desse modo, orientando-nos pela proposta de categorização de Canavilhas (2007), verificamos que os textos selecionados estão situados em todos os níveis de leitura. Apesar disso, a maioria das notícias se detém basicamente na informação dos fatos, ocupando-se de informar aos leitores apenas sobre o que aconteceu, quem esteve envolvido, onde aconteceu, quando aconteceu e porquê. Os textos em que são examinadas questões adicionais com hipertextos ligando outros textos, é o caso da notícia na figura 1 abaixo, foram analisados nesta pesquisa apenas como textos, conforme indicamos atrás.

Figura 2. Exemplo de notícia inscrita no nível de exploração da leitura.

A notícia apresentada na imagem é um exemplo de conteúdo no nível de exploração da leitura. O texto principal discute o caso de Roberto Marinho Barros dos Santos, acusado de agressão a três mulheres em um restaurante de fast food. O artigo inclui uma fotografia do acusado com o rosto coberto por um pano preto e uma imagem detalhada de uma embalagem de medicamento, a Nortriptilina 25mg. O texto também menciona que o acusado pediu desculpas e afirmou não se lembrar dos fatos. A notícia é atualizada às 12h10. O layout da página inclui uma barra de navegação superior com categorias como Política, Entretenimento, Geral, Esporte, Vídeos, Economia, Cidades e Viver Bem. Há também uma seção de 'NETSHOES' com imagens de tênis e uma barra lateral com 'MAIS GERAL' e 'ULTIMAS' notícias.

Publicada às 10h48

O acusado de **agressão a três mulheres em um fast food da zona Leste de Teresina**, no último domingo (1º), Roberto Marinho, se encontra nesta quinta-feira (5) escondido em um carro neste momento em frente à Delegacia da Mulher, no centro de Teresina, tentando fugir da abordagem da imprensa que está no local. Um vídeo que mostra todo o fato foi divulgado amplamente nas redes sociais.

O advogado do suspeito das agressões, Caio Iatan Pádua de Almeida Santos, afirmou que seu cliente não vai se pronunciar, por estratégia de defesa: "Não vamos falar nada agora, só posteriormente", limitou-se a dizer.



As mulheres que foram xingadas no episódio, duas advogadas e uma estudante de medicina, entraram na delegacia para ser ouvidas pela delegada Vilma Alves.

As advogadas Joseilda Nery, Lívia Raquel Pereira da Silva e Geórgia Nunes, da Comissão da Mulher na OAB, acompanham o depoimento. Nunes afirmou que estão sendo estudadas várias ações penais contra Marinho.



As mulheres que foram xingadas no episódio, duas advogadas e uma estudante de medicina, entraram na delegacia para ser ouvidas pela delegada Vilma Alves.

As advogadas Joseilda Nery, Lívia Raquel Pereira da Silva e Geórgia Nunes, da Comissão da Mulher na OAB, acompanham o depoimento. Nunes afirmou que estão sendo estudadas várias ações penais contra Marinho.



"Estamos em fase inicial, mas ele pode ser incluído em vários ilícitos, inclusive de trânsito, já que no vídeo ele confessou ter bebido, além de injúria e tentativa de violência física. Tudo está sendo apurado e ele terá oportunidade de se defender", declarou Geórgia.

A delegada Vilma desceu do gabinete, pediu compreensão da imprensa que está do lado de fora do prédio onde funcionam as delegacias especializadas e está fazendo reforço de segurança para que Roberto possa subir até o andar onde fica a Delegacia da Mulher.



"Ele pode se esconder, mas ele será ouvido hoje", relatou a delegada. Além da imprensa, populares também estão na porta da delegacia, por isso os advogados temem pela integridade física do acusado.

Flash de Yala Sena
Redação Carlos Lustosa Filho
redacao@cidadeverde.com

TAGS: [Fast food](#) [nos combates](#) [delegacia da mulher](#)

Imprimir

[Curir](#) [Compartilhar](#) [G+](#) [Twitter](#)

Fonte: <http://cidadeverde.com/noticias/164420/agressor-pede-desculpa-e-diz-na-delegacia-que-nao-lembra-de-nada>.

Nesse exemplo da figura 1, o texto da notícia (ANEXO O) faz uma descrição minuciosa dos fatos, com atualização em tempo real, como é perceptível nos trechos “Roberto Marinho, se encontra nesta quinta-feira (5) escondido em um carro neste momento em frente à Delegacia da Mulher” e “Em meio à correria, Roberto Marinho, acusado de agressão a três mulheres”. Há ainda a descrição dos sujeitos envolvidos: “Roberto Marinho Barros dos Santos, 39 anos, acusado de agredir três mulheres”, onde aconteceu: “[...] no *drive thru* de um *fast food*, presta depoimento na Delegacia da Mulher”, quando aconteceu: “[...] no último domingo (1º)”, e o motivo: “As mulheres que foram xingadas no episódio [...]”, “[ele] afirmou que estava sobre [sic] efeito de medicamentos para sinusite”. Como podemos perceber na figura 1, a notícia conta ainda com hipertextos remetendo a vídeos e outras notícias relacionadas, além das imagens.

Contudo, diferentemente da maioria dos casos noticiados, este trata de um crime em circunstâncias distintas, pois a zona Leste da cidade de Teresina é uma área de classe média,

frequentada por pessoas de classe média, e o *fastfood* mencionado igualmente. Assim, arriscamos dizer que a distinção de classe neste caso é o que, na verdade, torna o evento da violência contra mulheres amplamente noticiável.

No texto da notícia “Danceterias que forem palco de violência serão fechadas” (ANEXO A), por outro lado, é notória a construção da notícia no nível das explicações, pois temos no corpo do texto a descrição dos fatos no trecho “a Delegacia do Silêncio e o Corpo de Bombeiros fecharam neste domingo duas casas de shows de pagodes durante operação da polícia”, em seguida, onde o fato aconteceu e os sujeitos, nos trechos “foram interditadas as casas Pagodão do Saci e o Pagodão do Peruano, no bairro Primavera, próximo ao Morro da Esperança” e “[...] a casa de show no Pio XII, próximo a Tabuleta, onde uma mulher cortou o rosto de outra, também será fechado”, e, por fim, o porquê do fato, aparentemente a informação mais importante da notícia, esclarecida pelo uso do discurso direto, utilizado pelo locutor para colocar em relevo algo que lhe é importante (FAIRCLOUGH, 2003), com a fala do Delegado, “Os pagodes não têm alvará da polícia e estavam funcionando clandestinamente”.

Neste exemplo, notamos que o evento que permite conexões com a violência mencionada no título se restringe ao fragmento “uma mulher cortou o rosto de outra”, que se trata de violência contra uma mulher, embora não tenhamos informações suficientes para problematizá-la como uma violência em decorrência do gênero. Não aparece no título ou no texto referência a essa especificidade, senão como um motivo fomentador eventual para a casa de shows ter sido fechada.

Análise similar pode ser feita do enunciado “Mulher é morta a facadas por moradora de rua e adolescente” (ANEXO Q), em que falta contextualização no texto da notícia para tomarmos a situação de violência em razão do gênero. Há sim uma dimensão de gênero que, entretanto, só é possível de análise quando a notícia oferece um contexto para o episódio, como é o caso da notícia “Polícia identifica pessoas acusadas de cortarem rosto de menor” (ANEXO B), que trata de uma guerra entre as gangues “Mafyosas” e “Chapeuzinho”. Basicamente retaliatória e baseada na ameaça, a vida de gangue é caracterizada pela sempre-presente ameaça de violência, como destaca Cunha (2010). O aspecto da questão de gênero emerge quando as meninas declaram guerra às meninas de outra gangue, por motivos de disputas que são “assunto exclusivo de mulheres”, ou seja, “na briga, é mulher com mulher” (CUNHA, 2010, p.147). Contudo, entre meninas de gangue, de acordo com o trabalho de Cunha (2010, p.147), há sempre uma ou duas que se sobressaem e tomam uma posição de poder sendo chamadas “donas de rocha”, que são aquelas que não são vistas exatamente como meninas, mas “como um homem, na verdade”.

Do exposto decorre que, para o caso do enunciado, embora a dimensão de gênero esteja embaciada pelo contexto, podemos supor uma disputa de poder onde quem agride são mulheres “como um homem, na verdade”, por conseguinte, entendemos, como Saffioti (2009), que é errôneo não enxergar no patriarcado uma relação em que atuam mulheres e homens. Também fica evidente que não avaliamos verdadeira a interpretação de que, sob a ordem patriarcal de gênero as mulheres não detêm nenhum poder, ainda que este poder seja de manutenção da ordem....

De tal modo, mesmo que tenhamos buscado pela sequência linguística “violência contra mulheres” encontramos notícias sobre violência contra mulheres, porém com os títulos, ou mesmo com o texto da notícia, sem nenhuma menção ao episódio de violência contra mulheres em razão do gênero.

Na verdade, as características principais da construção discursiva de todos os títulos das notícias que tratam de situações de violência contra mulheres examinados, é a própria ausência do discurso da violência contra as mulheres. Ao invés disso, há a presença de discursos etiológico-explicativos (SIMÕES, 2011), ou seja, discursos que se baseiam na dimensão individualizada dos fatos, na premissa de que sujeitos envolvidos nos crimes só o foram casualmente, isolados de um contexto, o que no título aparece como uma descrição auto explicativa dos fatos e no corpo do texto como argumentação localizada em causas individualizadas dos incidentes.

O título da notícia “Polícia identifica pessoas acusadas de cortarem rosto de **menor**” (ANEXO B), por exemplo, não faz sequer menção à violência como um caso específico contra uma mulher menor de idade, pois esta informação, de gênero, está apagada no uso do termo “de menor”. O mesmo acontece nos títulos das notícias “Exame em **adolescente** descarta estupro em sequestro no Dirceu” (ANEXO I), “Mulher é morta a facadas por moradora de rua e **adolescente**” (ANEXO Q), e “Potycabana: Corregedoria da PM abre sindicância e apura expulsão de **jovem**” (ANEXO AB), em que o uso dos léxicos “em adolescente” e “de jovem” similarmente apagam a informação de gênero do título.

O valor dos títulos nas análises consiste na reflexão sobre as macroestruturas semânticas – o conjunto de proposições, frases inter-relacionadas que constituem um todo semântico – presentes no discurso das notícias, o que, segundo Van Dijk (2008), projeta para os leitores as qualidades mais relevantes e o sentido geral dos eventos noticiados.

Certamente, existem recomendações na prática jornalística em relação à extensão, estilo e edição para os títulos, como, por exemplo, as formulações linguísticas concisas, que resultam inevitavelmente no apagamento quer dos sujeitos, quer das ações que empreenderam

ou sofreram. Nada obstante, as escolhas feitas para o que é incluso ou não no discurso, muito mais do que serem métodos operacionais, espelham pretextos ideológicos, como salienta Simões (2011).

Os exemplos oferecidos pela tabela 1 evidenciam casos em que as operações linguísticas de inclusão e de exclusão de sujeitos sociais nos enunciados dos títulos são estratégias comuns de sustentação de uma abordagem individual e criminológica das notícias, como vimos referindo, quer esse sujeito sejam as mulheres em situação de violência ou os agentes dos crimes de violência, quer correspondam a autoridades, agentes da lei e do poder público. Além disso, a posição sequencial desses sujeitos no texto é um poderoso mensurador da força dos enunciados, como diz Fairclough (2001, p. 111).

Isso está bem nítido, por exemplo, nos enunciados dos títulos: “**Estudante** leva socos, tem maxilar quebrado por **ex** e é hospitalizada” (ANEXO N, grifo nosso) e “**Mulher** acusa **ex-marido** de incendiar sua casa na zona leste” (ANEXO X, grifo nosso), nos enunciados “**Juiz** condena a prisão **homem** que estuprou **neta de esposa**” (ANEXO C, grifo nosso) e “**Juiz** condena **homem** a 4 anos de prisão por tentar estuprar **ex**” (ANEXO D, grifo nosso), e nos enunciados “**Padrasto** que dopava **enteada** para estuprá-la é preso em flagrante” (ANEXO AA, grifo nosso) e “**Ex-marido** ameaça matar **mulher** e beber sangue dos **filhos**” (ANEXO R, grifo nosso). Os acusados e as autoridades e agentes da lei aparecem primeiro nos enunciados dos crimes de estupro e ameaça de morte, os quais adquirem contornos de maior gravidade quando situam autoridades e agentes da lei no início do título. Já as mulheres são secundarizadas como figuras textuais.

Outro aspecto que deve ser salientado é a sobrevalorização de circunstâncias alarmantes em torno dos episódios de violência contra mulheres nos enunciados, uma tendência que as pesquisas feitas por Simões (2011) também têm advertido e documentado. Sob este prisma, as violências noticiáveis mais comuns, que incluem as que não resultam na morte ou em ferimentos graves, ao invés de serem tratadas como problemática social, são apagadas ou naturalizadas nos enunciados. Assassínatos e estupros, por sua vez, sempre se destacam.

A construção do enunciado “**Mulher** acusa **ex-marido** de incendiar sua casa na zona leste” (ANEXO X, grifo nosso), por exemplo, em que a mulher é sujeito ativo da ação de acusar, de reconhecer o crime na figura do ex-marido – e essa primeira oração corresponde ao tema do enunciado, como propõe Fairclough (2001, p. 227), que pode ser considerado (o que não quer dizer que realmente seja) a “informação dada”, isto é, a informação supostamente já conhecida para os produtores e intérpretes do texto – ao invés de lançar atenção para o empoderamento de mulheres no sentido da denúncia, faz supor inquestionável a noção de que a violência

mencionada é um crime, que neste caso era, mas faz crer que é válida para toda e qualquer situação em que uma mulher for vitimada no âmbito doméstico, independentemente do contexto, da intensidade e da forma da agressão. Como adverte Soares (2012, p. 196), talvez seja esse um dos efeitos “incógnita” da abordagem criminalizante. Com essa observação não estamos negando a condição de maior vulnerabilidade das mulheres a algumas formas de violência, como a doméstica e familiar, menos ainda desqualificando ou reduzindo as mulheres à condição de vítimas. Na verdade, estamos exatamente mostrando que as desigualdades persistem e retumbam em expressão própria nos títulos das notícias, quando as mulheres são enunciadas em voz ativa para enfatizar sua condição de vítima naturalizada nas notícias de eventos de violência contra mulheres.

Van Leeuwen (1996) diz que outra forma de apagamento, mais suave, é incluir as atividades dos atores sociais de quem se fala, mas suprimi-los do enunciado, ou seja, mitigando sua presença, e, constantemente, por meio de uso da oração passiva nos títulos. Em ambas as formas, não obstante, podemos analisar as próprias exclusões de sujeitos como estratégias ideológicas reveladoras. Do mesmo modo, as posições dos sujeitos como ativos ou passivos das ações e o uso de orações passivas e ativas revelando aspectos da valoração desses sujeitos nos discursos.

O apagamento dos sujeitos tem sido associado a ações que apresentam certa carga negativa, tal como acontece nos exemplos dos títulos: “Moradora de rua **é identificada** e teve 70% do corpo queimado” (ANEXO E, grifo nosso), “Mulher **espancada com socos e pontapés** tem hemorragia no olho” (ANEXO F, grifo nosso), “Adolescente **é sequestrada** e faz exame para comprovar estupro” (ANEXO G, grifo nosso), “**Exame em adolescente** descarta estupro em sequestro no Dirceu” (ANEXO I, grifo nosso). Em todos os casos, as mulheres em situação de violência são objeto da ação e são enunciadas na voz passiva, e os autores das ações estão omitidos nas frases. Embora tenhamos em vista as limitações técnicas a que a imprensa está sujeita, julgamos que o apagamento destes sujeitos indica uma prática – deliberada ou não – de atrair a atenção para o ato violento, com uso preferencial de verbos cuja carga semântica remete para o domínio da violência e suas repercussões nas mulheres, independentemente do contexto, das causas ou das explicações.

Se por um lado, a violência contra mulheres em razão do gênero está ausente nos discursos noticiosos dos crimes, por outro, ela adquire contornos de crime passional, quando se trata de discursos noticiosos sobre estatísticas.

Nesse sentido, o aspecto da cobertura da violência contra as mulheres nas estatísticas que precisa ser destacado é a quantificação do fenômeno, pois é a repercussão das informações

estatísticas, apresentadas muitas vezes como oficiais, que justifica a sua admissão como algo que tem credibilidade para se tornar noticiável, conforme explicita Simões (2011). É o caso das notícias “Sinpolpi²⁴ contabiliza 101 homicídios em dois meses do ano” (ANEXO M), “Em pesquisa, Sinpolpi contabiliza 72 homicídios em novembro” (ANEXO AC), e “Piauí é o terceiro estado com mais violência contra mulher” (ANEXO S), que se detêm especificamente em revelar informações estatísticas sobre mulheres teresinenses ou sobre os índices de violência de forma geral na cidade de Teresina. O conjunto desses títulos é ilustrativo dessa tendência retórica dos números e percentuais, uma saída semântica prevalente e cara ao discurso jornalístico como estratégia de credibilização.

Quando os dados da violência contra mulheres não aparecem no título, eles estão espalhados no texto da notícia, como percebemos nos trechos:

“Cristiano lembra que nos primeiros dois meses de 2014 foram registrados **os assassinatos de dez mulheres**, sendo sete em fevereiro e três em janeiro, onde se encontra o caso de um corpo feminino encontrado esquartejado e que até hoje a polícia não conseguiu identificar a vítima e desvendar o crime.” (ANEXO M, grifo nosso).

“A pesquisa mostra também que no mês de novembro **foram mortas sete mulheres no Estado. Em dois casos as mortes estão ligadas a crimes passionais, segundo as primeiras informações passadas pela Polícia.** Dentre os crimes que tiveram vítima as representantes do sexo feminino há o caso de uma garota de programa morta a facadas na zona de meretrício do centro de Teresina.” (ANEXO AC, grifo nosso).

Vale observar que nos casos acima, além de tratar os assassinatos de mulheres como homicídios comuns, os casos em que há provas de violências em razão do gênero são tratados como “crimes passionais”, que, em nossa avaliação, se refere ao “uso das paixões como justificativa para o crime” (BONAVITTA; DE GARAY HERNANDEZ, 2011, p. 28). No segundo caso, há, além disso, a afirmação “segundo as primeiras informações passadas pela Polícia”, que pode ser interpretada como forma de buscar apoio institucional, para a posição defendida... (ANEXO AC).

De outro lado, podemos interpretar que o webjornalismo dos portais de notícias também tem buscado pesquisar ações que apresentem condições de enfrentar e prevenir a violência contra mulheres como problemática social, desde que entre tais ações entendamos as estatísticas da violência como o tema central das notícias, considerando-as como aquelas que conferem abertura para essa abordagem, em que os textos, além de informar à população sobre as estatísticas e as ações do governo, oferecem espaço para divulgação das propostas, de

²⁴ Sindicato dos Policiais Cíveis do Piauí.

acompanhamento de resultados, do cumprimento das legislações e de cobranças de mudanças. É o que podemos retirar do trecho:

“Dra. Lia Medeiros, defensora pública, afirma que **deve-se insistir na denúncia das agressões à mulher**. “A cada dia os números são maiores. O que se **exige é uma mudança de comportamento**, pois a sociedade ainda é muito machista” (ANEXO S, grifo nosso).

Em que a prerrogativa dos “números maiores” abre espaço na notícia para dar voz à defensora pública, uma agente da lei, autoridade do direito e representantes do poder público, dando ênfase a sua fala pelo uso do discurso direto para “insistir na denúncia” e enfatizar a “mudança de comportamento” (ANEXO S).

Para efeito da análise, vale lembrar que nós guardamos o entendimento de que a mídia de uma forma geral consegue pautar muitos dos assuntos que a sociedade decide debater. Como explica Sanematsu (2011), a teoria do agendamento, ou *agenda-setting*, por exemplo, prediz que os assuntos que recebem espaço nas notícias têm mais oportunidade de ganhar atenção na esfera pública fazendo parte da lista de prioridades da sociedade e, por conseguinte, do governo. No processo de definição das agendas, o papel exercido pela imprensa de uma forma geral é o de *gatekeeper*, isto é, os profissionais da mídia têm o poder de decidir, por meio de critérios de noticiabilidade, quais fatos devem se tornar notícia e serem divulgados. Vemos dessa forma a mídia como um campo social estratégico do jogo democrático capaz de vigiar as ações das autoridades e exercer *accountability*, no sentido de levantar temas para debate e também no de riscar assuntos, avaliados como irrelevantes, da pauta noticiável e, por conseguinte, da agenda política.

Do exposto, entendemos então que ou a violência contra mulheres aparentemente não representa relevância social para os portais de notícia, ou eles estão refletindo a irrelevância com que a problemática é tratada na cidade de Teresina, ou apenas desconhecem a problemática, ou as três possibilidades, já que não consideram-na nas pautas noticiáveis, como vimos no *corpus* examinado, pois, do conjunto das notícias de crimes, poucas tem o enquadramento principal relacionado ao Estado e suas ações para a prevenção e combate à violência. O enfoque, em geral, se dirige à descrição dos fatos como crimes eventuais e/ou passionais. Embora algumas notícias dediquem ênfase à Lei Maria da Penha, e alguns textos tragam também referência a serviços de denúncia ou atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, tais como o Ligue 180 da Secretaria de Políticas para as

Mulheres (SPM) e as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), vale mencionar que a maioria delas, que ultrapassam a descrição de casos de violência, estão entre aquelas veiculadas durante o mês de março, em alusão ao dia Internacional da Mulher e aos períodos comemorativos de rememoração de direitos, mencionadas atrás.

Ou seja, os exames feitos até então com a preocupação de entender o texto com o modo de (inter)ação em eventos sociais evidenciam que é nítida a insuficiência dos títulos das notícias para dar conta da enunciação da violência contra mulheres como problemática social. Com efeito, os discursos só ganham esses contornos quando há a prerrogativa discursiva das estatísticas, ou das instituições com poder legitimado, ou seja, quando os discursos de agente da lei e autoridades do direito ou representantes do poder público oferecem os termos de referência para a violência contra as mulheres representada no espaço público, embora tão-somente como crime eventual ou passional. Por eventual estamos entendendo uma violência banalizada, que aparece no texto de forma repetidamente contingente, corriqueira e difusa, embora não deixe de refletir em sua realidade de manifestação uma implicação social econômica e histórica para o evento (RONDELLI, 1998, p. 146).

Como estamos considerando que a disputa dos sentidos do texto se alarga para além da produção, analisamos que a (des)construção da violência contra mulheres nas notícias, por meio das quais a sociedade atribui sentido ao tema e é significada, constitui em si mesmo uma forma de violência, tal qual uma violência metalinguística, ou seja, o modo como a mídia fala sobre violência contra mulheres faz parte da própria violência. Os sentidos sociais lançados de seus atos, o modo como os discursos sobre violência circulam no espaço público e a prática social que é informada repetidamente por estes episódios narrados na (re)produção, com títulos individualizantes e abordagens puramente descritivas dos crimes, torna corriqueiro o contínuo de agravos e, ainda que inicialmente não tenhamos examinado se o conjunto das notícias materializa códigos prescritivos para mulheres, naturaliza sua condição como vítimas.

A naturalização, que é uma das estratégias de construção simbólica de reificação (THOMPSON, 1995), é uma das principais armas de manutenção de condições de dominação e de camuflagem da realidade, que, como indica o termo, naturaliza o caráter sócio-histórico dos processos sociais. Nos termos de Pedrinho Guareschi, significa que “ela [...] me impede e me impossibilita de lutar, sujeitando-me ao determinismo dessas criações que deixam de ser questionadas e se apresentam como “absolutas” (GUARESCHI, 2011, p. 03).

5.2 ENTRE VÍTIMAS E ALGOZES

Cada notícia apresenta um modo de interpretar o evento pautado. Isto decorre, entre outros fatores, da visão específica do repórter e/ou editor e/ou da linha editorial do portal e/ou do conglomerado de comunicação, que em maior ou menor medida é um reflexo do contexto social em que opera. Esse modo se revela nas vozes selecionadas, nas falas destacadas, e também na abordagem do tema, nos recortes feitos, nos aspectos enfatizados e na ordem em que os elementos são apresentados (SIMÕES, 2011).

Tendo isso em vista, de acordo com as notícias selecionadas, percebemos que as mulheres, representadas na condição de vítimas em geral, são enunciadas no espaço das explicações, como sujeitos passivos das ações do tema principal, ao lado dos agentes da violência ou dos representantes da lei, como atrás foi referido.

Além disso, essas mulheres não são projetadas como vítimas de uma violência específica de gênero. Elas são as “ameaçadas”, “espancadas”, “estupradas”, “esfaqueadas”, “assassinadas” por homens e por mulheres, na maioria das vezes no espaço privado da casa ou da família, e arranjadas no lugar de vítimas de crimes no sentido geral do termo, para os quais, em regra, as notícias apresentam justificações que se baseiam em pressupostos do senso comum e de *habitus* gendrados²⁵ que, abundantemente, tem orientado as notícias por um enquadramento discursivo criminal, construído com base no saturamento da vitimização individualizada de mulheres – que, além disso, pela força desse *habitus*, produto da experiência biográfica individual das mulheres, da experiência histórica coletiva e do intercâmbio entre essas experiências, também é coletiva.

É o caso, por exemplo, da notícia “Mulher é abandonada pelo marido e vai à delegacia pedir ajuda” (ANEXO L), em cujo enunciado do título já observamos que a “mulher abandonada” que inicia a oração na voz passiva é o tema central, e que ela “vai à delegacia pedir ajuda” porque foi “abandonada pelo marido”. Ou seja, o enunciado do título já apresenta as explicações supostamente satisfatórias para o entendimento da situação de violência. Contudo, são explicações simplistas que apenas querem dizer ao leitor que: as coisas sucederam como sucederam em virtude de os homens serem homens e as mulheres serem mulheres. Quer-se dar ênfase para diferenças entre mulheres e homens, tratando-as como efeitos mentais, comportamentais e sociais de uma natureza imanente.

²⁵ Igualmente resultado de práticas linguísticas que (re)produzem formas coletivas de pensar das quais não é possível dissociar as práticas discursivas da mídia. O discurso midiático, embora apresente especificidades próprias, configura um produto de sistemas cognitivos, representações e conhecimentos dominantes, traduzidos em ideologias, saberes especializados, crenças e mitos relativamente estáveis em determinados contextos.

Esses exames abordados em definições estáticas e conceituações rígidas, correm o risco de aprisionar os indivíduos nas disposições das quais queremos desatá-los. Como observa Soares (2012), na melhor das hipóteses, trata-se de uma narrativa que pode ser aceita e reiterada, mas dificilmente assimilada no sentido da livre mudança, ou ressignificação, pelas mulheres que ela espera defender. Nos cenários de violência há sujeitos vítimas e agressores ou grupos sociais mais vulneráveis a certos tipos de violência, mas isso não significa que os sujeitos sejam prisioneiros do lugar ou dos scripts que lhe foram designados.

No texto da notícia em si a história continua e ganha contornos de “novela mexicana”²⁶:

Abandonada pelo marido, com três filhos pequenos e ameaçada de despejo, a desempregada Juliana Oliveira Rodrigues, 26 anos, foi à Delegacia da Mulher pedir ajuda à delegada Vilma Alves. Com o filho de quatro meses nos braços, ela contou no distrito que não tem como trabalhar, já que cuidar dos três filhos – um de 6, 2 anos e o mais novo de quatro meses.

Há um ano veio morar em Teresina no residencial Teresina Sul, no programa Minha Casa Minha Vida. Juliana é de Roraima, casou e veio com o marido para a capital piauiense. Ela contou a delegada Vilma que o marido está com o cartão bolsa família e não repassar o dinheiro.

“Estou com as seis parcelas da casa atrasada com contas de luz e água sem ter dinheiro para pagar. Meu medo e [sic] de ser despejada junto com meus filhos”, disse Juliana emocionada.

A delegada Vilma Alves disse que iria chamar o marido de Juliana para que ele devolva o cartão bolsa família. Vilma ressalta que o caso de Juliana é uma questão social.

“Aqui na delegacia vamos cuidar da violência psicológica, maus tratos e o abandono do lar que está sofrendo a denunciante”, disse a delegada.

Juliana está com seis meses de atraso na prestação da casa. Cada prestação é de R\$ 81,80. (ANEXO L)

Ainda que se note um esforço de contextualização histórica do caso, reparamos que há, contudo, uma desvinculação da história de vida desta mulher de um estrutura social mais ampla, algo que se assemelha a uma estratégia ideológica de reificação, por nominalização/passivação (THOMPSON, 1995), em que o contexto, a situação social na qual o evento ocorreu está apagada, para chamar atenção para a condição irremediavelmente assinalada de vítima de Juliana, e para condicionar sua salvação, aparentemente, à “ajuda” da delegada. Para assegurar que “vamos cuidar da violência psicológica, maus tratos e o abandono

²⁶ As novelas mexicanas são conhecidas por fazerem uso de representações melodramáticas nas narrativas. O gênero teatral dramático melodrama, originado na França, no século VIII, é caracterizado pela narrativa em que as personagens são apresentadas de modo a inspirarem compaixão do público. Como explica Alencar (2002, p.49), “os diálogos são entremeados de música. Humano, imaginoso e vivaz, cria intrigas e paixões com habilidade e requer uma completa identificação entre o espectador e personagem”, de forma que as representações de pessoas em boas ou perversas, fracas ou fortes ou sem densidade psicológica é amplamente empregada para chamar a atenção dos leitores/telespectadores.

do lar”, “chamar o marido de Juliana para que ele devolva o cartão bolsa família” e para dizer que tudo se trata de “uma questão social” (ANEXO L).

Ora, se ao fim e ao cabo, a voz da Delegada é trazida ao interdiscurso para dizer que se trata de uma questão social, ao leitor é dado supor que, afinal, está ali o contexto sócio-histórico da situação de violência, visto que a expressão da questão social está no desemprego, na fome, na favela, na violência e na inadimplência que cercam a vida de Juliana. Essa construção, em nossa análise, é no mínimo contraditória: válida no texto uma concepção dos conflitos sociais, da “questão social”, em que aparentemente são irrelevantes as relações de poder entre os sujeitos e o contexto sócio-histórico mais amplo, ao mesmo tempo em que confere relevância a esses aspectos tão-somente quando traz a voz de uma representante da lei.

Considerando a dimensão textual do discurso, podemos pensar essa aparente contradição ou inconsistência na contextualização sócio-histórica e na “questão social” do caso de Juliana, como traços de um evento de mudança discursiva no texto, na forma de mescla com os vocabulários técnicos, nos usos dos termos “questão social” e “violência psicológica, maus tratos e o abandono do lar que está sofrendo a denunciante”, e, ao mesmo tempo, com os marcadores de autoridade no interdiscurso, pelos usos da voz da Delegada Vilma. Como diz Fairclough (2001, p.128), quando uma disposição de mudança discursiva é formada, materializa-se em uma nova combinação discursiva emergente, compreendida pelos analistas como um texto contraditório que “perde o efeito de ‘colcha de retalhos’, passando a ser considerado ‘inteiro’”. Para o autor, à medida que produtores e intérpretes dos textos associam as combinações discursivas, códigos e elementos arranjando-os de uma forma inovadora nos eventos discursivos estão lançando mudanças estruturais nas ordens de discurso, pela desarticulação das ordens existentes e sua rearticulação com novas ordens de discurso. E são essas mudanças, como elucida Fairclough (2001, p.128), que “podem afetar [...] a ordem de discurso local de uma instituição, onde podem transcender as instituições e afetar a ordem de discurso societária”.

Retomando a notícia, por traz do evento da violência contra mulheres notamos ressonâncias de uma economia doméstica sustentadora da ordem patriarcal, quando voltamos a análise para as representações de Juliana e do marido, construídos sob a relação vítima-algoz: “abandonada pelo marido”, “com três filhos pequenos”, “ameaçada de despejo”, “a desempregada”, em oposição ao “marido [que] está com o cartão bolsa família e não repassar o dinheiro”. Para essa relação, observamos representações discursivas de um *habitus* que dispõe mulheres no lar, ou seja, a elas compete efetuar as tarefas domésticas, o cuidado dos filhos, a maternagem, como reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras,

para usar os termos de Meillassoux (1976, p. 74), tendo muitos filhos ou somente um. Ou seja, por trás dessa relação há uma norma que institui para mulheres o trabalho reprodutivo do espaço privado – não legitimado, não valorizado, não remunerado, ao passo que para os homens, está instituído o trabalho de produção, estando eles isentos do cuidado com filhos e trabalhos domésticos. O trecho analisado confirma essa norma quando naturaliza a ausência de responsabilização pelo cuidado com os filhos revelada pela própria inobservância dessa questão para falar do marido de Juliana.

Em vista da notícia, observamos ainda que nas políticas de combate à pobreza, os programas de transferência de renda, principalmente o Bolsa Família, que é o programa referido ao marido, ao invés de empoderar mulheres têm integrado-as ao grupo familiar na condição de membros da família – não como cidadãs, sujeitos políticos constituídos, mas como indivíduos que dificilmente se empoderam, pois a liberdade civil decorre do direito patriarcal e é por ele restrita, inflexionando assim uma ação do Estado patriarcal, sexista e de classes, como um “estado de bem-estar patriarcal” (PATEMAN, 2000, p. 01) – e incentivado o vínculo entre feminilidade e reprodução social (PEREIRA, 2016). Resta supor que o *habitus* que posiciona mulheres como cuidadoras e do lar, como membros da família, e não como sujeito político das políticas públicas, leva à compreensão de que são elas também as únicas responsáveis pela posse do cartão que dá acesso ao benefício, o que, no caso de Juliana, parece validar a ação de “chamar o marido (...) para que ele devolva o cartão bolsa família”, não por causa dos filhos, mas como uma punição por ter surrupiado algo que é do domínio da esposa.

Quando avaliamos essa construção, ainda que parcialmente, percebemos que há aí um viés densamente ideológico de reificação da ordem patriarcal, de ideias conservadoras e anacrônicas sobre família e sobre mulheres, tratadas essencialmente como donas de casa, mulheres dos maridos e mães, irremediável e obviamente apartadas de participação social e política na esfera pública, sustentando a dicotomia entre território público e formal masculino e território privado e informal feminino, em que o primeiro é valorizado em detrimento do segundo.

Dando prosseguimento à análise, passemos então para a notícia “Divulgado foto do acusado de matar e cortar partes genitais de mulher” (ANEXO P), cujo enunciado do título chama atenção pelas circunstâncias bizarras e dolosas do feminicídio – embora mais uma vez a construção se dê em torno de crime eventual, e não nos termos da violência contra mulheres – enfatizadas na descrição do evento, conforme trecho abaixo:

A Delegacia de Homicídios divulgou nesta terça-feira (10) o retrato de Cleilson da Conceição Mendes, 27 anos. Ele é suspeito de ter **assassinado brutalmente** Gersiane Pereira de Araújo, no último dia 16 de abril. A vítima foi encontrada próxima ao cemitério São José, **estripada e com as partes íntimas na boca**” (ANEXO P, grifo nosso).

Há nesse enunciado a significação dos personagens envolvidos no evento: a Delegacia de Homicídios, a autoridade, Gersiane, a vítima, e Cleilson, o algoz, ou poderíamos também dizer o assassino brutal, circunscrevendo inicialmente os sujeitos para em seguida focalizar na descrição do evento, conforme o trecho:

Barêta informou ainda que o depoimento de testemunhas dão [sic] conta de que a vítima chegou embriagada a um bar, no bairro Primavera, zona Norte, onde o suspeito já estava bebendo por volta de uma hora da manhã do dia do crime.
 “A dona do bar falou que **ela deveria ir para casa de mototáxi, porque ela já estava muito embriagada, mas ela respondeu que iria com Cleilson e ainda iria namorar. Depois disso, o crime aconteceu**”, descreve o delegado (ANEXO P, grifo nosso).

Nesse trecho, observamos uma representação bastante significativa de Gersiane para o entendimento do evento da violência, uma vez que o texto faz uso do discurso direto do Delegado Barêta, conferindo relevância e credibilidade pela referência ao discurso etiológico-explicativo de um detentor de saber especializado jurídico e representante do poder público. A construção, entretanto, é bastante problemática, pois atribui responsabilidade do próprio feminicídio à Geisiane, quando adverte ao leitor que: 1) “ela deveria ir para casa de mototáxi, porque ela já estava muito embriagada”, há aí uma oração coordenada explicativa fornecendo um motivo para a morte de Geisiane e trazendo implícito o par de disposições para mulheres: sóbrias e em casa, que qualifica Geisiane como duplamente transgressora, porque estava bêbada e na rua; e 2) “mas ela respondeu que iria com Cleilson e ainda iria namorar. Depois disso, o crime aconteceu.”, em que a construção do período faz pensar na adversativa da resposta de Geisiane aos códigos implícitos no discurso que normatizam a sexualidade de mulheres, tendo em vista seu domínio pelos homens, aos quais, Geisiane contrariou e, por efeito, foi assassinada. Ou seja, os implícitos dispõem que se as mulheres não seguem a regra de ficar em casa, comportadas, são responsáveis pela própria morte...

São construções como essa que difundem e refletem as crenças de que as mulheres “gostam de apanhar”, ou ainda de que “fizeram por merecer”. Representação essa que nega a complexidade do problema e naturaliza a violência quando a atribui a um caráter individual proveniente de aspectos específicos de uma “personalidade feminina” (GROSSI, 1996). Embora tenhamos encontrado essa representação mais evidente para o caso de Geisiane, a maior

parte das notícias analisadas não atribui às mulheres o argumento para justificar a prática do crime. Aparentemente, como os eventos têm sido tratados como crimes eventuais, a causa aparece deslocada nos discursos para a ênfase no evento em si, na descrição dos fatos.

Mais uma vez, notamos que o uso rotineiro das vozes de instituições e representantes da justiça como fontes de informação é, sem dúvida, uma estratégia eficaz. São vozes que, ao serem chamadas no interdiscurso, atestam a veracidade das informações, vistas pelos leitores como seguras e investidas de autoridade. Dessa forma, a produção discursiva orienta-se mais para a ordem dos fatos, trazendo implícita uma avaliação sobre os comportamentos e um lugar tradicional para os homens e para as mulheres, que para a análise e compreensão dos eventos.

Analisando brevemente esse aspecto, percebemos que o recurso à intertextualidade nos discursos do webjornalismo dos portais buscados está muito mais vinculado às vozes de sujeitos e instituições representantes da lei, da justiça e do poder público, ou seja, com poder legitimador, na medida em que são as fontes principais ou secundárias de informação nas notícias, que as pessoas comuns envolvidas nos eventos de violência contra mulheres. Esse recurso, podemos afirmar, estabelece uma solução discursiva recorrente nos textos para ancorar outros poderes, cuja discursividade condiciona todo o imaginário popular em que a violência é construída, de modo que, são esses sujeitos sociais e instituições, ou, para usar os termos de Bourdieu (1984), esses atores e agências, que detêm um maior controle quer sobre a construção da violência contra as mulheres, quer sobre sua representação midiática veiculada no espaço público.

Quanto mais se destacam as abordagens dos eventos como crimes eventuais isolados, mais a produção discursiva dos portais investigados parece representar a violência contra as mulheres como parte de um imaginário criminológico discursivo (SIMÕES, 2011) que é sim gerado, embora não seja noticiado como tal, quando associam para as agressões os homens e para a vitimização as mulheres, quando identificam as mulheres referindo-se ao parentesco ou ao tipo de relacionamento que mantêm com os homens: “neta”, “esposa”, “ex-namorada”, “enteada”; ou referindo-se aos homens também para indicar parentesco ou relacionamento com as mulheres, como “marido”, “ex-marido” ou “ex-namorado”, “padrasto”, recursos linguísticos que, embora aparentemente inocentes, beneficiam e (re)produzem o *habitus* de que autonomia e subjetividade são cingidas para mulheres – que são privadas de nome próprio, não para resguardá-las de um ponto de vista ético, mas para situá-las na teia de relações nos eventos de violência contra mulheres – alimentando a máquina da ordem patriarcal de gênero ao confirmar e reproduzir hierarquias e desigualdades sociais através de palavras e expressões que naturalizam comportamentos e pertencimentos.

Além disso, a estratificação social aparece também nas linhas e entrelinhas dos enunciados como inevitável e causal, de forma que a violência contra mulheres que estão entre as classes mais pobres são as mais manifestas nos eventos de violência contra as mulheres, e de forma racionalizada, estando a raça/etnia dos sujeitos ausente dos discursos, apenas é explicitada a situação socioprofissional e a sexualidade, mas somente quando os eventos envolvem pessoas homossexuais ou transexuais, como é o caso das notícias “Polícia desvenda “irmandade homofóbica” e divulgará nomes durante coletiva” (ANEXO T) e “Polícia indicia dois “anarcopunks” por crimes homofóbicos no Piauí ” (ANEXO U).

A primeira notícia trata dos desdobramentos legais da denúncia da “irmandade homofóbica”, grupo que fez ameaças a homossexuais em Teresina, e a segunda trata das ameaças feitas por dois jovens “anarcopunks” a membros de grupos LGBTT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em Teresina, “a dupla utilizava perfis fakes em redes sociais para fazer alusão à violência contra homossexuais em Teresina com frases como “Vai ter morte”, “Ela merece morrer”, “quer ver sangue”.” (ANEXO U). Nesse trecho, está evidente que os homossexuais a que se refere a notícia são mulheres, quando se recorre às vozes da ameaça dos jovens. São violações contra mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, que, se por um lado são representadas nas notícias com demarcações para a sexualidade, por outro, a abordagem da violência contra mulheres é apagada da notícia em detrimento da sexualidade, que individualiza os eventos como crimes homofóbicos.

De acordo com Barbosa e Silva (2015), as violações contra as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, de forma geral, reproduzem o modelo dos crimes de ódio, produzidos pelo preconceito contra um conjunto de particularidades que as relaciona a um grupo discriminado, e também representam uma tentativa de corrigi-las para mulheres heterossexuais, motivando as agressões. Quanto à população transexual, historicamente, marginalizada e perseguida, as violações decorrem vastamente da sua pretensa “anormalidade”, já que existe na sociedade a expectativa de que as pessoas se disponham em conformidade com as representações de homens/machos e mulheres/fêmeas, o que se julga “adequado” e “natural” para as disposições de gênero.

É o que observamos quando a notícia faz a rememoração do “Caso Brenda”, um caso da agressão à transexual Brenda Vitória. De acordo com o texto da notícia,

O suspeito negou a agressão ao delegado e **disse que confundiu Brenda com uma garota. “Ele diz que estava estressado e foi atrás de uma garota de programa, depois descobriu que era uma transex”,** declarou o delegado. O acusado alegou ainda que **Brenda danificou seu veículo.**

Brenda declarou à polícia que cobrou R\$ 150 e que **o desentendimento surgiu porque o seu cliente queria pagar apenas R\$ 35. “Há testemunhas que viram ele agredindo a vítima com dois socos e pontapés. Nesse caso está descartada a homofobia”**, finalizou.” (ANEXO U, grifo nosso).

Nessa construção, a ordem em que os fatos são apresentados parece justificar as agressões, primeiro é trazida a versão do suspeito das agressões que argumenta “que estava estressado e foi atrás de uma garota de programa”, mas “depois descobriu que era uma transex” que também “danificou seu veículo”. Não só justificar, mas faz pensar que seriam apenas duas as causas (individuais) que tornam válida a agressão: o estresse e o dano ao veículo. O estresse, tal como descrito, foi apresentado acompanhado do direito de relaxar, pagando por sexo com uma “garota de programa”. A agressão foi, então, justificada como uma traição a esta expectativa. Adiante no texto, temos a versão de Brenda, que explica que “o desentendimento surgiu porque o seu cliente queria pagar apenas R\$ 35”, mas, como diz o delegado, no discurso direto, “Há testemunhas que viram ele agredindo a vítima com dois socos e pontapés. Nesse caso está descartada a homofobia”. Ou seja, na representação do suspeito que “descobriu que era uma transex” e partiu para as agressões, quer-se dizer que não está suficientemente nítido que houve uma situação de preconceito, onde: 1) o sujeito identificou uma mulher transexual, 2) Tentou um acordo para pagar bem menos pelo programa, 3) Não houve consenso, 4) houve violência; ou seja, além do apagamento da abordagem da violência contra mulheres, por se tratar de uma transexual, embora esteja representada a sexualidade para sinalizar um crime de transfobia, a construção discursiva tende a sua abjeção para rematar o evento como um crime eventual e genérico, em que “[...] está descartada a homofobia, porque houve socos e pontapés.

Com efeito, a homofobia e a transfobia ficam diluídas nas notícias como crimes individuais, estando a primeira destacada como digressão argumentativa mais direcionada para legitimar a criminalização do que para problematizar a questão de gênero. De tal modo, ao invés de combater pelo discurso, perpetua o sistema de *habitus* no quadro do qual a violência contra mulheres (bissexuais e transexuais) é sistematicamente naturalizada. Ao mesmo tempo, o imaginário criminológico discursivo indicado, ao informar que os agressores eram homens, deixa perceber nas entrelinhas dos discursos a força da ordem patriarcal de gênero.

Uma linha similar de raciocínio pode ser seguida para as notícias “Acusado de estuprar 30 mulheres prestará depoimento no 5º DP” (ANEXO V) e “Padrasto que dopava enteada para estuprá-la é preso em flagrante” (ANEXO AA), que tratam de crimes de estupro, em que os discursos focalizam a representação das mulheres envolvidas como responsáveis ou não pelos eventos.

No primeiro caso, embora no enunciado do título, haja a ênfase para os estupros, no corpo do texto da notícia a ênfase recai para o roubo que o suspeito atentou contra uma mulher na zona Leste da cidade de Teresina. O evento dos estupros só é retomado ao final do texto, na voz do delegado, ao explicar que “ela conseguiu convencê-lo e ele acabou não a violentando”, esclarecendo por que não houve o estupro, ou seja, em decorrência da persuasão da própria vítima.

Um possível caminho de análise dessa construção é o que percebe a mulher do evento como uma “vítima não-genuína” (FIGUEIREDO, 2010), ou seja, como uma representação que traz implícitas disposições de gênero e sexualidade que associam o desejo e comportamento sexual masculino à predação, ao passo que às mulheres competiria dar freios e ter precaução quanto à violência, que são as disposições que permitem racionalizá-la em seguida. No caso em análise, não porque “saiu da linha” e permitiu o ataque, mas porque o evitou. Os próprios termos pelos quais a tentativa de estupro é explicada, “conseguiu convencê-lo e ele acabou não a violentando”, parecem de um lado aprovar a violação, como se o estupro estivesse fatalmente em curso, mas, de outro, como a “vítima não-genuína” teve o poder de convencimento, o estupro não aconteceu.

No segundo caso, por sua vez, essa representação não incide sobre a menina, a enteada que foi estuprada. Ao invés disso, há o mérito de uma construção que sinaliza para o reconhecimento da violência contra mulheres, mesmo com a ênfase do vetor geracional que poderia, como nos casos dos outros vetores atrás, facilmente apagá-la do evento. Isso está nítido no trecho “A criança foi levada para ser examinada no Serviço de Apoio à Mulher Vítima de Violência Sexual (SAMVIS), que funciona na Maternidade dona Evangelina Rosa, onde foi constatado o abuso”, cujo enunciado informa a existência do serviço de atenção para mulheres vítimas de violência sexual para atestar que a violência de que se fala é violência sexual contra mulheres.

Contudo, mais adiante no texto da notícia, quando a mãe da criança é mencionada, parece haver um esforço de representação da mãe como responsável pelo evento, deixando de lado o padrasto que cometeu o crime, quando se diz que

A mãe da criança foi ouvida pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) nesta manhã (13), bem como outros familiares que disseram não saber dos abusos. **A mãe saía para trabalhar e a menina ficava vulnerável.** Ele dava os comprimidos para dopá-la antes de cometer os estupros. **Os comprimidos eram da mãe, que sofre de depressão. A situação da família é preocupante.**

A vítima segue hospitalizada. **Jonas de Jesus já teria ameaçado a mulher de morte e cometido atos de violência doméstica”** (ANEXO AA, grifo nosso).

Ou seja, o arranjo dos discursos reproduz tacitamente o juízo de que menina havia sido estuprada porque “a mãe saía para trabalhar e a menina ficava vulnerável”, “Ele [o padrasto] dava os comprimidos para dopá-la”, e os comprimidos para dopá-la “eram da mãe”, “que sofre de depressão”, e, além disso, “Jonas de Jesus já teria ameaçado a mulher de morte e cometido atos de violência doméstica”. Podemos supor que, se a construção não é de culpabilização pela negligência da mãe para com a filha e falta de vigilância ao companheiro, é de incapacidade ou inaptidão para a maternagem. Fato mais gritante é que em nenhum momento a paternagem como cuidado e respeito é abordada. Com isso, podemos perceber nos implícitos do discurso a força da ordem patriarcal que outorga aos homens o poder de estabelecer na teia das relações domésticas o diálogo com a família apenas quando lhe convier, cabendo às mulheres a responsabilidade exclusiva de sustentar a harmonia e o respeito nas relações parentais.

Outra construção que precisa ser problematizada é a que percebemos na notícia “Delegacia indícia ex-namorado de vítima por criar perfil falso na web” (ANEXO J). A notícia trata de dois eventos, ocorridos em 2012, de *cyberbullying*, embora a abordagem não esteja nesses termos, em que os envolvidos eram respectivamente, o ex-namorado e a ex-namorada do atual namorado das vítimas, como podemos antever no trecho abaixo:

A Delegacia de Repressão aos Crimes Tecnológicos de Teresina, DERCAT, coordenada pela delegada Christiane Vasconcelos, indiciou no mês de fevereiro duas pessoas pela prática de difamação e falsa identidade praticados pela internet.

Em um dos casos, **uma jovem de 21 anos foi vítima de seu ex-namorado** que criou uma conta de e-mail similar a sua para conversar com seus contatos. **“Ele praticava difamação, dizendo que seria garota de programa, mostrando fotos sensuais, como se fosse a vítima, trazendo-lhe muito aborrecimento e vergonha pela repercussão em sua família e amigos”**, relata a delegada.

No outro caso, **uma jovem de 24 anos foi vítima da ex de seu atual namorado que criou conta de e-mail de terceiros**. **“Ela enviava mensagens para praticar difamação, dizendo que a mesma traía o namorado, tendo relacionamento com vários homens, trazendo-lhe muito constrangimento e configurando violência moral”**, explicou Christiane Vasconcelos” (ANEXO J, grifo nosso).

Ambos são casos de violência contra mulheres no ciberespaço, mas no texto são abordados como crimes cibernéticos eventuais. No Brasil, as extensões da violência contra mulheres no ciberespaço têm sido reconhecidas de duas formas: a *porn revenge*, ou “pornografia de vingança”, que caracteriza o compartilhamento de fotos, vídeos e áudios íntimos pela internet, sem autorização dos(as) envolvidos(as) ou com a intenção de humilhar as vítimas, e o *cyberbullying*, que é o caso dos eventos de violência enunciados na notícia em discussão, caracterizando o uso de ferramentas do ciberespaço, como redes sociais, e-mails ou

blogs para espalhar comentários depreciativos, que, na maioria das vezes, acionam sistemas discriminatórios, tais como o sexismo, o racismo, a homofobia, dentre outros (PLOU, 2013).

Nos dois eventos, a representação construída para depreciar as mulheres que assinala a violência exercida virtualmente é muito semelhante àquelas que caracterizam a violência real. São os predicados “garota de programa, mostrando fotos sensuais” e “traía o namorado, tendo relacionamento com vários homens” (ANEXO J).

Do exposto, vale destacar também o fato de as agressões no segundo evento partirem de outra mulher, a ex-namorada do atual namorado da jovem, decorrendo para nossa análise, como citamos também no item 4.1, que se considera errôneo não enxergar na ordem patriarcal uma relação na qual atuam mulheres e homens, esperando que somente homens sejam, de um lado, os dominadores e mulheres, de outro, as dominadas, ou seja, sob a ordem patriarcal de gênero, as mulheres detêm sim suas parcelas de poder, ainda que seja o poder de explorar e oprimir outras mulheres. Contudo, para o referido caso, o poder é para reforçar um *habitus* para mulheres, um modelo de feminilidade correspondente à própria ordem patriarcal. A difamação toda aponta para a (des)informação de que a mulher não é séria porque praticaria sexo fora do esperado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os sentidos de um texto não é tarefa fácil. É, talvez, obra para mais de uma geração. Com efeito, não esperamos e nem acreditamos desejável o consenso das análises, pois, como afirma Saffioti, “a interlocução polêmica, além de inevitável, é muito frutífera (2009, p. 02).

No plano das implicações da pesquisa, podemos considerar que as desigualdades e privilégios de gênero dispostos nas práticas sociais e, por efeito, nas práticas discursivas da mídia, estão disponíveis para re(construção) e mudança, exatamente pela oportunidade de confrontação de discursos ambivalentes e contraditórios. Por isso, não podemos deixar de conferir à mídia online estudada o *status* de campo a partir do qual condutas são disputadas e afiançadas com base em saberes investidos de poder. Nada obstante, o potencial emancipador desses saberes é contingente.

Pelas análises feitas com a preocupação de entender o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, por meio da intertextualidade dos enunciados, podemos concluir que a violência contra mulheres noticiada constitui em si mesmo uma forma de violência, uma violência metalinguística, simbólica, que, na (re)produção de saberes investidos de poder implícitos, desde os títulos individualizantes às abordagens puramente descritivas dos crimes, materializa um *continuum* de agravos por meio dos *habitus* gendrados para mulheres e homens que naturalizam sua condição como vítimas e algozes. E nos pareceu que a insuficiência dos títulos para dar conta da enunciação da violência contra mulheres como problemática social decorre menos das recomendações da prática jornalística do que de efeitos ideológicos de uma ordem patriarcal de gênero.

Pelas análises feitas com a preocupação de entender o texto como modo de representação em práticas discursivas, por meio da interdiscursividade, reparamos que o uso constante das vozes dos agentes da lei, autoridades do direito, representantes do poder público e instituições com poder legitimado, apresentadas em discursos diretos como fontes de informação, e oferecendo os termos de referência para a violência contra as mulheres representada na mídia, é uma estratégia eficaz, pois são discursos que, além de qualificarem os eventos, embora tão-somente como crime eventual e/ou passional, dão *status* de verdade às informações. Ainda que, de fato, elas não o sejam, têm grandes chances de serem decifradas pelos leitores como seguras e investidas de autoridade. Esse recurso, podemos afirmar, estabeleceu uma solução discursiva recorrente nos textos para ancorar outros poderes, cuja

discursividade, arriscamos dizer, condiciona todo o imaginário popular em que a violência é construída, de modo que, são essas vozes que detêm um maior controle sobre a (re)produção midiática da violência contra mulheres no espaço público.

Do exposto na análise, notamos também que a produção discursiva orienta-se mais para a ordem dos fatos que para a análise e compreensão dos eventos: poucas tem o enquadramento principal voltado às ações do Estado de prevenção e combate à violência, o enfoque está na descrição dos fatos como crimes eventuais e/ou passionais, o que pode repercutir, em certa medida, no desencorajamento de discussões sobre formas alternativas de intervir nas situações de violência contra mulheres face à visibilidade que as ações no âmbito do sistema de controle formal dos crimes eventuais ganha.

Embora algumas notícias dediquem ênfase à Lei Maria da Penha, e alguns textos façam referência aos serviços de denúncia ou atendimento às mulheres vítimas de violência, a maioria delas estão entre aquelas veiculadas durante o mês de março, em alusão ao dia Internacional da Mulher e aos períodos comemorativos de rememoração de direitos. Em que pese o mérito delas, não podemos deixar de notar que são notícias pontuais. Disso, deduzimos três possibilidades para a produção discursiva do webjornalismo de portal: 1) A violência contra mulheres não é uma pauta noticiável, de relevância midiática para os portais de notícia; 2) A produção discursiva está refletindo a irrelevância com que a problemática é tratada na cidade de Teresina; 3) O webjornalismo de portal desconhece a problemática, já que não a considera nas pautas noticiáveis. São três possibilidades que não se excluem, mas convergem entre si.

Por conseguinte, estando apartadas das discussões ligadas às relações desiguais de poder entre homens e mulheres, oriundas de uma ordem patriarcal de gênero, e limitando-se a notificar ocorrências de casos de violência abordados como casos isolados, o webjornalismo de portal investigado não nega o viés ideológico avesso ou pouco interessado pelas violações cometidas. Ao contrário, banaliza a violência de contra mulheres, eclipsando seu caráter estrutural gendrado que se articula aos contornos e prerrogativas de classe, raça/etnia e sexualidade, e reafirmando simbolicamente uma ordem patriarcal de gênero que é excludente para mulheres, na medida em que condiciona o seu acesso ao espaço público à qualidade de vítima.

No plano dos anseios e expectativas, já que se diz que fazemos parte de uma “sociedade da informação”, há a perspectiva de que alcancemos desses espaços por onde circulam *habitus* gendrados locais de disputa, de forma a trazê-los em nosso favor, pois, se a sociedade tem alguma responsabilidade de interagir no campo midiático, acreditamos que não é senão incentivando o debate e buscando garantir atenção para questões cogentes da agenda

social. Cabe lembrar ainda que um dos principais desafios no enfrentamento da abordagem da violência contra mulheres é a necessidade de mudança de *habitus* conservadores e machistas, historicamente enraizados. Pois, em que pese as conquistas nos campos legal e jurídico, ainda são fortes as resistências sócio-históricas. Nesse cenário, a mídia online, e a mídia em sentido amplo, pode cumprir ações fundamentais, articulando e impulsionando *habitus* mais igualitários, mudanças de comportamentos, de ações e de julgamentos.

A análise das produções midiáticas representa uma frente de luta importante para o enfrentamento da violência contra mulheres, devendo por isso arremessar-se na compreensão das rotinas jornalísticas, para assim afiançar a divulgação de conhecimentos alternativos ao imaginário criminológico discursivo que tem dominado, como vimos, os discursos midiáticos, veiculando *habitus* prejudiciais para mulheres e homens. Desta sorte, a intervenção feminista na (des)construção das notícias de violência contra as mulheres são importantes, pois as mídias passam a ser tomadas elas mesmas como caixa de ferramentas por meio das quais a máxima “o pessoal é político” pode ser alçada ao campo das notícias noticiáveis: a (des)informação de gênero, tal qual os resultados encontrados na pesquisa, pode ser utilizada na consolidação das bases do sistema de *accountability*, a medida que provoca os mecanismos de regulação da produção jornalística, quando expõe as repercussões problemáticas das construções discursivas em torno dos eventos de violência contra mulheres como crimes individuais e eventuais, com representações de vítimas e algozes, que corroboram com a reificação da violência: a violência metalinguística dos enunciados.

No plano das limitações da pesquisa, vale destacar que as análises discursivas críticas baseadas apenas em dados documentais, como o fizemos nesta investigação, não dão conta de realizar, epistemologicamente, a investida total do ponto de vista ontológico adotado pela ADC, que está assente em uma realidade social composta de práticas e redes de práticas, ou seja, elas carecem, em certa medida, de coerência entre teoria e empiria. Existe, dessa forma, como observa Resende (2009), alguma inconsistência entre a perspectiva ontológica da ADC e a análise documental, pois se os elementos do mundo social são as práticas sociais, as relações, as ideologias, as atividades materiais e discursos, e se estão esses elementos da prática social ligados dialeticamente, não podendo ser reduzidos um em outro, então há uma contradição entre essa ontologia e a postura que acredita no conhecimento dessa realidade por meio do discurso materializado unicamente em textos, por meio da análise documental. Resta dizer que a epistemologia que dá conta das práticas e redes de práticas precisa estar mais reflexiva de sua prática e, provavelmente, precisa articular outros métodos além da análise documental.

Em suma, são notórias as contribuições da ADC, haja vista a oferta de ferramentas conceituais de análise e entendimento das ideologias que atravessam as redes de discursos, produzindo subsídios para a problematização da violência contra mulheres. Vale notar que as categorias discutidas e os caminhos de análises escolhidos nesta pesquisa não exaurem de maneira alguma as alternativas pelas quais a ADC investiga o uso da linguagem e suas funções em sociedade, contudo, para os objetivos pretendidos, consideramos que foram categorias adequadas para fornecer elementos de análise crítica dos discursos examinados.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado**. Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, Dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Abr. 2016.
- ALENCAR, Mauro. **A Hollywood brasileira: panorama da telenovela no Brasil**. Senac, 2002.
- AMÂNCIO, Lígia. O gênero no discurso das ciências sociais. **Análise Social**, 2003, p. 687-714. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf>>. Acesso em 14 Jun. 2015.
- ANDI, Instituto Patrícia Galvão. **Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: Uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/file/50249/download?token=fCY4xgt7>>. Acesso em 20 Jun. 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres Espancadas: A Violência Denunciada**. São Paulo, Cortez Editora, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail Milkailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; DA SILVA, Laionel Vieira. Morte e exclusão: crimes contra a mulher transexual. **Revista Gênero & Direito**, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/viewFile/24443/13610>>. Acesso em: 24 maio 2016.
- BECKER, Howard S. De que lado nós estamos. In: **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BONAVITTA, Paola; DE GARAY HERNANDEZ, Jimena. De estereótipos, violencia y sexismo: la construcción de las mujeres en los medios mexicanos y argentinos *. **anagramas rumbos sentidos comun.**, Medellín , v. 9, n. 18, p.15-30, Junho 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25222011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 Ago. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. Tradução de Paula Monteiro. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 37-72.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Coleção Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

_____. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 16 abr. 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas Para Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/politica-nacional>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas Para Mulheres. **Mulher: viver sem violência**. Brasília, 2013. Disponível: <<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/opm/encontro/apr-ministra-eleonora-mulher-viver-sem-violencia.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 2015a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 16 abr. 2016.

_____. Presidência da República. Secretaria de Políticas Para Mulheres. **Balanco 2015. Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher**. Brasília, 2015b. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/balanco180_2014-versaoweb.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAMERON, Deborah. et al. **Researching language**. London: Routledge, 1992.

CANAVILHAS, João. Webnotícia: proposta de modelo periodístico para la WWW. ed. 1, 1 vol., ISBN: 9789728790912. Covilhã: Livros Labcom. 2007. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110823-canavilhas_webnoticia_final.pdf>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____. (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. ISBN 978-989-654-144-6 (pdf). Covilhã: Livros Labcom, 2014. Disponível em: <<http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/121>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

CARDOSO, Isabela Cristina Barros. **Discursos sobre violência sexual contra a mulher no webjornalismo e nas redes sociais**. Dissertação (Mestrado em Linguística) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015. 150p.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia Internet: reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade**. Tradução de Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. A sociedade em rede. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – Volume I**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. “Participando do Debate sobre Mulher e Violência”. In: Franchetto, C. B (Org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**, São Paulo: Zahar Editores, 1985.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**. Edinburgh: Edinburgh university press, 1999.

CISNE, Mirla. Relações Sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporalis**, [S.l.], v. 2, n. 28, p. 133-149, nov. 2014. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

CONNELL, Raewyn. **The sociology of gender in Southern perspective**. 2014.

_____. Gênero e corporificação na sociedade mundial. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 3, n. 1, p. 281–287, 2015.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983.

COSTA, Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 6, n. 2, p. 1-29, 2009.

CUNHA, Anna Lúcia. **Gangues, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos**. Brasília, 2010. Disponível em:

http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Livro_Gangues_genero_e_juventudes.pdf.

Acesso em: 12 abr. de 2016.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 165-185, 2008.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. Política de assistência social e os tempos sociais femininos: um caso brasileiro. **Nômadias**. (Col), n. 24, p. 80-90, abril, 2006. Universidad Central Bogotá, Colômbia. Disponível em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=105116598008>>. Acesso em: 30 out. 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. I. Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2001.

_____. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, R.; MEYER, M. (comp.) **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 199-204.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. 4ª ed. Contexto: São Paulo, 2014.
SANEMATSU

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. Vítimas e vilãs, “monstros” e “desesperados”: como o discurso judicial representa os participantes de um crime de estupro. **Linguagem em (Dis)curso**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 134-155, set. 2010. ISSN 1982-4017. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/229/243>. Acesso em: 25 Abr. 2016.

FIGUEIREDO, Ticiane. **Violência contra mulheres lésbicas, bis e trans. Dossiê Violência Contra Mulheres**. Entrevista concedida a Agência Patrícia Galvão. 2015. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-contra-mulheres-lesbicas-bis-e-trans/#mulheres-lbt-correm-maior-risco-de-violencia>>. Acesso em: 24 maio 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11ª ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **A Ordem do Discurso**. 5ª edição. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GILL, Rosalind. **Gender and the media**. Cambridge: Polity, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books/content?id=igeFoFdh5iIC&printsec=frontcover&img=1&zoom=5&edge=curl&imgtk=AFLRE70akcPoiNFIQuJGfvF4dGWIgo77VjCJMZCtU2GHuB-Qw-Yg8INBh1wTNL8nzMsaW7jWdL37lbX9gvZ8XoNMT6aoUbjvONxm1ejrIMtIorxvU6O1joBTMn6yHR4yclk3Od6vgVS>>. Acesso em: 16 Out. 2015.

GOLDEMBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2004.

GONZÁLES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: mulheres e relações violentas. Novos Estudos CEBRAP, nº 23, p.163-175, 1989.

GROSSI, Patrícia Krieger. Violência contra a mulher: implicações para os profissionais de saúde. In: LOPES, M. W. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 133-149.

GUARESCHI, Pedrinho. Ideologia: um terreno minado. In: Psicologia social crítica: como prática de libertação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p.74-81.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. Dossiê mídia e política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007. Disponível em:
<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/2469>>. Acesso em 11 Jul. 2015.

GUIMARÃES, Cleber Pacheco. Tags: palavras-chave em blogs. **2º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação**, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, jan. 2009. ISSN 1809-4449. Disponível em:
<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

HIRATA, Helena. A crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho. In: COSTA, Albertina et al (Org.). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

KOCH, Ingedore G. Villaça. Hipertexto e construção do sentido. **Alfa: Revista de Lingüística**, v. 51, n. 1, p. 23-39, 2007.

LAMAS, Marta. La radicalización democrática feminista. In: ARDITI, Benjamin. **El reverso de la diferencia**: identidad y política. Caracas, Nueva Sociedad, 2000.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LAZAR, M. M. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse. **Critical Discourse Studies**, London, 2007. p.141 -164.

LEVÝ, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Trad. Carlos Irineu Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LEVÝ, Pierre. Pela Ciberdemocracia. In Moraes, Dênis (org.) **Por uma Outra Comunicação**: Mídia, Mundialização Cultural e Poder. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 367-384.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Manual de jornalismo na Internet**: noções básicas, conceitos e um guia sobre as principais publicações jornalísticas digitais no Brasil e no Exterior. Salvador: Facom-Ufba, 1996.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.) **Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo**, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, 2000.

MARCUSCHI, Luíz Antônio. Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto. Colóquio da Associação Latino-Americana de Analistas do Discurso, v. 4, 1999.

MAGALHÃES, Francisco Laerte Juvêncio. **Veja, isto é, leia**: produção e disputa de sentidos na mídia. Teresina: Edufpi, 2003. p.28.

MATTHAEI, Julie. Por que os/as economistas feministas/marxistas/anti-racistas devem ser economistas feministas marxistas-anti-racistas. In: Nalu Faria e Miriam Nobre (Orgs.). **Economia Feminista**. São Paulo, SOF, 2002, p.51.

MEILLASSOUX, Claude. **Mulheres, celeiros e capitais**. Porto: Afrontamento, 1976.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de. A análise do discurso em contraponto à noção de acessibilidade ilimitada da Internet. **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MERCADO, Luis Paulo. Pesquisa Qualitativa Online Utilizando a Etnografia Virtual. **Revista Teias**, v. 13, n. 30, p. 15, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/1188/977>>. Acesso em: 21 Ago 2015.

MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. 246p.

MOREIRA, Vivian Lemes; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O funcionamento discursivo das nuvens de tags na rede eletrônica: sentidos sobre Capitoline. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 6, 2009.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **A informação como narrativa: mídia e troca simbólica**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2006.

NATANSOHN, Graciela (Org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NOGUEIRA, Claudiana da Silva. A intertextualidade no discurso jornalístico sobre a velhice. In: SILVA, Denise Helena da; VIEIRA, Josênia Antunes (Orgs.). **Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: UnB. Oficina Editorial do Instituto de Letras: Editora Plano, 2002.

PALACIOS, Marcos. Jornalismo Online, informação e memória: apontamentos para debate. **Revista PJ: Br Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, n. 4, 2004. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos4_f.htm>. Acesso em: 27 fev. 2012.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

_____. El estado de bienestar patriarcal. **Contextos**, Ano 2, n. 5, 2000, Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/modulos/biblioteca2.php?IdDocumento=0230>>. Acesso em: 22 out. 2015.

PEREIRA, Francineide Pires. **Política de Assistência Social, centralidade da família e relações de gênero em Teresina**. Relatório de Pesquisa. CNPq, 2016.

PLOU, Dafne Sabanes. Novos cenários, velhas práticas de dominação: a violência contra as mulheres na era digital. In: NATANSOHN, Graciela (Org.). **Internet em código feminino: teorias e práticas**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013.

RAMONET, Ignacio. O poder midiático. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica e realismo crítico: implicações interdisciplinares**. Campinas: Pontes Editores, 2009.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social**, Brasil, v. 10, n. 2, p. 145-157, dec. 1998. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86785>>. Acesso em: 02 maio 2016.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**, 1989, p. 113-190.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 1995.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 Out. 2015.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo (Coleção Brasil Urgente), 2004.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Estudos e Ensaios, FLASCO-Brasil**, 2009.

SANEMATSU, Marisa. Análise da Cobertura da Imprensa sobre Violência contra as Mulheres. In: ANDI, Instituto Patrícia Galvão. **Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: Uma análise das tendências da cobertura jornalística**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/file/50249/download?token=fCY4xgt7>>. Acesso em 20 Jun. 2015.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. EIAL: **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**. v.16. n., p. 147-164, 2005. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar_url?url=http%3A%2F%2Fdialognet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F4004126.pdf&hl=pt-BR&sa=T&oi=gga&ct=gga&cd=0&ei=LjC3VMGjDcS70AH8hYCIBQ&scisig=AAGBfm3Ju9Dww87B48bzolF4kvz2oiDmDA&nossl=1&ws=1366x634>. Acesso em 12 Jan. 2015.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: a usefull category of historical analysis. In: SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. Columbia University Press, 1999, p. 28-50.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, Rita Joana Basílio de. **Crime, Castigo e Gênero nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In) justiça no Discurso dos Media**. 2011. Disponível em: <<https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/17894/3/Crime%20castigo%20e%20g%C3%A9nero%20nas%20sociedades%20mediatizadasRBS.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SOARES, Barbara Musumeci. A 'conflitualidade' conjugal e o paradigma da violência contra a mulher. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, p. 191-210, 2012.

SPINK, Mary Jane. MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: Uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: M. J. Spink (Ed.), **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999, p. 41-61.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. ISBN: 978-85-7982-046-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, Fev. 2006,. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Mar. 2016.

THOMPSON, John. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 427p.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e poder**. Tradução Judith Hoffnagel et al. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice**: new tools for critical discours analysis. New York: Oxford University Press, 2008.

VIEIRA, Josênia Antunes. As abordagens críticas e não críticas em análise do discurso. In: SILVA, Denise Elena Garcia da; VIEIRA, Josênia Antunes (Orgs.). **Análise do Discurso**: percursos teóricos e metodológicos. Brasília: Editora Porto, 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Homicídio de mulheres no Brasil. 1ª ed. Brasília. 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

ANEXOS

ANEXO A – Danceterias que forem palco de violência serão fechadas – Cidade Verde

20/01/14, 19:02

A Delegacia do Silêncio e o Corpo de Bombeiros fecharam neste domingo duas casas de shows de pagodes durante operação da polícia. Foram interditadas as casas Pagodão do Saci e o Pagodão do Peruano, no bairro Primavera, próximo ao Morro da Esperança. Ano passado, nove casas de shows foram fechadas pela polícia.

O delegado Evaldo Farias, da Delegacia do Silêncio, anunciou que todas as danceterias que são palcos de violência serão fechadas.

“Todos os estabelecimentos que estiverem irregulares e forem palco de violência com encontro de gangues vão ser todos fechados”, garantiu o delegado.

Segundo ele, os dois pagodes que foram fechados estavam funcionando sem as licenças determinadas na legislação. “Os pagodes não têm alvará da polícia e estavam funcionando clandestinamente”, disse Evaldo Farias.

O delegado informou ainda que a casa de show no Pio XII, próximo a Tabuleta, onde uma mulher cortou o rosto de outra, também será fechado. “Fomos fechar ontem, mas a casa não estava funcionando”.

Paredão de som

Durante a operação 10 paredões de som foram apreendidos e encaminhados para o Detran. Foram encontrados som altos e acima do que a lei permite nos bairros Primavera, no Centro, na avenida Maranhão, nos trailer do Promorar, Santa Clara, Parque Sul e no Mirante.

ANEXO B – Polícia identifica pessoas acusadas de cortarem rosto de menor – Cidade Verde

04/01/14, 17:00

A Polícia Civil confirmou nesta sexta-feira (24) que já identificou as pessoas acusadas de participarem da agressão contra a adolescente A.M.B.S, 14 anos. A jovem ficou com o rosto desfigurado, após ser cortada com cacos de vidros e faca por grupo rival. A violência foi registrada no início do mês de janeiro quando a jovem saía de uma danceteria no bairro Tabuleta. Os grupos denominados de “Mafyosas” e “Chapeuzinho” fazem ameaças pelas redes sociais, principalmente pelo Facebook.

O delegado Mauro André Miranda, do 3º Distrito Policial, informou que no inquérito já ouviu cerca de 10 pessoas, a maioria menor de idade. “Acredito que teve uma participação de três a quatro pessoas na agressão a adolescentes. Ainda estamos investigando. Falta ouvir uma pessoa maior de idade de nome Jaqueline, em que todos no depoimento confirmam a sua participação”, disse o delegado.

Após o crime, os grupos rivais passaram a trocar novas ameaças via facebook. A garota, segundo o delegado, se fingiu de morta para que os agressores parassem de fazer os cortes no rosto, punho e braços.

O delegado disse que está ouvindo testemunhas, já que a menor agredida alterou seu primeiro depoimento. “No primeiro depoimento, ela disse um nome e no segundo mudou e colocou outro nome”, disse.

Segundo depoimento da adolescente agredida, uma pessoa lhe segurou e duas passar a lhe cortar. Há informações de que uma terceira pessoa fazia a filmagem, mas a polícia não localizou a gravação.

ANEXO C – Juiz condena a prisão homem que estuprou neta de esposa – Cidade Verde

15/02/14, 16:42

O juiz José Olindo Gil Barbosa, do juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Teresina, condenou a 13 anos e 6 meses de reclusão Devany de Sousa Silva, 58 anos. A sentença saiu nesta sexta (14). Perícias deitas no Instituto de Medicina Legal confirmaram que a criança M.R.A, 10 anos, sofreu abusos.

Segundo o juiz, os abusos teriam sido praticados por cerca de três anos, entre 2009 e 2011. A denúncia foi feita por uma tia da menina. A criança teria contado a ela os abusos. Os relatos são de que o acusado obrigava a criança a praticar sexo oral, introduzia dedos em suas partes íntimas, fotografava a criança em poses sensuais e nua, além de tentar praticar sexo anal.

O magistrado considerou, na decisão, que o acusado era companheiro da avó da menina. O casal tinha a guarda e a menor morava com eles.

O acusado não foi preso em flagrante, responde ao processo em liberdade e terá cinco dias para recorrer da decisão. "Ele não foi preso em flagrante e continua morando com a avó. Ela defende o companheiro. A criança está morando com a mãe", comentou o magistrado.

Devany de Sousa Silva foi condenado a 13 anos e seis meses de reclusão em regime fechado, sendo 9 de pena base e mais 4 anos e meio por exercer autoridade sobre a vítima, por ser companheiro da avó e morar na mesma residência que a menina.

ANEXO D – Juiz condena homem a 4 anos de prisão por tentar estuprar ex – Cidade Verde

18/02/14, 17:17

O juiz José Olindo Gil Barbosa, do juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Teresina, condenou a 4 anos de prisão um homem acusado de tentar estuprar a ex-esposa. O caso aconteceu em 22/12/2012.

Segundo o magistrado, o crime teria ocorrido por volta das 3h da madrugada na casa da vítima, M.L.S.L. O acusado Edmilson Calixto de Araújo, apesar de já separado da vítima, ainda portava as chaves da residência.

Edmilson bateu na porta do quarto e a vítima teria aberto. O inquérito produzido pela polícia aponta que Edmilson teria rasgado as roupas dela e tentado cometer o estupro. O fato não foi consumado pela interferência de uma prima da vítima.

O juiz explica que o acusado chegou a ser condenado a 8 anos de prisão, mas depois teve a pena reduzida, como manda o Código Penal, pela metade.

Edmilson chegou a ser acusado de ameaça também. Mas, como não havia prova, foi absolvido deste crime.

Essa é a terceira condenação somente este mês envolvendo casos de estupro na capital.

ANEXO E – Moradora de rua é identificada e teve 70% do corpo queimado – Cidade Verde

24/02/14, 18:42

Com ajuda de familiares, a polícia civil identificou a moradora de rua que foi encontrada morta e queimada na zona Leste de Teresina, no último domingo (23). A mulher é Celina Sales de Araújo, 48 anos, que perambulava pelas ruas da cidade.

O delegado Robert Lavor disse que a identificação foi confirmada com a ajuda da família e de perícia.

O laudo preliminar confirma que a moradora de rua morreu com 70% do corpo queimado.

“A princípio não foi encontrado nenhum ato de violência ou lesão por tiro ou faca. A causa da morte foi em decorrência da queimadura”, disse o delegado Robert Lavor.

Em outubro do ano passado, Celina se envolveu em uma confusão dentro de uma igreja na zona leste. Ela denunciou que teria sido agredida.

A mulher foi achada de bruços e com as costas totalmente carbonizadas na rua Tabelião José Basílio, bairro Jóquei.

O corpo foi liberado pelo Instituto Médico Legal para o sepultamento. Quem ajudou na identificação da mulher foi o companheiro de Celina e uma prima.

ANEXO F – Mulher espancada com socos e pontapés tem hemorragia no olho – Cidade Verde

28/02/14, 16:13

Uma mulher foi imobilizada e espancada com socos e pontapés pelo companheiro no bairro dos Noivos, zona Leste de Teresina. A vítima, uma estudante de 24 anos, registrou boletim de ocorrência na Delegacia da Mulher na manhã desta sexta-feira (28). Ela sofreu várias agressões que apresentou hemorragia nos dois olhos.

A violência foi tamanha que a estudante está com os olhos roxos, a garganta cortada e hematomas por todo o corpo. Por pouco o globo ocular não foi estourado. A estudante de iniciais A.V.T.L informou a delegada Vilma Alves, da Delegacia da Mulher, que o companheiro em que vive há seis meses teve um surto passando a lhe espancar.

“Ele tem ciúmes doentios. Não acredita no que eu digo e várias vezes ele me agrediu, mas dessa vez ele exagerou e afetou minha integridade física e mental. Não aguento mais”, disse a mulher. Ela relatou a delegada que o marido seria usuário de drogas.

Segundo a estudante, do nada, o marido teve um surto e passou a lhe dar tapa no ouvido e no rosto. “Eu gritava, mas ele pegou meus braços e imobilizou pra trás e numa fúria me batia incontrolável”, disse.

Ela contou ainda que o acusado Wesley Nascimento Fonseca, 29 anos, operador de caixa, tentou lhe asfixiar e feriu com um copo de vidro. Na tentativa, o vidro cortou a garganta da estudante.

A delegada Vilma Alves disse que iria providenciar para que a estudante fosse internada em hospital. Ela disse que o acusado vai ser enquadrado na lei Maria da Penha.

“Houve a violência física e a tentativa de homicídio. Essa violência caracteriza um surto de possessão em que o homem pensa que tem a posse da mulher e lhe agride da forma mais covarde”, disse Vilma Alves.

ANEXO G – Adolescente é sequestrada e faz exame para comprovar estupro – Cidade Verde

06/03/14, 16:27

A delegada Marcela Sampaio, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, informou ao Cidadeverde.com que a adolescente de 14 anos, que foi sequestrada, informou que os criminosos a chamaram pelo nome. A jovem foi levada por volta das 12h20 desta quinta-feira ao sair de uma escola particular no bairro Dirceu Arcoverde, zona sudeste de Teresina.

Marcela afirmou que os três sequestradores conheciam a menina e a chamaram pelo nome. Até o momento, está configurado o sequestro. Porém, a violência sexual só será comprovada após exame na maternidade Dona Evangelina Rosa.

"Eles tentaram fazer com que ela tomasse um líquido. A blusa de farda está suja com o líquido e ela disse que era um frasco escuro. Ela se recusou a beber. Ela disse que não lembra direito. Bateram a cabeça dela contra um pedra, está lesionado", disse.

A vítima, segundo a delegada, está muito abalada, não quer falar. "Estamos tratando com muita calma para fazer com que ela fale alguma coisa para ajudar no inquérito", explicou.

Atualizada às 17h24

O soldado Renato Rodrigues, da Força Tática do 8º BPM, explicou como a adolescente de 14 anos foi encontrada após ser abandonada por três homens na zona sudeste. Renato disse que a garota relatou que foi estuprada por um dos acusados. A menina foi pega às 12h20 por um carro preto, após sair da escola no bairro Dirceu, zona sudeste.

Ela acusou do estupro o integrante mais velho do trio, que teria cerca de 50 anos.

Segundo o soldado, a Força Tática foi acionada pela família da vítima. "Recebemos um chamado informando que a filha estava desaparecida e que ligou para o celular da garota e alguém atendeu e avisou: 'nós queremos é dinheiro. A garota explicou que um deles chegou a violentá-la, mas ela não sabe o que eles queriam", contou o policial.

Ainda segundo o soldado, ao fazer buscas aos criminosos, foi informado que existia um carro preto circulando em outros colégios na região sudeste.

Atualizada às 16h57

Uma adolescente de 14 anos foi sequestrada por três homens ao sair do colégio no bairro Dirceu Arcoverde, zona sudeste de Teresina. Segundo o major Costa Lima, comandante do 8º BPM, a menina foi pega por um veículo ainda não identificado e deixada na região sudeste.

O pai da vítima, que não quis se identificar, contou que a adolescente, por volta das 12h20, foi abordada por um carro preto e levada para o povoado

Todos os Santos. Lá, segundo o ele, a menina foi agredida com pancadas na cabeça e jogada no chão. Ela tem um braço arranhado.

A ação foi praticada por três homens (dois jovens e um senhor), segundo a adolescente relatou à polícia. O pai conta ainda que um deles chegou a ligar para a vizinha da família pedindo dinheiro.

A vítima contou para amigos e para o pai que já vinha sendo seguida pelo mesmo veículo há algumas semanas.

Ela ficou em poder dos acusados entre 12h20 e 14h40 e foi abandonada em um matagal no Todos os Santos. A vítima foi encontrada por um motoqueiro.

O Ronda Cidadão foi acionado e encaminhou a menina para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Equipes do 8º Batalhão e do Ronda Cidadão fazem buscas e abordagens por toda zona sudeste para encontrar o carro em que estava o suspeito.

A queixa foi registrada na especializada e a vítima está sendo ouvida pela delegada Marcela Sampaio. Logo depois será encaminhada para a Maternidade Dona Evangelina Rosa para a realização de exames para saber se houve estupro

ANEXO H – Delegada pede prisão de homem que esfaqueou a ex-namorada – Cidade Verde

07/03/14, 17:07

A delegada Vilma Alves solicitou, nesta sexta-feira (07), a prisão de um homem acusado de ter esfaqueado a ex-namorada. O fato aconteceu ontem, no local de trabalho da vítima. Thais Nascimento da Silva, 22 anos, recebeu uma facada em um dos ombros.

Ela foi socorrida pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e passa bem. Thais trabalhava em uma financeira, localizada no centro de Teresina, quando foi abordada pelo ex-namorado. O acusado foi identificado como Vicente Daniel Lopes rodrigues, 33 anos.

“Ele vai responder pela lei Maria da Penha por tentativa de homicídio. Ele estava com vontade de matar e só não matou por que populares e funcionários da própria empresa em que a vítima trabalha ajudaram a defender ela”, relata a delegada.

O suspeito da violência é natural do município maranhense de Timon e, de acordo com investigações preliminares, já teria atendado outras vezes contra a vida da ex-companheira.

“Pedimos reforço da delegada Wladia Holanda, da delegacia de Defesa da Mulher de Timon, para atuar no caso e conseguir prendê-lo o quanto antes”, disse Vilma Alves.

ANEXO I – Exame em adolescente descarta estupro em sequestro no Dirceu – Cidade Verde

07/03/14, 12:47

A delegada de Proteção à Infância e a Adolescência (DPCA), Marcela Sampaio, disse que o exame realizado na adolescente de 14 anos, que teria sido sequestrada na tarde de ontem(06) no bairro Dirceu, zona Sudeste de Teresina, não comprovou o estupro, porém a delegada não descarta a tentativa.

“Não foi descartada a violência sexual, mas não há indícios, porém os toques, carícias, beijos são atos libidinosos que podem caracterizar a tentativa de estupro. Até porque a calcinha dela estava rasgada”, explicou Marcela Sampaio.

Segundo a delegada, ainda ontem a perícia tentou encontrar alguma pista na rua em que a adolescente disse ter sido levada por três homens em um carro preto. “Fomos antes que o local pudesse ficar comprometido, mas a escuridão e a falta da precisão exata de como tudo aconteceu impossibilitou que pudéssemos encontrar algo. Ficamos de retornar hoje pela manhã com a vítima, mas ela não se disponibilizou a nos acompanhar, nos disseram que ela não estava em casa no momento”, explicou.

Um segundo depoimento da adolescente será tomado, já que ela estava cansada, abalada e não conseguia responder aos questionamentos na delegacia. Outras duas testemunhas também devem prestar depoimento.

A delegada disse que ainda não possui uma hipótese do que possa ter acontecido, mas está investigando porque foi um fato inusitado. “Por enquanto não sabemos qual foi a intenção do crime, precisamos encontrar uma linha e defender para ter uma qualificação legal e uma tipificação. Estamos procurando a intenção dos criminosos. Tudo que é possível está sendo feito de provas periciais e testemunhais. Quem teria visto alguma coisa, já que é uma região que tem muitas residências, e puder nos ajudar a desvendar esse mistério que está nos intrigando procurar a delegacia”, solicitou Marcela Sampaio.

ANEXO J – Delegacia indicia ex-namorado de vítima por criar perfil falso na web – Cidade Verde

10/03/14, 10:22

A Delegacia de Repressão aos Crimes Tecnológicos de Teresina, DERCAT, coordenada pela delegada Christiane Vasconcelos, indiciou no mês de fevereiro duas pessoas pela prática de difamação e falsa identidade praticados pela internet.

Em um dos casos, uma jovem de 21 anos foi vítima de seu ex-namorado que criou uma conta de e-mail similar a sua para conversar com seus contatos. “Ele praticava difamação, dizendo que seria garota de programa, mostrando fotos sensuais, como se fosse a vítima, trazendo-lhe muito aborrecimento e vergonha pela repercussão em sua família e amigos”, relata a delegada.

No outro caso, uma jovem de 24 anos foi vítima da ex de seu atual namorado que criou conta de e-mail de terceiros. “Ela enviava mensagens para praticar difamação, dizendo que a mesma traía o namorado, tendo relacionamento com vários homens, trazendo-lhe muito constrangimento e configurando violência moral”, explicou Christiane Vasconcelos.

Segundo a delegada, os casos eram de 2012 e com ajuda do Poder Judiciário foi possível individualizar a autoria por meio das conexões da internet, sendo os autores indiciados por difamação e falsa identidade.

As penas previstas para cada delito é de três meses a um ano, e ainda há a possibilidade de indenização por danos morais.

ANEXO L – Mulher é abandonada pelo marido e vai a delegacia pedir ajuda – Cidade Verde

22/03/14, 17:25

Abandonada pelo marido, com três filhos pequenos e ameaçada de despejo, a desempregada Juliana Oliveira Rodrigues, 26 anos, foi à Delegacia da Mulher pedir ajuda à delegada Vilma Alves. Com o filho de quatro meses nos braços, ela contou no distrito que não tem como trabalhar, já que cuidar dos três filhos – um de 6, 2 anos e o mais novo de quatro meses.

Ela revelou que foi abandonada pelo marido que escolheu viver com outra mulher. Juliana disse que receber R\$ 250,00 do ex e que o dinheiro é insuficiente para as despesas com os filhos.

Há um ano veio morar em Teresina no residencial Teresina Sul, no programa Minha Casa Minha Vida. Juliana é de Roraima, casou e veio com o marido para a capital piauiense. Ela contou a delegada Vilma que o marido está com o cartão bolsa família e não repassar o dinheiro.

“Estou com as seis parcelas da casa atrasada com contas de luz e água sem ter dinheiro para pagar. Meu medo é de ser despejada junto com meus filhos”, disse Juliana emocionada.

A delegada Vilma Alves disse que iria chamar o marido de Juliana para que ele devolva o cartão bolsa família. Vilma ressalta que o caso de Juliana é uma questão social.

“Aqui na delegacia vamos cuidar da violência psicológica, maus tratos e o abandono do lar que está sofrendo a denunciante”, disse a delegada.

Juliana está com seis meses de atraso na prestação da casa. Cada prestação é de R\$ 81,80.

Quem quiser ajuda a desempregada com alimentos deve ligar para (86) 3222-2323 (fone da delegacia da mulher do Centro)

ANEXO M – Sinpolpi contabiliza 101 homicídios em dois meses do ano – Cidade Verde

24/03/14, 09:12

Uma pesquisa do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Piauí (Sinpolpi) para medir a violência no Estado revela que nos dois primeiros meses de 2014, 101 pessoas foram assassinadas no Estado.

Os números mostram ainda que o mês de janeiro foi o mais violento, desde que a pesquisa começou a ser realizada há cerca de três anos, com um total de 55 crimes dolosos contra a vida.

Segundo os dados, em fevereiro aconteceram 46 assassinatos. Os números mostram que neste ano quase um quarto dos homicídios aconteceram na capital, com um total de 73 casos.

Em janeiro, enquanto 45 pessoas eram mortas em Teresina e no interior foram dez assassinatos, um dos menores números já registrados pela pesquisa.

“O mais preocupante é que outras regiões começam a rivalizar com o Promorar em termos de violência. Em fevereiro dos 13 assassinatos registrados na zona Sul, quatro aconteceram na Vila Irmã Dulce”, afirma o presidente do Sinpolpi, Cristiano Ribeiro.

Cristiano lembra que nos primeiros dois meses de 2014 foram registrados os assassinatos de dez mulheres, sendo sete em fevereiro e três em janeiro, onde se encontra o caso de um corpo feminino encontrado esquartejado e que até hoje a polícia não conseguiu identificar a vítima e desvendar o crime.

Outro dado estarrecedor é o grande número de moradores de rua assassinados neste período, em um total de quatro casos, três deles registrados em janeiro.

Com relação à ocupação das vítimas, continua muito alto o índice de pessoas que tinha débito com a Justiça e ou envolvimento com drogas e assaltos. Pelo menos 27 pessoas eram ex-detentos, ex-internos, detentos, assaltantes ou traficantes, entre as 101 pessoas mortas em janeiro e fevereiro no Piauí.

Dos assassinatos, conforme os dados da pesquisa, mais da metade foram cometidos por arma de fogo. Os casos praticados com armas brancas aparecem em segundo lugar e está aumentando os delitos praticados por outros instrumentos, como pau, pedra, cordas, dentre outros.

ANEXO N – Estudante leva socos, tem maxilar quebrado por ex e é hospitalizada – Cidade Verde

01/05/14, 15:50

Uma estudante universitária foi brutalmente agredida com socos pelo ex-namorado na porta do Senac, Centro de Teresina. Ele não aceitou o fim do namoro e partiu para a agressão. Sem ter resposta da estudante, após inúmeras tentativas por telefones, o acusado Francisco Jefferson Valadão, foi até a avenida Campos Sales, ficou na espreita e iniciou a violência. Ele lhe desferiu pancadas e socos. A estudante Mariana da Silva Aguiar, 20 anos, teve o maxilar quebrado e está internada em hospital particular. Ela passou por cirurgia e está sem poder falar.

A mãe da estudante, Edna Maria da Silva Aguiar, está revoltada com a violência. “Minha filha agora está num hospital sem poder falar, sem poder nem movimentar a cabeça”, disse Edna.

A família registrou um Boletim de Ocorrência na Delegacia de Mulher. O caso está sendo acompanhado pela delegada Vilma Alves. Segundo registro na polícia, o acusado teria agredido a estudante na última segunda-feira (28) por volta das 7h30 quando ela entrava no Senac para assistir aulas.

“Ele apareceu de repente espancando minha filha. Um rapaz lhe socorreu e ela saiu correndo segurando o queixo com muita dor”, relatou a mãe.

Segundo ela, os dois estavam namorando escondidos há cerca de dois anos. A mãe disse que desde o início não aceitou a relação.

“Eu nunca quis esse namoro, pois sabia que ele não prestava e olha o que terminou, terminou nessa violência”.

Edna Aguiar disse que vai entrar com ações judiciais contra o ex-namorado da filha para que ele banque os custos no hospital.

“Ele foi preso, mas parece que pagou fiança e foi solto por falta de uma perícia médica”. A mãe da estudante revelou ainda que antes da agressão a filha já tinha registrado BO contra ele. Segundo Edna, ele ligava 24h para seu telefone particular lhe incomodando.

ANEXO O – Agressor pede desculpa e diz na Delegacia que não lembra de nada – Cidade Verde

05/06/14, 10:59

Roberto Marinho Barros dos Santos, 39 anos, acusado de agredir três mulheres no último domingo (1º) em um drive thru de um fast food, saiu da Delegacia da Mulher onde prestou depoimento escoltado por policiais da Força Tática.

De acordo com a delegada Vilma Alves, Marinho manteve-se na maior parte do tempo calado, pediu desculpas e afirmou que estava sobre efeito de medicamentos para sinusite. “Ele pediu desculpas, disse que não lembra de nada. Negou que estivesse bebendo e disse que estava abalado pelo episódio”, descreve a delegada. “As mulheres foram muito contundentes e claras em seu depoimento”, acrescenta Vilma.

Roberto Marinho apresentou o remédio que teria sido responsáveis pela sua alteração de humor: Nortriptilina 25 mg, feito numa farmácia de manipulação e com mais duas substâncias a mais: atenolol, piridoxicina.

Atualizada às 11h10

Em meio à correria, Roberto Marinho, acusado de agressão a três mulheres no *drive thru* de um *fast food*, presta depoimento na Delegacia da Mulher.

O interrogatório feito pela delegada Vilma Alves começou às 11 horas.

Roberto Marinho entrou na delegacia com o rosto coberto com o terno. Ele se limitou a dizer: “depois eu falo”, sem querer falar com a imprensa.

Publicada às 10h48

O acusado de agressão a três mulheres em um fast food da zona Leste de Teresina, no último domingo (1º), Roberto Marinho, se encontra nesta quinta-feira (5) escondido em um carro neste momento em frente à Delegacia da Mulher, no centro de Teresina, tentando fugir da abordagem da imprensa que está no local. Um vídeo que mostra todo o fato foi divulgado amplamente nas redes sociais.

O advogado do suspeito das agressões, Caio Iatan Pádua de Almeida Santos, afirmou que seu cliente não vai se pronunciar, por estratégia de defesa. “Não vamos falar nada agora, só posteriormente”, limitou-se a dizer.

As mulheres que foram xingadas no episódio, duas advogadas e uma estudante de medicina, entraram na delegacia para ser ouvidas pela delegada Vilma Alves.

As advogadas Joselda Nery, Lívia Raquel Pereira da Silva e Geórgia Nunes, da Comissão da Mulher na OAB, acompanham o depoimento. Nunes afirmou que estão sendo estudadas várias ações penais contra Marinho.

“Estamos em fase inicial, mas ele pode ser incluído em vários ilícitos, inclusive de trânsito, já que no vídeo ele confessou ter bebido, além de injúria e tentativa de violência física. Tudo está sendo apurado e ele terá oportunidade de se defender”, declarou Geórgia.

A delegada Vilma desceu do gabinete, pediu compreensão da imprensa que está do lado de fora do prédio onde funcionam as delegacias especializadas e está fazendo reforço de segurança para que Roberto possa subir até o andar onde fica a Delegacia da Mulher.

“Ele pode se esconder, mas ele será ouvido hoje”, relatou a delegada. Além da imprensa, populares também estão na porta da delegacia, por isso os advogados temem pela integridade física do acusado.

ANEXO P – Divulgada foto do acusado de matar e cortar partes genitais de mulher – Cidade Verde

10/06/14, 14:09

A Delegacia de Homicídios divulgou nesta terça-feira (10) o retrato de Cleilson da Conceição Mendes, 27 anos. Ele é suspeito de ter assassinado brutalmente Gersiane Pereira de Araújo, no último dia 16 de abril. A vítima foi encontrada próxima ao cemitério São José, estripada e com as partes íntimas na boca.

De acordo com o titular da Delegacia de Homicídios, Francisco Costa (o Barêta), o mandado de prisão contra Cleilson foi emitido pelo juiz da Central de Inquéritos do Tribunal de Justiça do Piauí, Luiz Moura, na semana passada.

"O resultado do exame de DNA, que foi feito em Pernambuco, chegou na última sexta-feira e confirmou que sangue encontrados nas roupas dele era de Gersiane", explicou o delegado.

Barêta informou ainda que o depoimento de testemunhas dão conta de que a vítima chegou embriagada a um bar, no bairro Primavera, zona Norte, onde o suspeito já estava bebendo por volta de uma hora da manhã do dia do crime.

"A dona do bar falou que ela deveria ir para casa de mototáxi, porque ela já estava muito embriagada, mas ela respondeu que iria com Cleilson e ainda iria namorar. Depois disso, o crime aconteceu", descreve o delegado.

ANEXO Q – Mulher é morta a facadas por moradora de rua e adolescente – Cidade Verde

22/06/14, 17:06

Uma mulher identificada como Girlanda Araújo da Silva, de aproximadamente 30 anos, foi morta a facadas na noite do último sábado (21). As suspeitas do crime são a moradora de rua Jaqueline Silva Rodrigues, 20 anos, e a adolescente J. F., de 17 anos.

Segundo informações do agente do 1º DP, Paulo Melo, as agressoras teriam envolvimento com drogas. "O crime aconteceu no cruzamento das ruas Riachuelo e Paissandú. As duas suspeitas se revezaram pra matar a vítima. Uma hora, uma segurava e a outra dava as facadas, depois elas trocavam", relata.

Tanto Girlanda quanto a adolescente foram detidas e conduzidas à Central de Flagrantes pela Polícia Militar.

ANEXO R – Ex-marido ameaça matar mulher e beber sangue dos filhos – Cidade Verde

03/07/14, 17:30

Uma mulher identificada como Simone Veloso da Silva, 39 anos, denuncia o ex-marido, Francisco da Silva Nascimento, por violência física e psicológica. Separada há nove anos, a vítima já registrou três Boletins de Ocorrência e revela ter medo das ameaças do ex-companheiro que, supostamente, teria prometido matar ela e os filhos e beber o sangue das crianças

Simone Silva conta que procurou a Delegacia da Mulher pela primeira vez há dois anos e denunciou o ex-marido, porém, segundo ela, o suposto agressor não foi preso e as ameaças continuaram.

"Nos últimos dias as ameaças dele teriam se intensificado e agora ele tem ameaçado também os filhos. Ele fala que vai me matar e que vai beber o sangue dos meus filhos" relatou Simone

Devido as ameaças, a mulher está evitando ficar em casa, já que o ex-marido costuma ir a residência. "Meus filhos não estão indo para escola, eu não estou dormindo em casa, não estou indo trabalhar", disse.

De acordo com Boletim de Ocorrência registrado em junho, na Delegacia Especializada da Mulher, na zona sudeste de Teresina, a vítima já fez três registros de violência doméstica contra o ex-marido: um na delegacia sudeste e dois na Delegacia da Mulher no Centro.

No documento, consta que o suposto agressor invadiu a residência da mulher e tentou levar os filhos de 9, 11 e 12 anos, contra a vontade deles. No momento, Simone Silva estava no trabalho e os filhos foram socorridos por vizinhos.

ANEXO S – Piauí é o terceiro estado com mais violência contra mulher – Portal Meio-Norte
– Editoria de Notícias

09 de Julho de 2014 às 12:46

Atualmente, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a agressões domésticas. No Piauí, a cada cem mil mulheres, três são assassinadas. Os dados foram colhidos recentemente por uma instituição irlandesa, que visitou 54 países e ouviu 138 mil mulheres.

O Piauí é o terceiro estado mais violento contra a mulher, resultado de agressões que acontecem diariamente e não são denunciadas, segundo a pesquisa.

O caso mais recente é o de Laiana Machado, 26, que foi assassinada a pedradas na madrugada terça-feira, 8, no conjunto Vila Nova, zona Leste de Teresina.

Dra. Lia Medeiros, defensora pública, afirma que deve-se insistir na denúncia das agressões à mulher. "A cada dia os números são maiores. O que se exige é uma mudança de comportamento, pois a sociedade ainda é muito machista."

Um levantamento feito pela Defensoria Pública do Estado, constatou-se um considerável aumento da violência contra a mulher nos dias de jogos durante a Copa do Mundo. "A gente verificou que vários boletins de ocorrências foram registrados nos dias de jogos da Seleção Brasileiras. Verificamos também que as mulheres acabam sendo alvo das frustrações dos companheiros."

Quanto ao ranking, a defensora diz que é mais uma questão cultural e acrescenta: "Hoje em dia eu acredito que esse aumento dos casos é a comprovação do aumento dos registros. Acreditar na mudança do companheiro ainda é que possibilita situações conflituosas."

ANEXO T – Polícia desvenda irmandade homofóbica e divulgará nomes durante coletiva – Cidade Verde

05/08/14, 10:37

A Delegacia Especializada de Repressão às Condutas Discriminatórias desvendou a denúncia sobre a existência de uma irmandade homofóbica que estaria ameaçando homossexuais em Teresina. O delegado geral James Guerra informou que as pessoas já foram identificadas e os nomes serão divulgados durante coletiva ao meio dia desta terça-feira (5).

“Houve uma pessoa que realizou a postagem e outras que compartilharam. Já temos os nomes e o autor do crime”, afirmou James Guerra.

As ameaças começaram em fevereiro deste ano, quando um bilhete, supostamente assinado pelo grupo “Irmandade Homofóbica”, começou a circular por Teresina incitando a violência contra homossexuais. Em março, uma nova imagem foi compartilhada nas redes sociais com ameaças diretas à coordenadora do Grupo Matizes, Marinalva Santana.

A Polícia Federal também abriu inquérito para apurar o caso.

Prisão no Paraná

No estado do Paraná, o Núcleo de Combate aos Cibercrimes da Polícia Civil de Curitiba (PR) identificou o autor de ameaças contra o militante LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) denunciado pela Ouvidoria e pelo Disque 100 em setembro de 2012.

Investigação durou cerca um ano e meio e foi feita a partir de denúncias à Ouvidoria e ao Disque 100. O autor foi preso e depois liberado, após pagar fiança.

A investigação está a cargo do delegado Sebastião Escórcio, titular da Delegacia Especializada de Repressão às Condutas Discriminatórias, que irá divulgar o resultado do inquérito policial. O suspeito que seria um empresário com perfil no Facebook estaria produzindo o material e outros compartilhando.

“É inaceitável que este tipo de grupo continue aterrorizando os homossexuais de Teresina. Nosso trabalho é cobrar das autoridades providências para que isso não fique impune”, afirma Marinalva Santana.

“Repudiamos qualquer tipo de violência, por isso, estamos nos articulando com o Poder Público para que esses criminosos sejam presos o mais breve possível”, finaliza.

ANEXO U – Polícia indiciou dois “anarcopunks por crimes homofóbicos no Piauí – Cidade Verde

05/08/14, 12:59

A Polícia Civil indiciou duas pessoas responsáveis por fazer apologia ao crime e ameaças a membros de grupos LGBTs em Teresina. O delegado Sebastião Escórcio, titular da Delegacia Especializada de Repressão às Condutas Discriminatórias, informou que as mensagens homofóbicas partiram de dois jovens: L. B. N. N., de 24 anos, e L. V. S., 28 anos.

A dupla utilizava perfis fakes em redes sociais para fazer alusão à violência contra homossexuais em Teresina com frases como “Vai ter morte”, “Ela merece morrer”, “quer ver sangue”.

"Nós prendemos pessoas que comentaram no perfil ‘Van Pelf’, fazendo apologia à homofobia. Nesse perfil, havia ameaças de morte direcionadas à Marinalva Santana, do Grupo Matize", explicou o delegado.

Escórcio diz que os dois jovens se classificam como punks e anarcopunks, não tem curso superior ou emprego fixo, e possuem bastante conhecimento de internet. “Eles se auto intitulam nazistas e anarcopunks e negam o crime. Quebramos o sigilo telefônico de uma pessoa e constatamos as ameaças”, destaca. Anarcopunks são uma vertente do movimento punk que consiste de bandas, grupos e indivíduos que promovem políticas anarquistas.

Segundo o delegado, foi identificado que ameaças partiram também do IP de um computador de um condomínio localizado no bairro Ilhotas, no centro da cidade e que a máquina seria de um empresário, que chegou a ser ouvido pela polícia. Entretanto, como a internet do local é wi-fi e compartilhada, não foi possível comprovar. “Fizemos também busca e apreensão de celular e notebook do empresário”, diz.

Caso Brenda

Escórcio também comentou sobre o caso da agressão à transexual Brenda Vitória, que ocorreu na quarta-feira (30). Segundo o delegado, o agressor seria um empresário, identificado como Jackson Silva Xavier, que deve ser indiciado por lesão leve. “Tínhamos um mandato de prisão, mas ele se apresentou com um advogado e está aguardando em liberdade”, disse.

O suspeito negou a agressão ao delegado e disse que confundiu Brenda com uma garota. “Ele diz que estava estressado e foi atrás de uma garota de programa, depois descobriu que era uma transex”, declarou o delegado. O acusado alegou ainda que Brenda danificou seu veículo.

Brenda declarou à polícia que cobrou R\$ 150 e que o desentendimento surgiu porque o seu cliente queria pagar apenas R\$ 35. “Há testemunhas que viram ele agredindo a vítima com dois socos e pontapés. Nesse caso está descartada a homofobia”, finalizou.

ANEXO V – Acusado de estuprar 30 mulheres prestará depoimento no 5º DP – Cidade Verde

26/08/14, 10:00

Atualizada às 16h

O delegado Mamede Rodrigues informou na tarde desta terça-feira (26) que irá solicitar novamente o comparecimento do preso João da Cruz Nascimento, 31 anos, acusado de uma série de estupros em Teresina. Segundo o delegado, o preso deveria ter sido ouvido hoje pela manhã, mas a Divisão de Presídio não deu justificativas da ausência do preso.

“Vamos novamente solicitar seu comparecimento e pedir que se houver ausência que apresente justificativas. Como ele foi ouvido genericamente, preciso individualizar seu depoimento no inquérito”.

Atualizada às 13h30

O delegado Mamede Rodrigues, titular do 5º Distrito Policial, está aguardando, na manhã desta terça-feira (26), João da Cruz Nascimento, 31 anos, acusado de uma série de estupros e roubos em Teresina.

Mamede informou que o acusado será ouvido em depoimento para levantar mais informações sobre o assalto praticado contra uma advogada, na zona Leste de Teresina. (Clique aqui e veja detalhes da prisão)

"Nessa área não há nenhuma denúncia relacionada a estupro, apenas esse roubo. Ele abordou a vítima quando ela saía de um curso, já nesse mês, entrou no carro dela e fez com que ela comprasse um celular em um supermercado e fizesse um saque de R\$ 300 no caixa eletrônico da Rodoviária.

Ela conseguiu convencê-lo e ele acabou não a violentando", explicou Mamede.

O delegado não confirmou a informação de que João da Cruz foi espancado na Casa de Custódia.

ANEXO X – Mulher acusa ex-marido de incendiar sua casa na zona leste – Cidade Verde

10/09/14, 18:11

Maria Augusta da Conceição, 44 anos, teve sua casa incendiada nesta quarta-feira (10) no bairro Cidade Leste, na zona leste de Teresina. Vizinhos teriam visto o ex-marido da proprietária saindo do imóvel poucos minutos antes do fogo tomar conta de dois cômodos. O Corpo de Bombeiros foi acionado e impediu que o fogo se espalhasse pelo restante da casa.

O suspeito é conhecido como Chicão. “Todos os vizinhos viram ele pegando ônibus depois que saiu da minha casa”, disse Maria da Conceição.

A filha de Maria da Conceição estava dentro da casa quando o fogo começou, e o neto, de apenas 8 anos, tinha acabado de sair, quando o homem teria entrado e iniciado o incêndio. “Minha filha estava dentro do quarto, quando meu neto saiu, meu ex-marido entrou e quando viram foi ele correndo e o fogo começando”, afirmou a vítima.

Parte do teto da casa ficou danificado e o fogo destruiu um quarto, o banheiro e houve perdas de aparelhos eletrônicos e móveis. Maria da Conceição é vendedora de roupas e sua mercadoria também foi perdida durante o incêndio.

A dona de casa relatou ao Cidadeverde.com que a casa agora está com a segurança comprometida e que ela e sua filha estão desempregadas e sem condições para reparar os danos. Maria da Conceição afirmou também que esse não é o primeiro ato de violência do ex e que eles estavam separados há apenas duas semanas.

“Estávamos juntos há um ano e vivíamos brigando e voltando, ele já chegou até a me bater, mas eu nunca denunciei porque ele me ameaçava e disse que se fosse preso, quando saísse ia me matar”, lamentou.

Maria da Conceição procurou a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher localizada no bairro Dirceu Arcoverde e registrou o boletim de ocorrência. Segundo a delegada Alexandra Alves da Silva o caso está em uma fase pré processual, para formalizar uma acusação. “O inquérito está sendo instaurado, como ela já foi ouvida, agora vamos localizar o ex-marido para que ele também seja ouvido”, afirmou.

Maria da Conceição pede ajuda para reconstruir a casa. “Estou precisando de ajuda. Quem poder contribuir com material de construção, telha, tijolos, eu agradeço, porque estou sem condições nesse momento. O pouco que der tá bom demais”.

**ANEXO Z – Adolescente agride mãe em audiência e entra armada na sala da delegada –
Cidade Verde**

16/09/14, 13:03

Uma adolescente de 14 anos agrediu a mãe dentro do Complexo da Cidadania, no bairro Redenção, e entrou armada com canivete suíço no gabinete do juiz Antônio Lopes e da delegada Betânia dos Prazeres Lopes de Sousa. O caso foi parar na Central de Flagrantes.

A menor de iniciais M. E. S., de 14 anos, agrediu a mãe, Maria dos Milagres Avelino da Silva, 33 anos, por volta do meio-dia desta terça-feira (16), durante uma audiência. A garota estava sendo ouvida por ter batido em uma colega quando se revoltou, esmurrando a mãe. Em crise de fúria, ela tomou o celular, jogou-o contra a mãe e tentou feri-la com o aparelho.

Enquanto o coordenador do cartório Jorge Said Skeff colhia a declaração de ambas, os ânimos se exaltaram, e Skeff pediu que as duas se retirassem da sala. Em seguida, pediu que as duas voltassem, e a adolescente ameaçou a mãe com um canivete suíço. Antes disso, ela já tinha entrado na sala do juiz Antonio Lopes, também armada.

A equipe do Cidadeverde.com, que fazia outra reportagem flagrou a agressão, e perguntou à adolescente qual o motivo da violência à sua mãe e a garota também ameaçou a jornalista com o canivete. “Olha aqui (mostrando o canivete) o que faço com você”, disse a menor em frente da delegada e do coordenador do cartório.

Os policiais civis tiveram que intervir e mobilizar M. E. R. que disse ter achado o canivete no Complexo da Cidadania, onde fica situada a Delegacia do Menor Infrator. A jovem também estava querendo ver o irmão que está apreendido no local e ficou revoltada porque não foi autorizada, por ser menor de idade.

Milagres afirmou que não estava aguentando mais o jeito violento da filha e registrou um Boletim de Ocorrência na Central de Flagrantes além de ter pedido ao juiz a internação da adolescente, que, segundo ela, teria problemas psicológicos.

O caso deixou a equipe do Complexo apreensivo, já que a menor possivelmente entrou no local já armada. Ela nega e disse que furtou dentro do complexo. O juiz Antonio Lopes ficou abismado com o caso e garantiu que pedirá a internação da adolescente.

ANEXO AA – Padrasto que dopava enteada para estuprá-la é preso em flagrante – Cidade Verde

13/11/14, 18:41

Um homem, identificado como Jonas de Jesus, 30 anos, foi preso em flagrante ao tentar abandonar a enteada, de 11 anos, no Hospital do Buenos Aires, zona Norte de Teresina. Ele é suspeito de dopar a menina com calmantes para estuprá-la. A prisão aconteceu na madrugada desta terça-feira (11).

Segundo o conselheiro tutelar Djan Moreira, o conselho foi acionado pelo hospital, que relatou que a criança chegou passando mal ao hospital e ao ser atendida, teria sido constatado sinais de abuso sexual, confirmados pela mesma.

"Ele deu uma dosagem grande dessa vez, cinco comprimidos de diazepam para a criança. Ela passou mal e foi levada ao hospital. Ele foi preso em flagrante ao tentar abandonar a menina no hospital". Djan Moreira conta que a mãe da criança namora há sete meses com Jonas de Jesus e que estariam morando juntos a apenas quatro meses.

A criança foi levada para ser examinada no Serviço de Apoio à Mulher Vítima de Violência Sexual (Samvis), que funciona na Maternidade dona Evangelina Rosa, onde foi constatado o abuso.

A mãe da criança foi ouvida pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) nesta manhã (13), bem como outros familiares que disseram não saber dos abusos. "A mãe saía para trabalhar e a menina ficava vulnerável. Ele dava os comprimidos para dopa-la antes de cometer os estupros. Os comprimidos eram da mãe, que sofre de depressão. A situação da família é preocupante".

A vítima segue hospitalizada. Jonas de Jesus já teria ameaçado a mulher de morte e cometido atos de violência doméstica.

ANEXO AB – Potycabana: Corregedoria da PM abre sindicância e apura expulsão de jovem
– Cidade Verde

26/11/14, 09:02

A Corregedoria da Polícia Militar instaurou uma sindicância para apurar a expulsão de uma jovem do Parque Potycabana por um policial do Ronda Cidadão. O episódio foi gravado e circula nas redes sociais desde o início da semana.

"Não vejo motivo para que as garotas fossem expulsas. A Polícia tem que agir, mas, acima de tudo, tem que ser negociadora. É preciso que a Polícia tenha calma e serenidade", comentou o coronel Marcos Davi, corregedor da PM, que confirmou a instauração da sindicância no Notícia da Manhã desta quarta-feira (26).

Comandante do Ronda Cidadão, o tenente-coronel Raimundo Rodrigues garantiu que a conduta do policial envolvido no episódio não reflete preconceito. Mesmo assim, ele alertou: a Polícia Militar não pode discriminar.

"A PM tem que se colocar à disposição da sociedade como um todo. Não foi uma situação de homofobia. Foi de comportamento. A jovem, que estava com amigos, estava em cima de uma mesa. O oficial foi orientá-la para que saísse de cima da mesa e sentasse nas cadeiras. A jovem não entendeu a orientação e depois houve conflito. Em nenhum momento nós vimos situação de violência. Mas a Polícia vai ouvir as partes interessadas", argumentou.

Na manhã desta quarta-feira, será realizada uma reunião na sede do Ronda Cidadão para tentar esclarecer a situação retratada no vídeo. A jovem expulsa, identificada como Eryck Moraes, alega que foi "agredida verbalmente e fisicamente por conta de ter aparência de 'menino'", segundo desabafou em sua conta no Facebook.

ANEXO AC – Em pesquisa, Sinpolpi contabiliza 72 homicídios em novembro – Cidade Verde

10/12/14, 10:52

O número de homicídios no mês de novembro foi o segundo maior do semestre, de acordo com pesquisa mensal realizada pelo Sindicato dos Policiais Cíveis de Carreira do Piauí (Sinpolpi). A entidade contabilizou 72 assassinatos no Piauí durante os 30 dias.

O dado só perdeu para agosto, onde foram registrados 73 mortes da mesma natureza. Em relação ao mês de outubro, foram 13 homicídios a mais, no qual foram contabilizadas 59 mortes. O perfil dos homicídios dolosos do Piauí é com base na divulgação dos delitos pelos meios de comunicação do Estado.

Segundo o presidente do Sinpolpi, Constantino Júnior, mais uma vez os dados refletem a falta de investimentos em Segurança Pública no Estado. Falta estrutura, pessoal e recursos para investimentos. “Enquanto as autoridades não levarem a Segurança a sério, como prioridade, a população vai padecer o aumento da violência, não só contra a pessoa”, argumenta o sindicalista.

Dos 72 assassinatos no Piauí em novembro, a maioria, mais uma vez aconteceu na capital com um total de 41 crimes. Os outros 31 foram divididos entre os demais municípios do interior e litoral, sendo que Parnaíba teve quatro crimes, dois deles envolvendo empresários de agências de turismo do Porto das Barcas. Em seguida aparece Floriano com três crimes: dois dos quais tiveram com vítimas um jogador de futebol e o seu irmão que era PM.

Mulheres

A pesquisa mostra também que no mês de novembro foram mortas sete mulheres no Estado. Em dois casos as mortes estão ligadas a crimes passionais, segundo as primeiras informações passadas pela Polícia. Dentre os crimes que tiveram vítima as representantes do sexo feminino há o caso de uma garota de programa morta a facadas na zona de meretrício do centro de Teresina.

Idade

Com relação à idade das vítimas, em 36 casos, as vítimas tinham entre 22 e 46 anos. Quinze vítimas tinham até 21 anos e dez pessoas abatidas já tinham mais de 46 anos. Neste caso há um crime que teve como vítima uma pessoa de 82 anos e outra com 74. Em onze dos registros não foi possível identificar a idade das vítimas.

Armas

A maioria dos delitos foi praticada com arma de fogo com um total de 46 casos. Em seguida aparecem as vítimas de armas brancas com 19 casos, seguido de paus e “outros objetos” com cinco cada. Em dois dos crimes foi possível identificar que a vítima foi abatida com três tipos de armas diferentes o que demonstra a extrema violência.

Zonas

A zona Sul de Teresina foi a mais violenta em novembro registrando 19 assassinatos. Em seguida aparece a zona Norte com 13 crimes, a Leste com cinco e a sudeste com quatro.